

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro – Ano 13 – Nº 38
Maio/Agosto – 2007**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. – Ano 13, Nº 38, (maio/ago.2007) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 160 p.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos**

CDU 801 (05)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Rua Visconde de Niterói, 512 / 97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e www.filologia.org.br/revista

Diretor-Presidente:

Prof. Dr. José Pereira da Silva

Vice-Diretora:

Profa. Me. Cristina Alves de Brito

Primeira Secretária:

Profa. Dra. Delia Cambeiro Praça

Segundo Secretário:

Prof. Dr. Sérgio Arruda de Moura

Diretor de Publicações

Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva

Vice-Diretor de Publicações

Prof. Dr. Alfredo Maceira Rodríguez

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe:

José Pereira da Silva

Conselho Editorial

José Mario Botelho

Maria Lúcia Mexias Simon

Álvaro Alfredo Bragança Júnior

Nataniel dos Santos Gomes

Carmem Lúcia Pereira Praxedes

Patricia Teresita Festini

Claudio Cezar Henriques

Ruy Magalhães de Araujo

José Pereira da Silva

Vito César de Oliveira Manzolillo

Diagramação, editoração e edição

José Pereira da Silva

Projeto de capa:

Emmanuel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOGOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SUMÁRIO

0. EDITORIAL – <i>José Pereira da Silva</i>	05
1. A CRÍTICA TEXTUAL A SERVIÇO DA HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO NA BAHIA – <i>Maria da Conceição Reis Teixeira</i>	07
2. AS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM – <i>Leodegário A. de Azevedo Filho</i>	15
3. IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA – <i>Amós Coêlho da Silva</i>	22
4. JOGO E LINGUAGEM: UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA DE UMA SITUAÇÃO MOTRIZ PARTICULAR – <i>José Ricardo da Silva Ramos</i>	33
5. METÁFORA, CULTURA E IDEOLOGIA: A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE UM GOVERNO ATRAVÉS DO DISCURSO – <i>Sérgio N. de Carvalho</i>	44
6. O APORTE RETÓRICO DA ENUNCIÇÃO: A ARTE EPISTOLAR SEGUNDO ERASMO DE ROTTERDAM – <i>Ricardo Hiroyuki Shibata</i>	56
7. OS NOMES NA LITERATURA – <i>Maria Lucia Mexias-Simon</i>	68
8. PARA QUE EDITAR? A MEMÓRIA LINGÜÍSTICA PRESERVADA ATRAVÉS DOS TEXTOS – <i>Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz</i>	79
9. PELOS VERDES MARES BRAVIOS: A TOPONÍMIA DAS PRAIAS DO CEARÁ – <i>Alexandre Melo de Sousa</i>	90
10. PREFIXOS INTENSIVOS – <i>Carlos Alberto Gonçalves Lopes</i>	109
11. PROCESSOS DE MUDANÇA TOPONÍMICA E SUA ABORDAGEM PELA TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA – <i>Ricardo Tupiniquim Ramos</i>	119
12. VOCABULÁRIO DOS CASTANHEIROS DO PARÁ: VALORES CULTURAIS E LINGÜÍSTICOS – <i>Maria Margarida de Andrade</i>	129

RESENHAS

1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A LINGUAGEM EM ÉPOCA DE REVOLUÇÃO – <i>Gil Roberto Costa Negreiros</i>	141
2. INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO GRAMATICAL – <i>José Pereira da Silva</i>	148
3. O CASACO DE PELE DE OITOCENTOS ANOS – <i>Álvaro Alfredo Bragança Júnior</i>	151
INSTRUÇÕES EDITORIAIS	159

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 38 de sua *Revista Philologus*, com doze artigos e três resenhas, da autoria dos quinze seguintes professores e filólogos ou lingüistas: Alexandre Melo de Sousa (90-108), Álvaro Alfredo Bragança Júnior (151-148), Amós Coêlho da Silva (22-32), Carlos Alberto Gonçalves Lopes (109-118), Gil Roberto Costa Negreiros (141-147), José Pereira da Silva (148-150), José Ricardo da Silva Ramos (33-43), Leodegário A. de Azevedo Filho (15-21), Maria da Conceição Reis Teixeira (07-14), Maria Lucia Mexias-Simon (68-78), Maria Margarida de Andrade (129-140), Ricardo Hiroyuki Shibata (56-67), Ricardo Tupiniquim Ramos (119-128), Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (79-89) e Sérgio N. de Carvalho (44-55).

Dos artigos aqui publicados, um é resultante da VI SEMANA NACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA, realizada pela Academia Brasileira de Filologia no início de julho, em que seu presidente, Prof. Dr. Leodegário Amarante de Azevedo Filho sintetiza uma aula-conferência em que resume a proposta de todo o evento. Cinco desses artigos correspondem a trabalhos apresentados no XI Congresso Nacional de Lingüística e Filologia, na última semana de agosto: “A crítica textual a serviço da história da escravidão na Bahia”, “Os nomes na literatura”, “Para que editar? A memória lingüística preservada através dos textos”, “Processos de mudança toponímica e sua abordagem pela teoria da variação e mudança lingüística” e “Vocabulário dos castanheiros do Pará: valores culturais e lingüísticos” e um deles resultou do minicurso apresentado pelo Professor Amós Coêlho da Silva no V Congresso da Pós-Graduação em Língua Portuguesa da UERJ – São Gonçalo. Duas das resenhas ultrapassam os limites padronizados para esta modalidade de produção bibliográfica, toleradas excepcionalmente, ocorrido em junho na Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

A Direção da *Revista Philologus* e do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos pede a contribuição dos colegas com as suas críticas e sugestões para que os seus serviços possam atingir a melhor qualidade possível, apesar dos parcos recursos de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

que dispõe. Além disso, lembra que todos os artigos aqui publicados são disponibilizados na Internet (<http://www.filologia.org.br/revista>) para que um maior número de usuários possa usufruir dos excelentes trabalhos aqui publicados.

A partir do próximo número, espero não ser necessário abrir exceções novamente para artigos e/ou resenhas que ultrapassem o número de páginas informado nas Instruções Editoriais para que possamos divulgar também os trabalhos de outros colegas que gostariam de publicar em nosso periódico.

Rio de Janeiro, agosto de 2007.

José Pereira da Silva

**A CRÍTICA TEXTUAL
A SERVIÇO DA HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO NA BAHIA**

Maria da Conceição Reis Teixeira (UNEB e SALT)

RESUMO

No presente artigo, apresentam-se algumas considerações sobre projeto de pesquisa que visa recolher e editar textos referentes aos escravos publicados nos periódicos baianos do século XIX, valendo-se dos pressupostos teóricos da Filologia Textual. O resgate desses textos contribuirá para revelar os meandros da história da escravidão em solo baiano, ao tempo em que traz à tona a forma de pensar, ver e representar o mundo dos homens de uma época, sobretudo porque, a partir do trabalho metucioso da atividade mais “nobre” da Filologia, será possível compreender as estratégias discursivas dos sujeitos envolvidos no movimento abolicionista.

Palavras-chave:

Filologia Textual; Abolição na Bahia, Periódicos do século XIX, Resgate cultural

INTRODUÇÃO

Entre os séculos XVI a XIX, os portugueses, em nome da colonização e do desenvolvimento sócio-econômico do país, exploraram e comercializaram homens e mulheres negras, oriundos de diversas localidades do continente africano. O historiador Luis Henrique Dias Tavares, em *História da Bahia* (2001), afirma que os primeiros negros começaram a desembarcar em solo brasileiro no período dos governos gerais, cita Mem de Sá como um dos primeiros governadores a pôr em prática o tráfico de escravos, trazendo um grupo de 336 africanos para aqui serem explorados e maltratados no trabalho servil.

É natural que a Bahia fosse uma das principais portas de entrada para as diversas etnias africanas que, durante o período colonial, trabalharam em prol do desenvolvimento sócio-econômico do país. Segundo Conrad (1978), durante os séculos XVII, XVIII e XIX a Bahia foi um dos principais centros onde se praticava o escravismo no Brasil, contando inclusive com um número expressivo de escravos, e, dentre as Províncias do Nordeste, era a que possuía o maior contingente de população escrava.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Diferentemente do que afirmam alguns livros de história do Brasil, o movimento abolicionista na Bahia foi significativo e contou com colaboradores oriundos de diferentes níveis sociais e pertencentes às mais variadas profissões. Tipógrafos, jornalistas, advogados, médicos, parlamentares, juízes, religiosos, professores, literatos, artistas, comerciantes são exemplos de alguns profissionais que se engajaram na defesa da causa do homem negro, defendendo-o das mazelas do sistema escravocrata e fortalecendo o movimento abolicionista.

A imprensa teve um papel central nessa luta, pois os jornais foram os principais meios de propaganda e denúncia utilizados pelos abolicionistas. Isso se dava através da utilização dos seguintes recursos: cobertura jornalística a eventos abolicionistas; notícias dos resultados e das solenidades do fundo de emancipação a atitudes favoráveis à causa abolicionista; divulgação de acontecimentos abolicionistas ocorridos em outras regiões do país; veiculação de denúncias contra os escravocratas e seus aliados; oferecimento de serviços de advocacia para escravos que quisessem questionar judicialmente sua liberdade; denúncia do envolvimento de membros do Partido Liberal na repressão aos abolicionistas e campanhas para eleição de candidatos ligados ao movimento abolicionista.

Na presente comunicação, pretende-se apresentar algumas considerações sobre as contribuições que a Crítica Textual pode oferecer para revelar os meandros do movimento abolicionista no estado da Bahia.

A QUEM CABE RESGATAR OS TEXTOS ABOLICIONISTAS

A necessidade de resgatar o patrimônio cultural de um povo remonta aos gregos, aproximadamente entre os anos de 322 a 146 a.C., quando deram início à atividade de recuperar, de preservar e de divulgar o saber produzido pelos eruditos daquela época. Pode-se dizer que a Edição Crítica de Textos é uma das atividades mais antigas praticadas pela filologia.

É graças à Filologia Textual que o conhecimento armazenado nos textos produzidos e deixados pelas civilizações passadas nos permite compreender e explicar as sociedades. O objetivo de uma

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

edição crítica consiste, na medida do possível, em restituir um texto à sua forma genuína. Segundo Spina (1994), qualquer edição crítica representa, sempre, uma tentativa de restauração de um texto, provisoriamente definitiva, enquanto não surjam outras, naturalmente baseadas em novos achados ou em diferentes perspectivas metodológicas, que possam lançar novas luzes sobre o original. Nesta perspectiva, a principal tarefa do filólogo é o estabelecimento do texto, cabendo ao editor trazer a público a última vontade do autor, ou seja, o texto autêntico.

Conforme já dito alhures, são os objetivos almejados, a quantidade e a qualidade do material reunido sobre um texto ou conjunto, com suas características extrínsecas e intrínsecas, que conduzirão o caminho a ser trilhado pelo labor filológico. Isto porque existem vários tipos de edição, conseqüentemente, o resultado do labor filológico pode ser materializado, por exemplo, através de uma edição fac-similar, diplomática, paleográfica, crítica, crítico-genética e genética, conforme for o caso. Portanto, é o documento de que dispõe o editor e a época em que o texto foi escrito que determinam os procedimentos metodológicos a serem seguidos pelo editor crítico.

Segundo Teixeira (2006), na edição fac-similar ou mecânica reproduz-se, através de procedimentos mecânicos (fotografia, digitalização ou fotocópia), fielmente o original, preservando o formato, o papel, as ilustrações, as margens, a cor e o tamanho. A preparação deste tipo de edição só se justifica se o propósito do editor for o de permitir, devido ao estado de conservação do suporte ou à inexistência de exemplares que impossibilitem o público ler o original, o acesso ao texto de forma direta, conferindo-lhe liberdade e autonomia na interpretação do testemunho.

Na edição diplomática, o editor faz uma transcrição conservadora do manuscrito, preservando todos os elementos, como, por exemplo, sinais de pontuação, paragrafação, translineação e separação vocabular, com o desejo de facilitar a leitura, dispensando o leitor da árdua tarefa de decifrar as formas gráficas da escrita do manuscrito original.

A edição paleográfica, semidiplomática ou diplomático-interpretativa é, modernamente, recomendada para documentos não-literários, especialmente os jurídicos, e para textos literários medie-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

vais, cujo objetivo fim é o estudo da história da língua em que estes textos foram lavrados. Neste tipo, o filólogo interfere mais no texto manuscrito que no anterior, porque esta edição se destina a tornar o conteúdo do texto mais acessível a um público que teria dificuldades de decodificar os sinais gráficos utilizados.

Os pressupostos teóricos que orientam a pesquisa são aqueles da Crítica Textual Moderna e constituem-se nas seguintes etapas metodológicas: *recensio*, *collatio*, *emendatio*, *constitutio textus* e, por fim, a apresentação do texto crítico, acompanhado do aparato. Conforme referido anteriormente, é o material de que dispõe o editor que determina o modelo de edição a ser adotado. Por esta razão, somente após a recolha dos textos relativos aos escravos publicados em periódicos do século XIX, decidir-se-á por uma edição fac-similar, paleográfica, diplomática.

Para a constituição do *corpus* estão sendo empreendidas buscas na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, no Arquivo Público do Estado da Bahia, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e, posteriormente, em bibliotecas privadas.

Uma vez localizado o texto, realiza-se a descrição do documento, fotografa-se o texto para depois proceder a sua transcrição. Optou-se por primeiro fotografá-lo para só depois transcrevê-lo, devido ao estado de conservação do jornal exigir cuidado no seu manuseio. O processo de transcrição linha por linha demanda muito tempo na sua execução, prolongando o contato direto do pesquisador com os jornais e, conseqüentemente, mesmo que involuntariamente contribuindo para acentuar o processo de decomposição do suporte sobre o qual repousa a mancha escrita. Como se sabe, o papel utilizado na impressão de jornais é de baixa qualidade e, por esta razão, mais vulnerável, mais sujeito à ação do tempo e do manuseio descuidado do homem.

DO POR QUE RESGATAR OS TEXTOS RELATIVOS A ESCRAVOS

É possível localizar nos acervos brasileiros documentos de vários gêneros e tipologias textuais, textos literários e não-literários – certidões, atas, testamentos, petições, declarações, anúncios, crôni-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cas, poemas, entre outros –, que permitem conhecer melhor o cotidiano da sociedade da época em que foram lavrados. Muitos desses textos encontram-se no ostracismo e em péssimas condições de conservação (Cf. Fig. 1), outros dispersos, todavia constituem fontes de grande valor para estudos histórico, lingüístico e literário. Ressalte-se ainda que esses documentos, datados e localizados, indicarão aspectos da variação regional e temporal.

O abolicionismo representou para a história social e econômica do país a ruptura com um modo de produção e de vida que perdurou por muito tempo na história do Brasil. Esse tema tem sido objeto de estudos para vários especialistas. Apesar disso, existem lacunas a serem preenchidas. Resgatar e estudar o discurso dos abolicionistas publicados nos periódicos do século XIX representa uma delas.



Fig. 1: Foto da coleção do *Diário da Bahia* correspondente ao ano 1876.

A recuperação dos textos abolicionismo publicados nos periódicos baianos, preparando-lhes edições e estudando como se dá a construção do seu discurso, é de importância capital por trazer à tona a forma de pensar, de ver e representar o mundo dos homens de uma época, sobretudo porque contribuirá para a compreensão das estratégias discursivas dos sujeitos envolvidos no movimento abolicionista baiano.

A edição desses textos possibilitará aos estudiosos da área das Letras, da História, por exemplo, o acesso a textos recuperados como documento de uma ideologia, enquanto produto social e cultural, pois cabe à Crítica Textual o papel de preparadora de textos, sobre os quais trabalharão as ciências da Literatura, da História, da Lingüísti-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ca e dos Estudos Culturais.

Entende-se aqui que, conforme Bakhtin (1995), a palavra presente em todos os atos de linguagem é o veículo da ideologia. Os discursos ideológicos realizam a lógica do poder, fazendo com que as divisões e as diferenças apareçam como simples diversidades das condições de vida de cada um. E a multiplicidade de instituições não é percebida como pluralidade conflituosa, mas como um conjunto de esferas harmoniosas, ligadas umas a outras. É através da ideologia que são montados um imaginário e uma lógica de identificação social com a função de obscurecer o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, dando-lhe aparência universal.

Valendo-se dos pressupostos teóricos da Crítica Textual, buscar-se-á reconstituir o texto fidedigno, texto-fonte, para embasar as investigações linguísticas, literárias ou de outra natureza qualquer, apontando, por meio de uma postura crítica, aspectos que possam ser analisados por nós e/ou por outros especialistas, oferecendo novas perspectivas de estudo.

Pretende-se com o projeto de pesquisa em desenvolvimento na Universidade do Estado da Bahia selecionar os textos abolicionistas publicados nos periódicos baianos *Diário da Bahia*, *Gazeta da Bahia* e *Correio da Bahia* (1869-1888), para a constituição de um *corpus* informatizado – Banco de Textos – que servirá de objeto para a elaboração de edições dos textos reunidos para posteriores estudos.

São ainda objetivos pretendidos: 1) analisar extrínseca e intrinsecamente os textos abolicionistas publicados no *Diário da Bahia*, *Gazeta da Bahia*, *Correio da Bahia*; 2) editar os textos abolicionistas publicados nos periódicos baianos (*Diário da Bahia*, *Gazeta da Bahia*, *Correio da Bahia*); 3) analisar o contexto histórico da época do documento, abordando o ambiente socioeconômico, político e cultural e relações com o movimento abolicionista na Bahia; 4) publicar a edição dos textos abolicionistas resgatados do *Diário da Bahia*, *Gazeta da Bahia*, *Correio da Bahia* e um estudo histórico-linguístico sobre o discurso abolicionista na Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reiterando, os acervos brasileiros, depositários de valiosos documentos literários e não literários, nos permitem conhecer melhor o cotidiano da sociedade, esclarecer alguns aspectos da história do Brasil da época que foram lavrados. Um momento da História do Brasil que ainda carece ser plenamente esclarecido diz respeito ao período em que os negros foram arrancados da África e trazidos para viver em solo americano na condição de escravos. Muitos dos textos constantes nos acervos da Bahia encontram-se em estado de conservação ruim, outros dispersos, todavia constituem fontes de grande valor para estudos histórico, lingüístico e literário.

O resgate dos textos referentes aos negros publicados nos periódicos baianos é de importância capital por trazer à tona a forma de pensar, de ver e representar o mundo dos homens de uma época, sobretudo porque contribuirá para a compreensão das estratégias discursivas dos sujeitos envolvidos no movimento abolicionista baiano.

Salvaguardar os textos abolicionistas publicados em periódicos baianos do século XIX dos estragos do tempo e da ação do homem é tarefa a ser executada pela Filologia, ramo do saber que, dentre outras coisas, se ocupa da reconstrução do texto para restabelecê-lo de acordo com a vontade última do autor. E desta forma a Crítica textual estará prestando valioso serviço à história da escravidão na Bahia, porque o resgate do patrimônio histórico, lingüístico e escritural baiano possibilitará estudar, a partir de fonte segura, a língua, a literatura, a cultura e a história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colonial: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: EDUFPE; Fund. Joaquim Nabuco; Massangana, 1994.

ACIOLI, Brás do Amaral. *Memórias, histórias e políticas da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial, 1937.

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Tradução Jo-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- sé Paulo Paes. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Tradução Fernando de Castro Ferro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LAUSBERG, Heinrich. *Linguística românica*. Tradução Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann. 2ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1981.
- MATTOSO, Kátia M. Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. *A escrita autobiográfica de Doutor Remédios Monteiro: edição de suas memórias*. Salvador: Quarteto, 2006.
- SALVIANO. A emancipação XII. *Diário da Bahia*. Salvador, p.1-2, 08 jul. 1871.
- SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poética/EDUSP, 1994.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 10ª ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.
- TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. Filologia textual e literatura. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v.10, n.4, p. 66- 75, 2006.
- TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. Textos de imprensa: problemas na sua edição. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 9, n.10, p. 171-178, 2005.
- VIANA FILHO, Luís. *O negro na Bahia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

AS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM¹

Leodegário Amarante de Azevedo Filho (UERJ e UFRJ)

RESUMO

As Ciências da Linguagem são numerosas e não serão todas estudadas nem referidas nesta aula-conferência. A Lingüística (geral ou particular, teórica ou aplicada, descritiva etc.) é a que se denomina Ciência da Linguagem, preocupada com o estudo das línguas. Além dela, trataremos particularmente da Estilística, da Filologia, da Fonologia, da Morfologia, da Diacronia e da Sincronia lingüísticas.

Palavras-chave: Ciências da Linguagem, Lingüística, Filologia, Estilística

INTRODUÇÃO

O termo linguagem, aqui empregado, se refere exclusivamente à linguagem humana. De fato, somente os homens fizeram da linguagem um sistema ou código de intercomunicação inteligente, capaz de transmitir-se de geração a geração.

Costuma-se dar à Ciência da Linguagem a denominação restritiva de Lingüística. Não é assim. A Lingüística é, sem dúvida, um capítulo da Ciência da Linguagem, que tem como escopo o estudo das línguas. Lingüística é a ciência das línguas. É a estática da língua. O segundo capítulo da Ciência da Linguagem é a Estilística, cujo esboço é o estudo dos estilos. A Estilística é a dinâmica da língua. E outras ciências, como vamos ver, vão integrar o quadro geral das Ciências da Linguagem.

Um dos progressos da ciência moderna consiste exatamente em procurar reunir ou aproximar o estudo das línguas do estudo das literaturas. É necessário, de fato, que se reúnam esses estudos. As línguas possuem elementos comuns, de ordem geral, a que todos se têm de ater. As línguas são fatos coletivos, sociais. Estudando-se, por exemplo, um texto de Machado de Assis, ser-nos-á possível exami-

¹ Texto resultante da aula-conferência proferida na VI Semana Nacional de Língua Portuguesa: Seminário das Ciências da Linguagem, em homenagem ao centenário de Paulo Rónai, realizada no Instituto de Letras da UERJ, de 2 a 6 de julho de 2007, sob a coordenação de José Pereira da Silva.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

nar todos os elementos comuns da língua, como o vocabulário, o emprego das flexões nominais e verbais, a formação sintática das orações, etc. Mas, se colocarmos ao lado do texto de Machado de Assis um de Alencar, verificaremos o seguinte fato: a língua, como sistema coletivo, é exatamente a mesma. Os verbos se conjugam do mesmo modo e do mesmo modo se formam o feminino e o plural de substantivos e adjetivos. No entanto, será evidente a diferença entre os dois textos, um de escritor realista e outro de escritor romântico. Pois bem, esta contribuição individual que o autor dá ao uso da língua é o que vem a ser o estilo. Daí se conclui que um texto qualquer pode ser estudado de duas maneiras:

- 1 - Aspecto social, coletivo, lingüístico propriamente dito;
- 2 - Aspecto individual ou estilístico propriamente dito.

A Lingüística e a Estilística somente se estudam separadamente por necessidade didática e metodológica. Certos fatos são primeiramente estilísticos, passando depois ao domínio lingüístico. Não se pode impedir que um escritor de gênio concorra para o enriquecimento da sua própria língua.

Quando falamos, usamos a língua de um grupo, o que constitui uma herança social. Isso não impede, porém, que haja contribuição individual. Elas existem e, com elas, não raro, chega-se até a exageros ou mesmo a alucinações lingüísticas.

A Lingüística externa parte do princípio de que as línguas são sistemas de sinais. A Linguagem é um código. Este sistema possui relações internas. Podemos estudar as relações internas, e com isto o nosso objetivo será propriamente lingüístico. Podemos, também, estudar as relações externas dos sistemas, e com isso o nosso propósito será de estudo histórico-cultural. Exemplo de estudo de lingüística externa: formação das línguas românicas. A Lingüística externa está ligada à História da Civilização.

Para o estudo da Lingüística Interna, podemos adotar dois pontos de vista.

1º) Ponto de vista sincrônico, como se fosse um instantâneo da língua numa época;

2º) Ponto de vista diacrônico: estudo da evolução dos fatos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

lingüísticos através das épocas. No primeiro caso, usaremos o método transversal e, no segundo, o método longitudinal. Os termos transversal e longitudinal vêm da lingüística moderna, com Saussure.

A Lingüística Sincrônica é descritiva. A Diacrônica é evolutiva, histórica. A Lingüística Diacrônica estuda a evolução dos fatos lingüísticos. Exemplo: colocação dos pronomes átonos na língua portuguesa do Brasil, desde Anchieta aos nossos dias. O estudo sincrônico é a própria gramática. Exemplo: A gramática da língua portuguesa no século XX e início do século XXI. A gramática pode ser descritiva e normativa. E a diacronia é uma sucessão de sincronias.

Deve-se a Saussure a distinção que hoje se faz entre lingüística interna e lingüística externa. Quando o fato é encarado diacronicamente, tem-se a filologia propriamente dita. Quando o é sincronicamente, tem-se a gramática. A filologia investiga os textos históricos, está ligada a uma fase cultural. A Filologia Românica tem sentido nitidamente diacrônico. Estuda a evolução do latim em sua passagem para as línguas românicas. Saussure não acha feliz a denominação de gramática histórica.

Convém assinalar, no entanto, que os dois aspectos, isto é, o sincrônico e o diacrônico se interpenetram. A divisão é apenas de ordem didática e metodológica. A língua tem de ser encarada em seu conjunto, como um sistema vivo. No caso, estudamos separadamente os dois aspectos acima mencionados. Mas há até quem fale num ponto de vista pancrônico, envolvendo o diacrônico e o sincrônico.

Cada fato da língua é, ao mesmo tempo, estável e instável. A lingüística que mais se desenvolveu no século XIX foi a interna diacrônica, como base da filologia. Em nosso século, têm-se desenvolvido bastante os estudos sincrônicos, também ditos gramaticais.

A lingüística interna sincrônica compreende o estudo da fonologia, da morfologia, da sintaxe e da semântica.

A morfologia estuda as formas, ou melhor, os morfemas e sua constituição. Aqui se enquadra o estudo dos prefixos, infixos sufixos, radicais, raízes. A morfologia tem ainda um âmbito maior e nela se incluem até formas sintáticas. A Morfologia é o estudo das formas, em seu sentido mais amplo, incluindo-se aí o estudo das desinências. Ou seja: o estudo dos morfemas de uma língua, em sua totalidade.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A Linguística Geral pretende chegar, pela indução, a conclusões válidas para qualquer época. Conclusões de ordem geral que indiquem possibilidades.

A única lei histórica real é a do imprevisto. A Linguística Histórica procura, através da indução, chegar a generalizações. A Linguística Geral Filosófica entra em contacto com a Estilística, fechando o circuito. Os dois pontos extremos se tocam: estilística e filosofia da linguagem.

Vimos que a Linguística Histórica, em seu aspecto sincrônico, é a própria gramática, que se divide em fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. A Fonologia é o estudo dos sons da fala em seu aspecto sincrônico. É a fonologia descritiva. A palavra fonologia tem sido empregada pelos lingüistas de diferentes maneiras. Para alguns, fonologia e fonética, equivocadamente, são palavras sinônimas. Para outros, a distinção entre as duas é indiscutível. Vejamos a distinção proposta pela Escola de Praga.

A fonologia opõe-se à fonética. São dois tipos de ciência. A fonética não é, propriamente, ciência lingüística. É uma ciência auxiliar, natural, enquanto fonologia é ciência lingüística, rigorosamente. Ambas, porém, se ocupam dos sons da linguagem, têm assim o mesmo objeto de estudo, mas a perspectiva em que examinam esse objeto é diferente. A fonética é uma espécie de física da linguagem. O som pode ser produzido por instrumento de corda, de sopro ou de percussão. A origem pode ser variada, mas o som oral é um som igual a outro qualquer que tenha sido produzido por instrumentos próprios, de corda, sopro ou percussão. A fonética estuda os caracteres físicos do som, sua produção. É a fisiologia da linguagem. Assim, quando estudamos quais os órgãos de que se compõe o aparelho fonador, enumerando os pulmões, traquéia, laringe, fossas nasais e boca, fazemos um estudo fonético. É ainda fonético, por exemplo, o estudo da posição dos lábios durante a produção de um fonema. Um gabinete de fonética experimental é um verdadeiro gabinete de física.

O progresso da ciência eletroacústica trouxe grande desenvolvimento aos estudos fonéticos. Já se verifica, atualmente, que o traçado do som de uma letra é diferente para o homem e para a mulher, diferente entre uma criança e um adulto e, mesmo, entre a própria pessoa em ocasiões diversas. A fonética experimental cada vez

mais se aprofunda e amplia em seus estudos.

Enquanto o som oral é objeto de estudo da fonética, o fonema é objeto de estudo da fonologia. A fonética estuda o som oral materialmente. A fonologia estuda o fonema funcionalmente. Há até quem pretenda substituir o termo fonologia pela locução fonética funcional, mas de forma inaceitável. Isto significa que à fonologia só interessam os caracteres sonoros quando esses funcionam numa língua com valor distintivo, opositivo, funcional. Nos Estados Unidos da América, usa-se o termo *Phonemics*, que foi traduzido para o português pelo Prof. J. Mattoso Câmara Jr. com a palavra *Fonêmica*. Mas, a nosso ver, *Fonêmica* é estrangeirismo. Há quem prefira ainda a designação de *Fonemática*, mais coerente com a sua origem grega. Como temos *Matemática*, deveríamos ter *Fonemática*. Particularmente, adoto a denominação de: *fonologia*. E a principal diferença existente entre fonologia e fonética é precisamente esta: a fonética estuda os sons sem cogitar do valor específico que eles possam ter nas línguas. Ao contrário, a fonologia estuda o valor específico dos sons nas línguas, pois o fonema é um feixe de traços fônicos distintivos.

PRINCÍPIOS QUE REGULAM A FONOLOGIA

Como se sabe, a fonologia evoluiu muito com a lingüística moderna.

Nem todos os elementos sonoros do som natural funcionam com valor distintivo. Por exemplo, a questão da duração ou quantidade. Em latim, funcionava com valor distintivo. As sílabas ou eram longas ou breves. Um artista, no palco, que não pronunciasse corretamente as sílabas breves e longas provocaria riso na platéia. Seria a mesma coisa que, em nossos dias, dizer-se *relampago* em vez de *relâmpago*, vocábulo proparoxítono. Em português, as vogais também são longas e breves. Todo som tem maior ou menor duração. Nós não sentimos isto, porque as nossas vogais átonas são breves e as nossas vogais tônicas são longas. Concluímos, observando que o elemento duração ou quantidade tinha valor distintivo no latim, não tendo em português. Ou seja; em português podem ter valor estilístico, mas não lingüístico propriamente dito.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Outra característica física do som é a altura. Quanto às vogais, podem elas ser: graves e agudas. Nossa língua não apresenta valor distintivo em relação à *altura*. Há línguas, porém, que o dão, ou deram, como o grego clássico e o chinês. Em português, a altura das vogais existe foneticamente, mas não fonologicamente. Para a fonologia não é o fonema em si que tem valor, mas em relação com os demais fonemas dentro do vocábulo; é o sistema que, no caso, importa. E sistema fonológico é o conjunto de fonemas que se opõem. Cada um dos elementos fônicos é um traço sonoro. A fonética descreve exaustivamente os traços sonoros, sem exceção. Mas a fonologia seleciona entre os traços sonoros aqueles que têm valor distintivo. Daí a classificação, em português, de traços fônicos pertinentes: intensidade e timbre; e de traços fônicos não pertinentes: altura e duração. Estudos fonéticos podem ser feitos com animais, mas não estudos de fonologia. A fonologia estuda apenas a linguagem oral dos seres humanos.

Os traços fônicos *pertinentes* formam os fonemas. Os fonemas podem ser pronunciados de maneira diferente. As diferentes maneiras de pronunciar um fonema são as variantes, podendo ser individuais e alofônicas, como veremos. A variante individual é uma forma própria de pronunciar-se, não constituindo vício de linguagem. Exemplo: a pronúncia do *erre* em certas pessoas. Ou a ditongação da vogal tônica nasal na pronúncia paulista, por exemplo.

A articulação, de fato, pode ser dorso-velar a dorso-palatal. Há fonemas cujas modalidades fonéticas variam de acordo com os sons vizinhos: é a variante combinatória ou alofone. Exemplo: o /l/ inicial de sílaba e o /l/ depois de vogal. No primeiro caso, é alveolar e, no segundo, linguodental ou velar. São exemplo de variante combinatória ou alofone, não havendo dois fonemas do ponto de vista fonológico. Veja-se isso com o *-l-* de *lata* e de *carneval*.

Outras vezes há oposição distintiva. Em português distinguimos *ç* e *ç* (*séde* e *sêde*). Há dois fonemas para a fonologia. No entanto, convém assinalar que oposição distintiva vocálica existe apenas em posição tônica. Em posição átona final não há oposição distintiva, como em *prado* e *leve*, mas apenas neutralização vocálica. A distinção entre *ê* (fechado) e *é* (aberto) se neutraliza em outras posições. O que existe em posição tônica deixa de haver em posição átona final.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Daí a noção de *arquifonema*, que é o fonema que subsiste em posição átona final. É o fonema reduzido, que aparece em posição átona final.

A classificação dos fonemas em português será estudada, aqui, pelo professor Ricardo Stavola Cavaliere.

A morfologia estuda os morfemas, assunto a ser desenvolvido pelo professor Horácio F. Rolim de Freitas.

A sintaxe, por seu turno, será estudada pelo professor José Mário Botelho. E a semântica pelo professor Walmírio Macedo. Em outra oportunidade, estudaremos ainda as disciplinas de crítica textual, crítica genética, filosofia da linguagem, psicologia da linguagem, as principais correntes da lingüística moderna, em particular no que se refere à geografia lingüística e a sociolingüística, além de: lingüística textual, análise do discurso, semiótica, pragmática e dialetologia.

**IMPORTÂNCIA DO ESTUDO
DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Amós Coêlho da Silva (UERJ)

RESUMO

O estudo da história interna e externa de uma língua esclarece - no primeiro caso, como o latim, oriundo do indo-europeu e compoendo uma só família com outros dialetos desta mesma origem – como o grego, o sânscrito e as línguas germânicas, evoluiu, no que tange à sua fonologia, morfologia, sintaxe e semântica, e assumiu a forma portuguesa; no segundo caso, aspectos socioculturais ou sociolinguísticos, o exame o externo de uma língua compreende os fatos políticos, sociais e culturais, observados como interferências linguísticas ao longo da trajetória histórica do português.

Palavras-chave:

História do vocabulário; Contato linguístico; Influência cultural; Estilo brasileiro

INTRODUÇÃO

O indo-europeu é uma grande família linguística que só foi percebida a partir do método comparativo, que ficou definido cientificamente a partir de Franz Bopp com a obra *Sobre o Sistema de conjugação do sânscrito em comparação com o do grego, latim, persa e alemão*, em 1816.

Um dos termos adotados, por esta ocasião, foi o de evolução linguística para indicar o processamento de mudanças históricas graduais que ocorreram do latim ao português, ou seja, de uma expressão sintética latina ao aspecto analítico ou de locução linguística do português. Historicamente, primeiro houve a redução dos casos do indo-europeu ao latim. Depois, houve um conjunto de mudanças estruturais no campo fonético, morfológico, sintático e semântico do latim ao português.

Deixaremos de parte estes aspectos da história interna da língua portuguesa e abordaremos apenas história externa da língua portuguesa, no entanto, sem esgotar.

Na trajetória da expansão imperialista de Roma, o latim veio a se fixar em vários pontos do mundo e, no mínimo, a sua influência se deu como empréstimos, como ocorreu com o inglês que contém

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cerca de 60% de seu vocabulário com expressões provenientes do latim. Mas nem por essa razão se poderia afirmar que o inglês é oriundo do latim. Não é. Podemos afirmar que o inglês, que é do ramo germânico, pertence à mesma família do latim, que é do ramo italo-céltico: o indo-europeu.

Essa questão dos empréstimos tem suscitado muitos problemas políticos. Citaremos dois: 1) devido à influência do francês, num dado período histórico em que detinha muito prestígio, houve uma certa prática nas escolas de tirar pontos em redações e trabalhos diversos, sob alegação de que essa ou aquela expressão seria um galicismo; 2) atualmente, como prestígio lingüístico pertence ao inglês, aparecem até políticos indo a universidades e defendendo projetos de lei contra os anglicismos.

Em ambos os casos, trata-se de um nacionalismo equivocado.

Ilustremos com Celso Cunha que nos relata que um estudioso Dr. Castro Lopes (Cunha, 1976: 34) ao repudiar galicismos e anglicismos, sugeriu formações latinas, substitutas de estrangeirismos, considerados “vícios de raça” (*Idem*, p. 34). São os seguintes exemplos: em vez de *reclame* diga-se *preconício*; não diga *meeting*, mas *concião*; ao invés de *turista*, fale *ludâmbulo*; *premagem* é melhor do que *massagem*; *venaplauso*, e não *claque*... O que o Dr. Castro Lopes não viu é que o estrangeirismo veio preencher uma lacuna na comunicação entre os falantes de língua portuguesa.

Outro equívoco lingüístico ocorreu em relação à transplantação do português para o Brasil. Quando ocorreram os descobrimentos dos novos mundos, os colonizadores procuraram impor os seus idiomas nas colônias. Assim, se deu na América, África, Ásia e Oceania. Há falares crioulos na Índia (Goa, Ceilão), na China (Macau); em Timor (uma parte pertence à Indonésia) se solidificou um dialeto não-crioulo da língua portuguesa. Na África, ainda crioulos em Arquipelago de Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe. Não crioulos em *Angola Moçambique, Zanzibar, Mombaça, Melinde, Quiloa*. (Melo, 1967: 128)

Devido a muitas questões históricas, houve uma certa impregnação dos idiomas nativos, submetidos pelos colonizadores. Primeiramente, dá-se o *pidgin*, ou seja, um sistema de comunicação

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

bem rudimentar para atender o interesse de pessoas que precisam se comunicar. Em seguida, surgirá um sistema linguístico mais complexo com as novas gerações e a estes se aplica a denominação de dialeto crioulo enquanto grupo *social e cultural inferior da massa falante* (Câmara Jr., s/d: *falares crioulo*). A variedade regional de português no Brasil se caracteriza em estilo, e não em estruturas gramaticais, como se verá abaixo. Por isso, o português no Brasil é um dialeto regional frente ao da Europa. No português brasileiro, o Gladstone aponta, como dialeto crioulo, o *dialeto caipira* (Melo, 1967: 128). É curioso notar que o termo crioulo também designa o negro nascido nas colônias.

Depois do segundo quartel do século, questionou-se no Brasil se o português falado aqui seria o mesmo idioma de Portugal e classificaram o nosso falar de língua brasileira.

É interessante lermos também o comentário de Gladstone (Melo, 1975:19) sobre um artigo de Monteiro Lobato na Revista *D. Casmurro* em 30 de junho de 1938. E destaca desta revista: *Assim como o português saiu do latim, o brasileiro está saindo do português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua-mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama corromper ao que os biólogos chamam evoluir.*

A afirmação de Lobato parte do biologismo e evolucionismo linguístico, o que é um método superado. Tem razão Celso Cunha quando afirma que *todos os métodos trouxeram a sua contribuição* ... (Cunha, 1976: 47) Mas o problema, ele continua, mais ou menos assim, são os posicionamentos humanos. Modernamente, tais termos (evolução, família de línguas... - como já se leu acima) continuam sendo empregados nos estudos históricos da língua portuguesa, apesar das restrições. Tais termos surgiram num período cuja moda era generalizar valor científico unicamente a partir do modelo teórico de ciências como a Física, Química e outras.

O que devemos falar é em estilo brasileiro do português, já que o que caracteriza um idioma é a sua primeira articulação quanto à morfologia, no que tange à total semelhança no flexionismo nominal e verbal, mesmo que ocorra alguma diferença como é a de em Portugal se usar acento agudo na primeira pessoa do plural de formas como “amámos” a fim de distingui-la como perfeito indicativo em

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

oposição a “amamos”, presente indicativo, ou o plural de “mel” formar em Portugal “meles” e no Brasil “méis”.

Ora, os pronomes são os mesmos e são infundados os argumentos de ataque a José de Alencar, que privilegiou o modo de se falar o português no Brasil quanto à colocação de pronome clítico: “antecipando um ponto de vista atual da ciência linguística a respeito da colocação dos pronomes oblíquos à brasileira” (Carvalho, 2006: 207)

Todos os outros elementos gramaticais, como os conectivos (preposições, conjunções e pronomes relativos), o artigo e numeral, são os mesmos, usados no Brasil e Portugal, às vezes, utilizados de modo diferente, mas essencialmente são os mesmos.

DO LATIM AO PORTUGUÊS

Deu-se o nome de România ao conjunto das regiões dominadas pelo Império Romano: península itálica, as Gálias, a península ibérica, as ilhas mediterrâneas ocidentais, como a Córsega e a Sardenha, região alpina no cantão de Grisões, no Tirol e no Friul, a Dácia e seus arredores nos Bálcãs.

Podemos enumerar dez línguas neolatinas, ou novilatinas, ou românicas, ou ainda latinas: **português** (Portugal, alguns vilarejos da Espanha; o galego é considerado co-dialeto do português, ou seja, não está politicamente subordinado ao português), **catalão** (Catalunha, ilhas Baleares e em Alghero na Sardenha), **espanhol** (Espanha e por alguns judeus espanhóis da Península Balcânica), **italiano** (Itália, Sicília, norte da Córsega, S. Marinho, parte da Suíça meridional da região de Nice, na França), **o francês** (França, parte da Bélgica e Suíça e em Mônaco), **provençal** (sul da França), *que melhor se chama maria ‘occitânico’*, (Melo, 1967: 122), **rético** (cantão dos Grisões e na Suíça), **sardo** (na Sardenha), **dalmático** (falado até 10 de junho de 1868, quando faleceu o último falante) e **o romeno ou valáquio** (na Romênia, na Macedônia (perto do monte Olimpo), na Tessália e alguns outros pontos.

Como sítio de evolução linguística do latim ao português, catalão e espanhol, a Hispânia, ou melhor, a península ibérica foi pro-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

víncia romana como resultado das guerras púnicas. Para Cartago, a península ibérica era estratégica como trincheira militar. Por isso mesmo se situaram em Cartagena, onde se organizam para tentar vencer Roma. Só em 197 a.C. a península foi incorporada ao Império Romano. Devido a investida militar dos fenícios, temos substrato fenício: *baía, barro, esquerdo* etc.; são bem anteriores a estes: os celtas, que se instalaram no VIII a.C., daí, *cerveja, gato*; mas aí havia também colônia grega: *farol, guitarra* etc.; é claro que já existiam aí os iberos: *mata, mapa* etc. Podemos afirmar que a dominação romana se instala com o latim vulgar neste conglomerado de povos estrangeiros: regina > reia > rainha > rainha; sinu > senu > seo > seo > seio; arbore > árvore; carbone > carvão.

No século V a Ibéria é invadida pelos bárbaros germânicos: alanos, suevos, visigodos ou godos e vândalos, que, mesmo dominadores, adotaram o latim ibérico como idioma deles, mas deixaram sua marca: norte, sul, leste, oeste.

No século VIII, foi a vez dos árabes. Derrotaram os visigodos, que foram os últimos bárbaros invasores germânicos e predominaram. Agora, sob o jugo sarraceno a população cristã viveu submetida aos princípios islâmicos. Os árabes não abriram mão de sua língua, mas o dominado se adaptou lingüisticamente e passaram a falar um idioma que se denominou aljamia, o romança (qualquer língua românica com graus de evolução latina) dos moçárabes, ou seja, os que se sujeitaram ao domínio da civilização moura, ou árabe, ou ainda maometana; daí, os arabismos: alfaiate, aldeia, oxalá (in sha Allá) – algarismo, califa e outras entram a partir da Idade Média, inclusive em toda a Europa; porém, parte dos vencidos, que se abrigaram nas montanhas das Astúrias, tentaram retomar o terreno perdido.

Um destes feudos formados em vitórias sobre os invasores árabes foi o Condado Portucalense, outorgado a D. Afonso Henrique, que proclamou a independência deste, cuja língua era o galego-português ou português arcaico (do século XII ao XV). Os árabes só abandonaram a Hispânia em 1492.

VOCABULÁRIO DE EMPRÉSTIMOS

A partir das Grandes Navegações. Podemos tomar Luís Vaz de Camões como marco inicial do português moderno. No Renascimento temos neologismos, como grandiloquo, potestade... – apertuguesadas no formato histórico do novo Latim Vulgar, a língua portuguesa, bem como abandono das evoluções históricas, como avon-dança, esmar, por reconduções ao latim: abundância, estimar – tiradas de *abundantia* e *aestimare* / *aestumare*. Do vizinho espanhol, temos: amistoso, bolero, airoso, antanho...

Como resultado das Grandes Navegações: africanismos: an-gu, moleque etc.; asiáticas: azul, bambu etc.

Empréstimos às línguas modernas: do francês: avenida, chefe, trem etc.; inglês: bar, bife, bonde etc.; italiano: confete, grotesco, se-renata etc.; alemão: cobalto, manequim, valsa etc.

Os tupinismos (indianismos) complementam significativa-mente o nosso dicionário português.

VOCABULÁRIO DO PORTUGUÊS DO BRASIL
DO SÉCULO XIX

Como é o contexto histórico do século XIX? Chegada de D. João VI, 1808: qual o legado deste hóspede português?

Três fatos com D. João VI erguem o Brasil de sua condição de colonizado e subalterno e propiciam à nação brasileira as condi-ções futuras de Independência do Brasil. São elas: o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, o que democratizou instân-cias econômicas e “permitiu a entrada de um bem cultural importan-tíssimo: o livro, cuja importação e impressão eram proibidas durante todo o período colonial” (Carvalho, 2006: 203); a criação de institui-ções educacionais e culturais: como escolas de medicina (uma no Rio de Janeiro e outra na Bahia), inclusive a Escola de Belas Artes, bibliotecas, imprensa, o Jardim Botânico etc. e uma administração de “preservação da unidade política e territorial do Brasil” (*Idem*, 204).

Em 1824, com D. Pedro I houve a Independência do Brasil (1827: Faculdade de Direito de Olinda e de São Paulo); aparelha-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mento da justiça e com D. Pedro II (1840-1889) ocorre a consolidação da unidade política nacional e inauguram-se o Imperial Colégio Pedro II, a Escola Politécnica e a Biblioteca Nacional. E, já no regime republicano, fundação da Academia Brasileira de Letras, tendo como presidente Machado de Assis (1839-1908)

Nesta época, se acentuam as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, apesar de se registrar uma “relusitanização” da língua portuguesa: “Os 15.000 portugueses que chegam com a Corte contribuem para “relusitanizar” o Rio de Janeiro” (Teyssier, 2001: 96). O fato de o Rio de Janeiro ter abrigado fatos políticos tão importantes historicamente e ser para onde todas as atenções estarão voltadas, o fará modelo para os demais locais do Brasil.

Tais diferenças que já comentamos acima. Em geral, são de ordem **prosódica**: “comeia” (só no Aurélio há apontamento da variante ‘colméia’ e no Vocabulário Ortográfico da ABL). José de Alencar já tinha consciência dessa diferença de pronúncia entre o Brasil e Portugal. Em *Senhora*, IV Quarta Parte: Resgate, III Capítulo, faz a distinção entre a pronúncia, ironizando o fato de o “ó” aberto de senhora ser um defeito, a propósito dos diálogos com mútuos sarcasmos entre Aurélio e Fernando Seixas. A personagem Fernando tratou as outras personagens femininas por “senhóra” e no caso de Aurélia, chamou-a de “senhóra”. Quando Aurélia retrucou este tratamento, Fernando Seixas o diz:

– Essa é, creio eu, a verdadeira pronúncia da palavra; mas nós, os brasileiros, para distinguir da fórmula cortês, a relação do império e domínio, usamos da variante que soa mais forte, e com certa vibração metálica. O súdito diz à soberana, como o servo à sua dona, senhóra. Eu talvez não reflita e confunda. (pág. 158, *Senhora*, ed. Ática)

De ordem **léxica**: boquilha / piteira; combóio / trem; tabaco / fumo; elétrico / bonde; talho / açougue; casa-de-banho / banheiro;apara-lápis/ apontador... **sintática**: são poucas, o que diverge mesmo é a colocação de pronome, emprego de certas preposições.

CONTRIBUIÇÃO DO ROMANTISMO

Gonçalves de Magalhães é o introdutor do Romantismo em 1836, com “Suspiros Poéticos e Saudades”; dá-se a eclosão do Ro-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mantismo com a recente independência; daí, o sentimento de nacionalismo e certa lusofobia.

Gonçalves Dias (1823- 1864) na poesia e José de Alencar (1829-1877) na prosa marcaram a língua portuguesa com seu vocabulário literário:

Tupinismos: (4.500 palavras) flora (abacaxi, carnaúba), fauna (araponga, capivara) topônimos (Abaeté = abae - homem, -ete- verdadeiro ou feito; Guanabara, por corruptela de *wa'nã pa'ra* = lagamar ou enseada de rio); antropônimos (Moacir, Ubirajara, Caubi, Irapuã) costumes (moqueca = calderada de peixe); crenças (caipora: caa, mato / pora: habitante de), doenças (catapora = ta'ta: 'sangue' / porá: que salta, irrompe); usos (jacá); no título de poemas ou peças literárias: *I Juca-Pirama (Aquele que há de ser morto)*. Gonçalves Dias escreveu um *Dicionário da Língua Tupi*. Em *O guarani* (=guerrear), de lá temos 'Peri' (junco silvestre), 'Ceci' (magoar, doer), 'tucum' ou 'tucum (palmeira); em *Iracema*, [ira 'mel'ceme 'lábios'], a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da *graúna* (ave de canto mavioso). O favo da *jati* (abelha) não era doce como o seu sorriso". Também aqui os topônimos: Ceará (canto da jandaia); Quixeramobim [qui – ah!, xere- meus, amobinhê – outros tempos]. Eis uma passagem de *Iracema*:

A passagem de Batuireté (de batuire e etê - na linguagem figurada vale por valente nadador), que tornou-se o topônimo Batuireté, de serra e cidade do Ceará, transmitirá o tacape a Jatobá (de jetaí - árvore de resina dura-, oba -folha - e a - aumentativo: árvore de grande porte). E porque Batuireté "dizia com tristeza 'Ah! meus tempos passados!'", Alencar vai indicar a origem de Quixeramobim no capítulo XXII: A gente que o ouvia chorava a ruína do grande chefe, e desde então, passando por aqueles lugares, repetia suas palavras, donde veio chamar-se o rio e os campos, Quixeramobim. (Na nossa edição veio está no singular, pág. 87.)

O aposto *senhor do caminho* para Caubi é explicado por Alencar em nota de rodapé como proveniente de *guara*, *senhor* mais -*py*, *guia*: *O irmão de Iracema tem o ouvido sutil que pressente a boicininga [de bóia, cobra, cininga, chocalho: é a cobra cascável] entre os rumores da mata; e o olhar do oitibó que vê melhor nas trevas. Ele te guiará às margens do rio das garças.*

Numa outra passagem, o nome Irapuã, denotativamente provém de *Ira* (mel) e *puã* (redondo, cf. o formato da colmeia), o que,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

filologicamente, é um princípio estoíco, trazido para os estudos etimológicos latinos por Élio Estilão (fim do século II a.C.) e denominado em grego de *katà antíphrasin*, i.e., *a designação de algo por um nome oposto*, como fez Élio nos seus fragmentos...*bellum quod res bella non sit...*(guerra <em latim, bellum> porque não é uma coisa bela <em latim, bella>). Mas Irapuã não é um pote de mel! Ao contrário, é um amargo rival de Martim.”

Numa passagem de *O Guarani*, de José de Alencar:

Ceci era o nome que o índio dava à sua senhora, depois que lhe tinham ensinado que ela se chamava Cecília. Um dia a menina ouvindo chamar-se assim por ele e achando um pretexto para zangar-se contra o escravo humilde que obedecia ao seu menor gesto, repreendeu-o com aspereza:

– Por que me chamas tu Ceci?

O índio sorriu tristemente.

– Não sabes dizer Cecília?

Peri pronunciou claramente o nome da moça com todas as sílabas; isto era tanto mais admirável quanto a sua língua não conhecia quatro letras, das quais uma era o L. (pág. 108, *O Guarani*, Ática)

Cecília insistiu em saber o significado deste nome. Mas foi em vão. O índio alegou apenas que era o nome que ele, Peri, tinha dentro da alma. Ela só conseguiu o significado depois com D. Antônio, seu pai, que lhe explicou que se tratava de um verbo do tupi que significa magoar, doer...

Há tupinismos também em Castro Alves (1847-1871). Assim, temos ‘boré’ (flauta de bambu), juriti (ave), jaguar (onça pintada) e outros. Olavo Bilac (1865-1918), mesmo sendo representante do Parnasianismo, estilo de época que defendia o tema clássico antigo, escreveu ‘urucu’ (fruto vermelho), ‘tacape’, ‘inúbia’(trombeta de guerra) etc.

Africanismos: são incorporados devido à convivência entre os negros africanos e os brasileiros. Nos românticos existem poucos, o que se deve atribuir à valorização do apenas do índio, já que Castro Alves se situa no fim do Romantismo e é com ele, o Poeta dos Escravos, que se concebe o negro como humano e brasileiro. Assim em Castro Alves há o termo ‘senzala’, em Alencar, ‘samba’. Em Ma-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

chado de Assis, marcadamente do Realismo, temos ‘calundu’ (=mau humor), ‘cochilo’ etc. Em Raimundo Correia (1860-1911), Banzo (=nostalgia) Os africanismos espalharam-se em vários setores, já que a atuação dos escravos era múltipla, e são principalmente de ordem lexical: angu, batuque, berimbau, cachimbo, camundongo, maribondo, molambo, mucama, quitute, quilombo, samba, senzala, vatapá etc. A iotização, *mudança fonética de uma vogal ou consoante para a vogal anterior /i/* (Câmara Jr., [s/d]: *Iotização*), assim, na pronúncia de falar crioulo, temos mulher: /muié/, senhor: /sinhô/ (com feminino analógico /sinhá/) (*Idem*), mas chegou a ocorrer empréstimos de fonemas e de expressões sintáticas.

CONCLUSÃO

Se o Romantismo foi empenho em retirar o literário da esfera dos clássicos antigos no tocante à liberdade de inspiração ou criação ao recusar as suas regras, modelos e normas, embora não conseguisse evitar o discurso erudito, como se lê em Gonçalves Dias, José de Alencar, Castro Alves etc., o Modernismo envidou esforços em transformar o literário em linguagem popular. Enquanto, no Brasil, o Romantismo incluiu como elemento nacional o indígena em lugar da lenda medieval como em toda Europa, o Modernismo o fez com a exploração de assuntos nacionais, telúricos e do nosso povo – ainda em sua primeira fase, o Modernismo foi bastante enfático quanto ao nosso regionalismo.

Luiz Carlos Lessa escreveu *O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa* e, no capítulo *Necessidade da elaboração de uma Gramática brasileira e moderna*, defendeu como aceitável alguns fatos gramaticais errados ocorridos estilisticamente no Modernismo brasileiro, como “na colocação irregular de pronomes oblíquos – inclusive no início de período pela variação átona -, no uso impessoal do verbo ‘ter’ na aceção de ‘existir’, e no emprego da preposição em com verbos de movimento, principalmente chegar”. (p. 175). Sua obra foi escrita em 1966, mas até nossos dias continuamos não os admitindo como língua padrão.

Assim, temos, na atualidade, um estilo brasileiro de língua portuguesa. São os brasileirismos de língua padrão: lexicais – já vimos os tupinismos e africanismos - também há neologismos, como

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

belonave; fonológicos: entoação e variantes no sistema de fonemas, por exemplo, a aberta /é/, /ó/ (Portugal) e, no Brasil, fechada: gênero, Antônio; morfológico: a pronúncia 'quere', 3ª do singular, inclusive se escreve com 'e'; colocação de pronome oblíquo (o que gerou grande polêmica com José de Alencar) etc.

Ora, é claro que, devido à distância geográfica e à imposição de que um falar linguístico está sempre em modificação, ou seja, a evolução linguística é incessante, há de existir diferença entre a língua portuguesa do Brasil e a de Portugal, mas apenas quanto ao que se abordou aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José de. *Senhora*. São Paulo: Ática, 1977.
- . *O Guarani*. São Paulo: Ática, 1992.
- ALI, Said. *Investigações Filológicas*. Rio de Janeiro: Grifo/MEC, 1975.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. Rio de Janeiro: J. Ozon, [s/d.].
- CARVALHO, Castelar. Aspectos lexicais do português do Brasil no século XIX. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, v.1, nº. 31, 1º. sem. de 2006.
- DUBOIS, Jean. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- LESSA, Luiz Carlos. *O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: 1966.
- MELO, Gladstone Chaves. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.
- SILVA NETO, Serafim *Manual de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1977.
- TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

**JOGO E LINGUAGEM
UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA
DE UMA SITUAÇÃO MOTRIZ PARTICULAR²**

José Ricardo da Silva Ramos (UFF)

RESUMO

Ao se assistir a um evento esportivo em suas várias maneiras de uso, é possível verificar situações em que as ações normativas do jogo utilizadas por seus jogadores apresentam um modo diferente de uso daquelas prescritas pelas orientações padronizadas do esporte oficial. A presente pesquisa se propõe a realizar uma análise funcionalista dos jogos de enfrentamento, mais especificamente de um jogo de voleibol de praia lúdico, no campo de Estudos da Linguagem. Isso se dará por meio de uma análise funcionalista, ou seja, o jogo será analisado como um sistema sujeito a pressões oriundas das situações interativas dos seus jogadores e como resultado da necessidade de jogar de um grupo. Tem-se, como foco principal, as ações motrizes de um grupo de jogadores de vôlei de areia (o vôlei do Pinheiro), observadas dentro do contexto do jogo na praia de Icaraí, Niterói, RJ. Procurou-se identificar e analisar como os jogadores (ex-atletas do voleibol de quadra) se organizam para jogar e efetuar formas e ações motrizes tão distintas da norma oficial do vôlei de areia e como os mesmos classificam e dão sentido à sua maneira de usar o jogo. Para a realização deste estudo, buscamos suporte teórico às descrições e explicações em Givón (1995), Votre (2004), Parlebas (1999), Cunha, Oliveira e Martelotta (2003). Desse modo, pretende-se, neste estudo, apresentar as ações motrizes do vôlei pragmático, refutando a abordagem estruturalista do jogo conforme postulada por Parlebas (1999), além de analisar como o referido conteúdo motor pode ser interpretado pelas estratégias criativas utilizadas pelos jogadores para organizar, funcionalmente, sua motricidade para uma determinada situação interativa, como um jogo de voleibol.

Palavras-chave: Jogo; Linguagem; Funcionalismo; Linguística

INTRODUÇÃO

Quando assistimos a um evento esportivo em suas várias maneiras de uso, é possível verificar situações em que ações normativas do jogo, realizadas por seus jogadores, apresentem um modo diferente de uso daquele prescrito pelas orientações padronizadas do esporte

² Uma versão deste trabalho foi apresentada na I Jornada Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos de Língua Portuguesa, no dia 5 de novembro de 2006 na Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

oficial. Essa forma diferente de jogar não se dá de forma casual, mas acomoda certa regularidade quando os jogadores usam uma determinada prática corporal para a interação social.

A presente pesquisa se propõe à análise funcionalista dos jogos de enfrentamento, mais especificamente de um voleibol de praia lúdico, no campo de Estudos da Linguagem. Isso se dará por meio de uma análise funcionalista de uma prática corporal, ou seja, o jogo será analisado como um sistema sujeito a pressões oriundas das situações interativas dos seus jogadores e como resultado da necessidade de jogar de um grupo social. Temos como foco principal as ações motrizes de um grupo de jogadores de vôlei de areia (o vôlei do Píneiro) observadas dentro do contexto do jogo na praia de Icaraí, na cidade de Niterói – Estado do Rio de Janeiro. Procuramos identificar e analisar como os jogadores (ex-atletas do voleibol de quadra) se organizam para jogar e efetuar formas e ações motrizes tão distintas da norma oficial do vôlei de areia e como os mesmos classificam e dão sentido à sua maneira de usar o jogo. Para a realização desse estudo, buscamos o suporte teórico em Givón (1995); Votre (2004); Parlebas (1999); Cunha, Oliveira & Martelotta (2003), como base de nossas descrições e explicações.

Desse modo, pretende-se, nesta tese, apresentar as ações motrizes do vôlei pragmático, refutando a abordagem estruturalista do jogo (Parlebas, 1999); analisar como o referido conteúdo motor pode ser interpretado pelas estratégias criativas utilizadas pelos jogadores para organizar funcionalmente sua motricidade para uma determinada situação interativa como um jogo de voleibol.

A partir desse enfoque, algumas questões são levantadas: as ações motrizes dos jogadores podem demonstrar que o jogo lúdico ou esportivo estão em constante mudança em consequência da incessante criação de novas expressões motrizes ou de novos arranjos dos jogadores para a sua interação na hora de jogar? Essas ações quando consideradas freqüentes podem sair do discurso motor dos jogadores e fazer parte da gramática do jogo? Podemos falar de uma relativa instabilidade na estrutura do jogo? Os jogadores consideram que os seus comportamentos motores irregulares, segundo o vôlei de areia padrão, mas previsíveis e regulares em seus modos de jogar podem selecionar as regras de uma determinada situação motriz? Em algum

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

momento de sua prática corporal os jogadores teriam a consideração de que é o uso do jogo que regulariza o mesmo? Os professores de Educação Física sabem que através das pressões motrizes no uso do jogo, da repetição e da regularidade motriz o que era fortuito e casuístico numa determinada situação motriz pode se fixar e converter-se em norma? Como classificaríamos as ações motrizes não prototípicas, distintas do esporte padrão?

Apresentamos como hipótese para a nossa pesquisa a idéia de que a iconicidade é abordada como o princípio mais recorrente nos momentos de estabilizações motrizes efetuadas pelos jogadores, principalmente nos exemplos em que se verifica a alteração dos padrões prototípicos das ações esportivas, tal como do voleibol de alto nível. Acreditamos que, na interpretação pragmática do jogo, princípios icônicos (motoramente motivados) interagem com princípios mais simbólicos (acordos normativos arbitrários), que respondem pelas regras do jogo. Para nós, o princípio da iconicidade, quando testado, permite a codificação morfológica e sintática de um jogo, como também a investigação detalhada das circunstâncias discursivas dos jogadores, das suas estratégias motrizes para jogar, das suas condições motrizes que governam o uso do jogo em uma situação real de interação.

Os pressupostos teóricos que fundamentam nossa pesquisa são de orientação funcionalista. Desse modo, serão introduzidos os meios e princípios básicos dessa abordagem da Linguagem, tais como concepção de jogo dentro deste enfoque, gramática e discurso motor, iconicidade, gramaticalização, unidirecionalidade, marcação, transitividade, informatividade e gramatical funcional. Esses princípios são abordados segundo os estudos de Votre & Martelotta (1996), Cunha, Oliveira & Martelotta (2003), Parlebas (1999) e Oliveira (2000). Em alguns desses conceitos, como o da língua é jogo, há evidências vinculadas ao tema em Parlebas (1981, 1996, 1999) por meio de exemplos linguísticos retirados da obra desse autor. Parlebas apresenta, em grande parte da sua obra, o jogo sob o ponto de vista da abordagem estruturalista da Linguagem, citando conceitos e descrições preconizadas pelas gramáticas normativas para o desvelamento de qualquer tipo de jogo. Em seguida, apresentamos estudos de ações motrizes em situações prototípicas do enfoque estruturalista, fazendo-se, numa primeira instância uma refutação, e depois

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

a vinculação com os pressupostos teóricos da abordagem funcionalista.

As análises referentes aos dados provenientes dos atos ações motrizes dos jogadores observados em situações reais de jogo foram descritas e interpretadas através dos meios e princípios funcionalistas com resultados quantitativos e qualitativos dispostos com as respectivas conclusões e comentários. Sugerimos uma nova possibilidade para análise das ações motrizes em situação de jogo, considerando-se a jogo como uma situação emergente de interação social. Nesta fase da pesquisa, procuramos relacionar as dimensões pragmática, semântica e sintática, na tentativa de se discutir o uso do jogo em função das motivações discursivo-pragmáticas dos sujeitos jogadores quando jogam e constroem o jogo.

Acreditamos que o objetivo maior do ensino das atividades motrizes é o de desenvolver a competência interativa do aluno, a qual não pode ser atingida sem se trabalhar a dimensão pragmática das práticas corporais em conjunto com os fenômenos de continuidade, variabilidade e mudança de um encontro esportivo ou lúdico. Desse modo, a pesquisa teórica respaldada nesses fenômenos do jogo tem nas questões morfossintáticas de um encontro motor o foco central de investigação, pois investigar essas questões nos proporciona descrever, interpretar e codificar as estratégias motrizes mais sistemáticas e regulares do uso do jogo, como também considerar qualquer prática corporal menos convencional, à margem da estrutura padrão esportiva.

Nesse sentido, este estudo apresenta-se como uma pesquisa funcionalista do jogo, a qual podemos investigar o funcionamento de um encontro motor em uma situação interativa e com isso, enfatizar as funções motrizes do jogo num primeiro plano, vinculando a pragmática, semântica e sintaxe do jogo num todo orgânico, com base numa concepção de que o jogo pode ser uma estrutura dinâmica, instável e flexível. Assim, objetivamos uma pesquisa provocadora de reflexões, em que se aborde o uso expressivo da motricidade como um processo icônico para a construção de uma determinada prática corporal. Para isso, demos especial atenção a um grupo social que possui uma maneira muito singular de jogar, pois o grupo fornece nos seus modos “irregulares” de jogar o material necessário para

compreendermos melhor a tendência funcionalista do jogo e as opções teóricas que as distanciam dos estudos formalistas do jogo.

Buscamos, assim, assumir o enfoque teórico funcionalista, em que se preconiza o uso do jogo como instrumento para a interação social. Desse modo, o jogo pode (como a língua) ser analisado como um objeto maleável, sujeito a pressões oriundas das situações interativas e lúdicas dos jogadores, ou seja, o jogo pode ser visto como um instrumento de interação social em que as suas estruturas e formas motrizes assumem significados a partir das funções interativas, comunicativas e contracomunicativas que os jogadores estabelecem no momento que jogam.

O JOGO E A LÍNGUA

Ao apresentarmos o uso do jogo para fins interativos entre os sujeitos que jogam, faz-se necessário discutirmos qual a concepção de Estudos da Linguagem, em que se pauta nossa idéia de jogo como linguagem.

Para Parlebas (1981, 1996, 1998, 1999), o jogo é um fenômeno motor que pode ser analisado cientificamente, como uma estrutura particularmente fixa, essencialmente autônoma e com dependências internas. Para ele, o jogo é fruto de acordos sociais (regras) e leis que moldam a motricidade dos que jogam. Dessa forma, a novidade parlebasiana reside na criação de uma ciência (Praxiologia Motriz) para o estudo das ações motrizes dos sujeitos que jogam numa rede de dependências internas, em que os elementos formais do jogo se estruturam numa determinada prática corporal. Segundo Parlebas (1999: 102), “o jogo fala por si, e em si e é um sistema arbitrário que existe em virtude dos elementos que o compõem para o seu próprio funcionamento”. Observamos uma clara ênfase na característica estruturalista da língua apoiada na hipótese de que é possível descrever o jogo retirando do campo dos Estudos Linguísticos um conjunto de pesquisas que se dedica ao estudo da lógica interna da língua, ou seja, a tarefa de desvendar um jogo pode ser abordada pelos mesmos estudos linguísticos provenientes de Saussure que levam os pesquisadores da área da Linguagem a se dedicarem ao estudo da lógica interna da língua. Para Parlebas, na análise de um jogo, ressalta-se

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mais a forma do que a função, pois o jogo é visto como a *langue* das atividades corporais e a função motriz é considerada como um elemento estrutural que tem relações com os outros elementos dentro do sistema jogo como um todo ou como um *status* categorial assumido pelo jogador, fazendo com que esse último tenha um referência motriz, caracterizando-o como um portador de propriedades inerentes a rede comunicações do jogo.

Nesse quadro, pode-se concluir que o estruturalismo não é um modelo de análise de um fenômeno social restrito dos Estudos da Linguagem, apresentando, ao contrário, aspectos distintos, de acordo com diversos campos do conhecimento. Mari, Domingues e Pinto (1995) propõem que os vários campos do estruturalismo herdeiros da concepção saussuriana da linguagem variam também de acordo com os seus modelos de análises, considerando sempre a permanência da noção de estrutura, ou então, conduzindo a certa subversão desta pela incorporação de novos aspectos como sujeitos participantes da interação, a situação comunicativa, estruturas abertas externas e as circunstâncias discursivas presentes no ato verbal.

Por um novo tipo de percepção do jogo, não observaremos o jogo enquanto uma estrutura estável. O ponto central do enfoque que nos guia é o fato de concebermos a estrutura do jogo interpretada e explicada em função de outros fatos extra-jogo, especialmente dos níveis interativos e motores dos jogadores. No paradigma funcional, o que se procura é apresentar de que modo a estrutura do jogo reflete a situação interativa do jogo. Nesta orientação da Linguagem, a expressão motriz se dá em função da intenção do jogador interagir; das suas experiências pragmáticas; das relações que ele estabelece para jogar; em função das suas capacidades motrizes; das suas circunstâncias discursivas; da sua conjuntura social e cultural.

Para a perspectiva funcionalista, as expressões motrizes precisam representar um conjunto de recursos e de procedimentos convencionais, mais ou menos regulares, resultantes da experiência motriz de uma comunidade no jogo, ou seja, numa sua forma mais sistemática, pois o modo como uma determinada comunidade social expressa-se regularmente faz com que o conjunto das formas eleitas por essa mesma comunidade reconheça uma certa frequência de uso motor e, assim, os acordos lúdicos e as convenções motrizes dos seus

membros são socialmente reconhecidos na interação corporal do grupo e com isso pode desenvolver-se uma gramática funcional para uma determinada prática corporal. Por isso, este tipo de gramática precisa ser estudada em seus contextos discursivos específicos, no espaço que se constitui, onde os sujeitos que jogam usam suas expressões motrizes com certa frequência, as quais forjam as estruturas gramaticais de um jogo, já que há um vínculo normatizado entre frequência e regularização. De acordo com a frequência, usos expressivos podem sofrer mudanças, desaparecerem ou se fixar na gramática de um jogo.

A ORIENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA DA ABORDAGEM FUNCIONALISTA

O presente estudo, que constrói suas argumentações sob a orientação teórica-metodológica da abordagem funcionalista da Linguagem, escolheu o procedimento de descrever e analisar as ações motrizes de um vôlei de praia, por meio de coleta de dados no próprio campo de jogo. Tal procedimento permitiu interpretar os fatores semântico-pragmáticos no uso do jogo e apresentar as motivações de um grupo social na utilização de determinadas estruturas morfossintáticas na sua maneira de jogar. Desse modo, perceber e analisar as ações motrizes de um vôlei de praia, com base na aplicação do aparato teórico metodológico funcionalista, possibilitou verificar a ocorrência regular de determinadas ações “irregulares” no âmbito do jogo lúdico, como elas constroem, e caracterizam uma concepção de jogo como um instrumento de interação social, que, como tal, não pode ser analisado como um objeto autônomo e estável, mas como uma estrutura flexível, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações intra e extra-jogo, que ajudam a desenvolver sua estrutura gramatical.

Com a proposta de codificar as estratégias motrizes mais sistemáticas e regulares de um jogo a partir das ações motrizes advindas da motricidade de um grupo social que joga um vôlei de areia à margem da estrutura padrão do vôlei oficial, no seu próprio campo de pesquisa, buscamos o contato com o grupo de jogadores veteranos de vôlei de areia que, forma a rede do Pinheiro, localizada em frente à rua Belizário Augusto na praia de Icaraí, na cidade de Niterói, Es-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tado do Rio de Janeiro. Seleccionados dez jogadores que foram observados em quinze jogos. Todos os jogadores são pertencentes a essa rede. A escolha por tais jogadores se deu, principalmente, em virtude de tais jogadores serem assíduos todos os finais de semana, na rede do Pinheiro. O contato se deu por meio de uma breve abordagem pelo pesquisador junto aos jogadores na própria rede que os mesmos jogam.

Nesse sentido, foram analisados quinze jogos de dez jogadores pertencentes a rede do Pinheiro onde se constata a presença de formas e ações motrizes prototípicas e não prototípicas do vôlei oficial de praia. Há, ainda, no trabalho a utilização de evidências linguísticas para os jogos esportivos de textos retirados da obra de Parlebas, regras e livros didáticos utilizados pela literatura específica do voleibol como o material utilizado para constituição do *corpus* desse trabalho. Para tanto, sugere-se uma possível abordagem de interpretação para os casos de ações não prototípicas segundo o vôlei padrão, apresentados durante nossa coleta de dados, já que essa tese supera a abordagem praxiológica estruturalista de Parlebas, segundo a qual é cientificamente legítimo descrever o jogo como uma possível *langue* da linguística, sem as influências sofridas na sua estrutura provenientes de fatores pragmáticos e interativos.

Procura-se, neste estudo, ampliar o *corpus* com mais elementos motores sobre o voleibol, com outras formas de jogar e com mais informantes ligados ao voleibol de um modo geral, o que possibilitou uma visão mais abrangente e diversificada de como as ações motrizes são interpretadas e classificadas dentro de uma visão pancrônica de jogo. Em suma, busca-se uma pesquisa exploratória voltada para a integração da motricidade e da fala dos jogadores (metamotricidade), da semântica e pragmática de um encontro motor, para a reflexão, interpretação e análise das práticas corporais em situação real de jogo.

Postula-se, também, que o presente trabalho não encerra a questão das ações motrizes e suas possíveis codificações no jogo. Ao contrário, no jogo lúdico, são bem explícitas as ações motrizes espontâneas, pois essas possuem fluência e estratégias pragmáticas em que podem ser vistas dentro de um *continuum* de prototipicidade formais ou escalaridades motrizes. Desse modo, pode-se observar a existência de estruturas menos representativas dos padrões formais

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

esportivos adotados, ou seja, dos elementos marginais, periféricos que desempenham um papel interativo predominante no jogo. O conhecimento de formas expressivas alternativas de manifestação motriz espontânea, como no caso do uso de um jogo “irregular” e seu conhecimento nos Estudos da Linguagem é de grande importância para uma maior análise, reflexão e envolvimento dos que trabalham com o jogo no processo de ensino/aprendizagem sobre temas da cultura corporal. É necessário, portanto, que se leve em conta a dimensão discursiva do jogo coletivo ou individual na no contexto em que ocorre a interação social, a tipologia motriz de uma prática corporal, o registro expressivo dos que praticam uma atividade motriz, seja formal ou informal, o jogo espontâneo ou oficial, entre outras questões educacionais. Assim, seria permitida uma interação mais ampla e eficaz dentro da escola, fazendo com que o aluno se sinta parte do processo de ação, reflexão e questionamento acerca dos elementos motores que apresentam histórias, origens, variações, continuidade e mudanças em seu uso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREAS, Eduardo Kenedy; MARTELOTTA, Mário Eduardo. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

CEZARIO, Maria Maura; COSTA, Marcos Antonio; CUNHA, Maria Angélica Furtado da. Pressupostos teóricos fundamentais. In: *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVIERA, Mariângela Rios de MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MACEDO, Alzira Verthein Tavares de. Funcionalismo. In: *Veredas: revista de estudos linguísticos*. Vol. 1, nº 2. Juiz de Fora: UFJF, 1998.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

OLIVEIRA, Mariângela Rios de. A interface discurso & gramática no uso das orações adjetivas. *Anais do 8º Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa*. São Paulo: IP-PUC/SP, 2002, p. 177-188.

PARLEBAS, Pierre. *Pour une semiologie du jeu sportif*. Paris: Éditions EPS, n° 143, p. 56-61 jan./fev. 1977.

———. *Linguistique, semiologie et conduites motrices*. Paris: Éditions EPS, n° 144, p. 49-52, mar./avr. 1977.

———. *Fonction semiotrice et jeu sportif*. Éditions Paris: EPS; n° 145; p. 38-40, jui./ aoû. 1977.

———. *Elementos de sociologia del deporte*. Málaga: Colecion Unisport, 1988.

———. Los universales de los juegos desportivos. **In:** *Revista de Praxiologia Motriz*. Las Palmas de Gran Canaria. n° 0, v.1, p. 15-30, 1996.

———. *Jeux, Sports et sociétés. Lexique de praxiologie motrice*. Collection Recherche. Paris: INSEP, 1999.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1969.

TUBINO, M. J. G. & MENEZES COSTA, V. L de. Práticas populares de esporte na praia: estudos de jogos de frescobol. **In:** VOTRE, S. J. & MENESES COSTA, V. L. de. *Cultura, atividade corporal & esporte*. Rio de Janeiro: Editora Central da UGF, 1995, p. 31-44.

VOTRE, Sebastião Josué. *Ensaio sobre educação física, esporte e lazer: tendências e perspectivas*. Rio de Janeiro: SBDF/UGF, 1994, p. 66-83.

———. *Cultura, atividade corporal e esporte*. Rio de Janeiro: Editora Central da UGF, 1995.

———. História da análise do discurso em educação física, esporte e lazer: da descoberta do conteúdo à produção do conhecimento. VI *Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Rio de Janeiro: IHGB; INDESP, 1998.

———. O corpo na mente – a base corporal do discurso da educação Física. **In:** RESENDE, H. e VOTRE, S. J. *Ensaio na educação físi-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ca, esporte e lazer: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro: SBDEF/UGF, 1994, p. 66-83.

———. Homogeneidade e heterogeneidade no discursos da educação física, do esporte e do lazer. **In:** Votre S. J. et al. *Cultura, atividade corporal e esporte*. Rio de Janeiro: Ed. UGF, 1995, p. 65-79.

VOTRE, Sebastião; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; CUNHA, Maria Angélica Furtado da. A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe. **In:** *DELTA*, vol. 15, no 1. São Paulo: PUC/SP, UNICAMP, 1999.

VOTRE, Sebastião; OLIVEIRA, Mariângela Rio de. Estratégias discursivas e gramaticais do uso da adjetiva. **In:** *Caderno de Letras da UFF*, n° 26 – Letras Clássicas e vernáculas. Niterói: Instituto de Letras da UFF, 2004.

VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura; MARTELOTTA, Mário. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 2004.

**METÁFORA, CULTURA E IDEOLOGIA
A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE UM GOVERNO
ATRAVÉS DO DISCURSO**

Sérgio N. de Carvalho (UERJ)

RESUMO

Este trabalho propõe investigar, do ponto de vista crítico (Charteris-Black, 2004 e 2005), as metáforas conceptuais (Lakoff & Johnson, 1980/2002) que transformam, discursivamente, fatos e/ou acontecimentos em “atos de guerra”. Entendemos que essas metáforas são, muitas vezes, usadas, cognitivamente e linguisticamente, para justificar uma ação ou re(ação), com evidentes implicações políticas.

O *corpus* utilizado nesse estudo foram as falas do Presidente G. W. Bush e de seus colaboradores relatadas na mídia americana através do jornal diário *The New York Times* durante o período de 12 de setembro de 2001 a 20 de março de 2003.

O trabalho não só se apóia teoricamente na lingüística cognitiva com ênfase nos aspectos sócio-culturais (Tomasello, 1999; Köceses, 2005); discursivos (Cameron, 1999, 2003) ideológicos (Charteris-Black, 2004 e 2005; Chilton, 1993 e 2004 e Musolff, 2004) da metáfora.

Palavras-chave: Metáfora; Discurso; Cultura; Ideologia

INTRODUÇÃO

Este texto é sobre linguagem e, especificamente, a forma de como o discurso é usado em tempo de crise política nacional ou internacional. Nos eventos que aconteceram em 11/09/01 e aqueles que os sucederam, através da retórica pública, tornaram-se guerras. O governo de Bush ratificou muito bem isso. Nova York passa ser a capital da América e todos voltam os seus olhos para ela, o centro financeiro e cultural da América. E por que não dizer que as torres gêmeas, metaforicamente falando, é o coração da América.

Este estudo refere-se ao uso de expressões lingüísticas metafóricas usadas por pessoas presumivelmente peritas no uso da retórica política. Portanto, conhecedores da capacidade de persuasão que este tropo tem na modalidade do discurso citado. O conteúdo entre esse período histórico foi examinado através do jornal americano *The New York Times* (NYT), com o intuito de descobrir como a metáfora foi usada em relação aos objetivos e decisões políticas. A es-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

colha desse jornal dá-se pela sua enorme circulação naquele país como veículo de informação, credibilidade e um número recorde de prêmios Pulitzer ganho em 2002 pela cobertura daqueles acontecimentos. Neste conteúdo, através de citações do referido jornal, veremos o presidente Bush e seus principais colaboradores de governo como experientes articuladores políticos e exímios palestrantes, no que diz respeito ao discurso político.

Algumas vezes, oferecemos um exemplo representativo de uma determinada expressão metafórica no domínio do *crime* e da *guerra* que possa ter ocorrido várias vezes na referida mídia (NYT). Depois de analisar as expressões linguísticas metafóricas, elas são agrupadas em categorias, cada categoria sob o título de uma determinada *metáfora conceitual*. Conceito esse a ser explicado mais adiante.

Compartilhamos com Schon (1979) que as dificuldades mais prementes na política social e na política também, tem mais a ver com a apresentação dos problemas do que praticamente com a solução dos mesmos. Ou seja, a maneira de como um problema é conceitualizado ou verbalizado é frequentemente metafórico e por aí já se tem o desencadeamento das possíveis soluções desse problema. No caso da política, nacional ou internacional, muito da agenda dos dirigentes de um país é estruturada com base em discursos repletos de metáforas. Lakoff e Johnson (1980/2002) denominam tais metáforas estruturais de metáforas gerais (ou conceituais) que nos permitem mais do que simplesmente orientar conceitos, nos referir a eles, quantificá-los, etc. Como fazemos com as metáforas simples; “elas nos permitem, além disso, usar um conceito bem estruturado e delineado para estruturar um outro” (p. 61). Os autores nos exemplificam com a metáfora “TEMPO É UM BEM MATERIAL”, que estrutura a forma como vemos *tempo* como um recurso contável e de valor que pode ser gasto, guardado e desperdiçado (p. 65).

A trajetória linguística do World Trade Center e do Pentágono começou em silêncio. Nenhum país se responsabilizou pelos acontecimentos de 11/09. Mas, os Estados Unidos asseguraram que eles tinham um “inimigo” - um “inimigo sem cara” que personificava o “mal”. E contra esse mal, o país se lançou em uma guerra. O primeiro alvo foi o empobrecido Afeganistão. Tudo isso porque

aquele país “escondia” o “inimigo sem cara” e tendo o ataque lá começado em 07/10/01. A pergunta que se faz é: Como que de uma resposta ao terror se torna uma Guerra ao Terrorismo? Finalizando, o objetivo desse artigo é mostrar, ainda que resumidamente, o caminho percorrido de um país na construção de uma guerra com o auxílio de uma poderosa arma – o discurso metafórico.

A METÁFORA E O DISCURSO POLÍTICO

Existe um grande número de literatura sobre o estudo da metáfora. Sontag e outros começam por Aristóteles, cujo livro Poético define metáfora de uma forma simples: “Metáfora consiste em nominar uma coisa em nome de outra”. Dessa definição, estudos em diversos campos sobre a metáfora se ampliam: retórica, discurso, literatura, lingüística, pragmática, psicologia, ciência cognitiva e outros (Boys-Stones, 2003; Ortony, 1993; White, 1978). Aqui consideraremos a metáfora do ponto de vista da lingüística cognitiva (Lakoff e Johnson, 1980/2002; Ortony, 1993; Gibbs, 1994; Cameron e Low, 1999; Deignan, 1999; Kovecses, 2004) apenas para citar alguns e sua implicação no discurso político. Certamente, a política é um campo fértil para pesquisa desse tropo. Alguns estudos de interesse já se apresentam na literatura como Bostdorff (1994) e Chilton (2004).

Mas, o grande divisor de águas do estudo da metáfora é *Metáforas da vida cotidiana* (tradução do GEIM/PUC/SP) escrito pelo lingüista cognitivo George Lakoff e o filósofo Mark Johnson, em 1980. Essa obra é de grande relevância para a discussão social e política da metáfora. Os autores argumentam que o sistema conceitual humano é fundamentalmente metafórico e que a metáfora estrutura a nossa maneira de pensar. A argumentação deles de que a metáfora “não é um recurso somente da linguagem, mas também do pensamento e da ação” apóia o estudo do discurso social e político (Lakoff e Johnson, 1980: 208/2002; Black, 1962; Johnson, 1987; Lakoff, 1986;). Portanto, do ponto de vista cognitivo, ela é usada na comunicação para que possamos compreender situações problemáticas a partir daquelas que já nos são conhecidas. As metáforas “antigas” ou “mortas” e “novas” ou “vivas” são normalmente construídas a partir de conceitos humanos provenientes da interação do corpo humano com o meio – ambiente: ficar de pé, estar num espaço delimitado,

mover-se de um ponto para o outro.

Além das características acima da metáfora, como um processo cognitivo universal, ela tem a função no discurso, nesse caso do ponto de vista interacional, na relação face a face, de atenuar o mal estar que possa haver no contato entre indivíduos. No modelo de Brown-Levinson (1987), a metáfora é considerada uma “estratégia fora de registro”; isto é, o seu objetivo é controlar os mais ameaçadores atos de fala e, ao mesmo tempo, minimizar o envolvimento de seu escritor/falante. A responsabilidade é do ouvinte de entender as implicações metafóricas e a sua importância naquele momento da comunicação. Ao mesmo tempo, a metáfora propicia um terreno comum no aspecto cultural (Deignan, 2003; Kövecses, 2004; Lakoff e Johnson, 1980/2002) e, ao mesmo tempo, do ponto de vista cognitivo, ela age como um grande recurso para que novos conceitos e políticas possam ser explorados. Mas fica o alerta para que tenhamos cuidado com a possibilidade desse terreno comum, quando uma determinada comunicação surge entre culturas. Podendo-se incidir em uma má compreensão da metáfora por conta das diferenças culturais entre o escritor/falante e o leitor/ouvinte (Deignan, 2003; Rohrer, 2004).

Não deixaríamos de mencionar dentro desse tópico da metáfora e política e, diretamente, a política internacional, a capacidade de persuasão daquela figura de linguagem.

Apesar do crescente interesse no estudo da metáfora, não se tem um número muito expressivo de pesquisas sobre sua função de mudança de atitude ou efeitos de persuasão (expressando e manipulando crenças). Grande parte do interesse nessa área centraliza-se nos efeitos persuasivos da linguagem (Ver Bowers, 1963, 1964).

A função persuasiva da metáfora se faz entender a partir da teoria contemporânea da metáfora, como Lakoff se refere (1993). O autor e seus seguidores postulam a existência de relações mentais chamadas de “metáforas conceituais” como vimos acima. Elas funcionam no nível do pensamento ao invés do da linguagem. Elas são passíveis de serem concretizadas através de expressões denominadas “metáforas”. Os escritores da escola contemporânea se referem a essas expressões lingüísticas como “metáforas lingüísticas” (Lakoff e Johnson, 1980; Deignan, 1999). Muito embora as relações conceitu-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ais, segundo a teoria contemporânea, são mais significativas do que as relações lingüísticas individuais, as metáforas lingüísticas são a única prova disponível para que se possa provar a existência das metáforas conceituais. Assim sendo, quase toda discussão sobre metáfora conceitual recai fortemente nos exemplos de metáforas lingüísticas, freqüentemente concebidas intuitivamente.

Concluindo, as metáforas podem ser usadas com o intuito de persuadir ao sugerir uma interpretação de situações ou acontecimentos tendenciosamente. Isso acontece porque elas constroem um equilíbrio entre os elementos do domínio - fonte (o campo semântico do qual o significado literal é originado) e domínio - alvo (o domínio semântico dentro do qual o significado metafórico está localizado). Entretanto, temos que estar atento porque a metáfora não proporciona uma visão completa do seu tópico, mas ela destacará alguns aspectos e esconderão outros. E é por causa dessa característica que o discurso político, metafórico quase por natureza, merece atenção no campo da análise crítica de texto escrito e/ou falado desse campo da ciência.

UMA BREVE ANÁLISE CRÍTICA DO CORPUS

Com a intenção de apenas situar o leitor no fato histórico, naquela manhã de 11/09, aviões de linha comercial chocaram-se contra as torres gêmeas, na cidade de Nova York e o prédio do Pentágono, na cidade de Washington, D.C Aquele evento foi primeiramente descrito com o termo um ato de “terror” e/ou “crime” e depois se tornou um ‘ato de guerra’. Ato de guerra” normalmente são recíprocos com outros “atos de guerra” – mas, guerra contra quem? Ao fazer tal pergunta é como se pegássemos uma lente de aumento para perguntar como a linguagem foi usada para trazer a público o senso comum na política nacional da América.

Abaixo, mostraremos uma análise crítica de falas do presidente Bush e seus assessores, através de citações de artigos do jornal NYT, focalizando as metáforas lingüísticas usadas para exemplificar a trajetória de uma conceituação de crime a ato de guerra que, conseqüentemente, nos leva a metáfora conceitual dominante EVENTO “X” É UM ATO DE GUERRA. Destacaremos, também, outras me-

táforas do domínio da política internacional que possam interagir com a metáfora dominante, acompanhada de um breve comentário sobre a ideologia que permeia, possivelmente, a cada metáfora. Isso ocorre porque não podemos falar sobre guerra, sem falarmos em política internacional.

Apresentaremos a metáfora conceitual (sempre em letras maiúsculas, em português), seguida de considerações ideológicas quando se fizer necessário e os exemplos, com a fonte e data, respectivamente.

TERRORISMO É CRIME

Esta metáfora teve um tempo de vida curta no cenário da política americana por ocasião do ataque às torres gêmeas e ao Pentágono. Segundo o Presidente Bush, esse evento em questões de horas se torna um “ato de guerra”, como veremos mais adiante. Onde um ataque terrorista, passa a ter um mérito de uma completa resposta militar por parte dos Estados Unidos e a criação de um grupo de aliados. Esse “sistema” de crime envolve: *vítimas, lei, punição, juiz, corte* e esses elementos foram abandonados rapidamente.

- 1- “These *acts of mass murder* were intended to frighten our nation...” (“Esses atos de assassinatos tiveram a intenção de assustar a nossa nação”) (NYT, 11/09/01).
- 2- “I have directed...to *bring them to justice*.” (“Eu os pedi que... *Os julgassem*”) (NYT, 11/09/01)
- 3- “This is the day...our resolve for justice and peace.” (“Este é o dia...”) (NYT, 11/09/01)”.
- 4- “*Crime scenes* have been established by the federal authorities.” (“*Cenas de crime* foi como as autoridades federais viram o atentado”). (NYT, 11/09/01).
- 5- “The full resources of the Department of Justice...are being deployed to investigate these *crimes* and to assist survivors and *victim* families.” (“Todos os recursos do Ministério da Justiça... Estão sendo empregados com intuito de investigar e dar assistência aos sobreviventes e familiares das vítimas”). (NYT, 11/09/01)

EVENTO “X” É UM ATO DE GUERRA

Em questão de horas, no seu primeiro discurso a nação americana, o presidente, sua equipe e seus países aliados transformam o cenário de um *ato de crime* em um *ato de guerra*.

- 1- “... we stand together to win the *war against terrorism*.” (“... ficaremos apostos, juntos para vencer essa *guerra contra o terrorismo*”). (NYT, 11/09/01)
- 2- “This is not a *battle* between the United States of America and terrorism, but...” (“Essa não é uma *batalha* entre os Estados Unidos da América e o terrorismo, mas...”) (NYT, 12/09/01)
- 3- “This *war* will not be like the war against Iraq a decade ago, ...” (“Essa *guerra* não será como a guerra contra o Iraque há uma década atrás...”) (NYT, 12/09/01)
- 4- “...that an *act of war* was declared on us.” (“... que um *ato de guerra* foi declare a gente) (NYT, 14/09/01)”.
- 5- “...*war* on home territory.” (“... *guerra* na nossa casa”). (NYT, 12/09/01).
- 6- ...but now that *war has been declared* on us, ...”) (“Mas agora que a nos foi *declarado guerra*,...”) (NYT, 14/09/01)

NAÇÃO É UMA PESSOA

Essa metáfora é um recurso linguístico de extrema relevância em conflitos internacionais onde a guerra se faz presente. O país é visto como uma *pessoa* e, conseqüentemente, ele/ela se engaja ou não em relações sociais, em casa, ou dentro de uma comunidade mundial. O seu território passa ser *lar*, *Ele* (o país) vive em uma *vizinhança* com seus (*vizinhos, amigos, inimigos*). Esse tropo dá ao povo americano o sentimento de que é justo, moral lutar contra o inimigo que invade a sua casa e lhe tira o direito de ter seus valores (aqui a liberdade, tanto proclamada pelo governo Bush e aliados). O mal que se faz, não é a um país, mas sim, a uma pessoa, a um ser humano. Dessa maneira, para a sociedade americana todo o conflito está bem próximo, mas de uma forma bem diferente dos fatos reais.

Essa mesma metáfora pode ser analisada como uma metonímia. Considerando que no discurso da política internacional é co-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

num que ela seja vista assim. Podemos arriscar dizendo que se trata de uma possível metaforização da metonímia.

- 1- "...to frighten our nation into chaos and retreat." ("... assustar nossa nação criando-se um caos e nos afastando covardemente".) (NYT, 12/09/01)
- 2- "Our nation saw evil..." ("Nossa nação viu o mal...") (NYT, 12/09/01).
- 3- "Today America has experienced one of the greatest..." ("Hoje a América experimentou a maior...") (NYT, 11/09/01)
- 4- "...when America suffers..." ("... quando a América sofre,...") (NYT, 12/09/01)".
- 5- "...the Unites States might suffer." ("Os Estados Unidos podem sofrer"). (NYT, 07/03/02)

FICAR DE PÉ É AGIR MORALMENTE

Uma vez que a "nação - pessoa" se "levanta" contra o "inimigo", ela está agindo moralmente. O *mal*, o *inimigo* deve ser vencido pelo o *bem*. Portanto, ao eliminarmos o inimigo, estamos colaborando para que ele não ameace aqueles mais fracos. E contra o *inimigo*, não se questiona o seu extermínio. O *bem* tem que vencer o *mal*.

- 7- "And we stand together to win the war against terrorism." ("E levantamos juntos contra o inimigo para vencer a guerra contra o terrorismo".) (NYT, 12/09/01).
- 8- "America has stood down enemies before, ...". ("A América já se levantou contra inimigos antes,...") (NYT, 12/09/01).

SUDDAN HUSSEIN É O MAL/IRAQUE É O MAL

Esta metáfora é um desencadeamento da metáfora conceitual dominante no discurso político de conflitos de guerra o CONTO DE FADAS. Na literatura temos os personagens: o herói (representado pelos Estados Unidos), a vítima (Estados Unidos e/ou a comunidade mundial, segundo o governo Bush e aliados) e o vilão (não se sabe bem quem, mas o governo Bush e aliados denominam de bin Laden (Guerra do Afeganistão) e depois armas de destruição em massa, nunca encontradas, ou Saddam Hussein (Guerra do Iraque). A esco-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Iha do vilão é importante para armar a história com todo os seus personagens. Dessa forma, o governo Bush e aliados justificam uma guerra moralmente, onde Saddam Hussein é o mal, inimigo e, portanto, deve ser eliminado vivo ou morto como o próprio Bush afirmou na mídia.

- 1- President Bush prepared the country tonight for possibly imminent *military action* against Iraq declaring that Saddam Hussein posed a *direct threat to the security* of the Unites States ... (O presidente Bush preparou o povo hoje a noite para uma possível *investida militar* contra o Iraque,... declarando que Saddam Hussein é uma *ameaça a segurança* dos Estados Unidos...) (NYT, 07/03/03)
- 1- ...saying Mr. Hussein posed a comparable *danger*. (... afirmando que o Sr. Hussein apresenta-se como um *perigo*.) (NYT, 07/03/03)
- 2- ...while portraying Iraq as the most urgent *threat*, Mr. Bush referred to ...) (... enquanto mostrava o Iraque como a *ameaça* mais iminente, O Sr. Bush se referiu a...) (NYT, 20/03/03).
- 3- But Mr. Bush said...on confronting Iraq and the *dangers* it poses. (Mas o Sr. Bush afirmou... ao confrontar o Iraque e o *perigo* que ele representa). (NYT, 07/03/03)
- 4- He's a *muderer* he said... ("Ele é um *assassino*, ele disse...") (NYT, 07/03/03)

CONCLUSÃO

Este texto tentou mostrar o papel da metáfora conceitual no discurso político em situações de conflitos de guerra. Devido a limitação de páginas, não houve a intenção de explorar o assunto de forma mais aprofundada.

Podemos observar a partir desse estudo, que a metáfora tem uma influência cultural a ser considerada e devemos entender que o seu processo está de acordo com os interesses políticos do local.

Ressaltamos, também, que a metáfora desempenha uma função relevante ao criar significados que possam ser compartilhados por muitos, percepções e certo grau de afirmação entre o público. Muito embora, diferentes metáforas possam competir na guerra da aceitação por parte do público, a visão metafórica que é disseminada freqüentemente desfruta de uma grande vantagem porque, em tempo de conflitos, o líder de uma nação é geralmente visto como um prote-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tor contra os inimigos. Assim se apresentou o Pres. Bush e seus grandes aliados que também exercem posição de destaque em seus governos.

Falamos da função persuasiva da metáfora quando pode ser manipulada para criar efeitos persuasivos em situações de grande interesse do público. Entretanto, por experiência na análise textos dessa natureza e como leitores competentes que somos, argumentamos que a maioria dos escritores/falantes não se permite que sejam eles mesmos julgados por essas metáforas. As metáforas são usadas com significados avaliativos por aqueles que tentam ser persuasivos, mas nós podemos exercer o nosso papel de questionadores e explorar esses usos para criticar os valores, julgamentos, atitudes, ideologias que estão por trás delas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOERS, J. W. Language intensity, social introversion and attitude change. **In:** *Speech Monographs*, 30, p. 345-352, 1963.

———. Some correlates of language intensity. **In:** *Quartely Journal of Speech*, 50, p. 415-420, 1964.

BOSTDORFF, D. M. *The presidency and the rhetoric of foreign crisis*. Columbia: University of South Carolina Press, 1994.

BOYES-STONES, G. R. *Metaphor, Allegory, and the classical tradition: ancient thought and modern revisions*. Oxford: OUP, 2003.

CAMERON, L. & LOW, G. *Researching and Applying Metaphor*. Cambridge: CUP, 1999.

CHARTERIS-BLACK, J. *Corpus approaches to critical metaphor analysis*. London: Palgrave MacMillan, 2004.

———. *Politicians and Rhetoric*. London: Palgrave, 2005.

CHILTON, P. *Analysing Political Discourse: Theory and Practice*. London: Routledge, 2004.

CHILTON, P.; ILYIN, M. Metaphor in Political Discourse: the Case of the “Common European House”. **In:** *Discourse and Society*, vol. 4, nº 1, p. 7-31, 1993.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

DEIGNAN, A. Corpus -based approach research into metaphor. **In:** L. Cameron e G. Low (Eds.). *Researching and applying metaphor*, p. 177-199. Cambridge: CUP, 1999.

———. Metaphorical Expressions and Culture: An Indirect Link. **In:** *Metaphor and Symbol* 18(4), p. 255-271, 2003.

GIBBS, R. W. Figurative thought and figurative language. **In:** M. A. Gersnbacher (Ed.). *Handbook of psycholinguistics*. San Diego: Academic Press, p. 411-445, 1994.

KÖVECSES, Z. *Metaphor in Culture: Universality and variation*. Cambridge: CUP, 2004.

LAKOFF G. & JOHNSON.M. *Metaphors we live by*. Chicago: Harvard University Press, 1980.

LAKOFF, G. The meaning of literal. **In:** *The Metaphor and Symbols* 1 (4), p. 291-296, 1986.

———. The contemporary theory of metaphor. **In:** A. Ortony (ed.). *Metaphor and Thought*. Cambridge: CUP, p. 202-252, 1993.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.

———. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução do Grupo GEIM. São Paulo: EDUC; Mercado de Letras, 2002.

MUSOLFF, A. *Metaphor and Political Discourse: analogical reasoning in debates about Europe*. London: Palgrave Macmillann, 2004.

ROHER, T. Race-baiting, Cartooning and Ideology: A conceptual blending analysis of contemporary and WWII war cartoons. **In:** GRESCHONING, Steffen and SING, Christine S. *Ideologien zwischen Lüge and Wahrheitsanspruch*, Wiesbaden: Deutscher Universitäts-Verlag, 2004.

SCHON, D.A. Generative metaphor: A perspective on problem setting in social policy. **In:** A. Ortony (Ed.). *Metaphor and Thought* Cambridge: CUP, 1979, p. 254-283.

SONTAG, S. *Illness as Metaphor*. New York: Farrar, Straus and Giroux. 1978.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

TOMASELLO, M. *The cultural origins of Human Cognition*. Cambridge: Harvard UP, 1999.

WHITE, H. *Tropics of Discourse: essays in cultural criticism*. Baltimore: John Hopkins UP, 1978.

**O APORTE RETÓRICO DA ENUNCIÇÃO
A ARTE EPISTOLAR
SEGUNDO ERASMO DE ROTTERDAM³**

Ricardo Hiroyuki Shibata (Biblioteca Nacional-RJ)

RESUMO

A partir do exame mais detalhado das três obras produzidas por Erasmo de Rotterdam (1466-1536) acerca da arte de escrever cartas, é possível verificar que, embora suas linhas mestras se estabilizem em bases amplamente formais, elas se articulam estrategicamente com o ideal doutrinário de reforma política e religiosa. O que equivale afirmar que, para Erasmo, a epístola não possui apenas um objetivo missivo ou informacional, mas constitui-se num instrumento poderoso de ação apologética (uma *pietas* verdadeiramente cristã) e de consecução da eloquência proposta pelo humanismo (o estudo e emulação dos *auctores* da Antiguidade clássica).

Palavras-chave: Erasmo de Rotterdam; Humanismo, arte epistolar; século XVI

Há um aspecto da produção intelectual de Erasmo de Rotterdam (1466-1536) até agora muito pouco explorado, em especial, se levarmos em conta aquela parte de sua obra dedicada às questões doutrinárias mais espinhosas. Refiro-me aos seus tratados acerca da arte da escrita de cartas, o que, a bem dizer, parecem deslocar-se inteiramente em relação aos temas comuns da política de Estado, aos quais Erasmo, secretário do poderosíssimo imperador Carlos V, havia se voltado com excepcional entusiasmo: conselhos sobre educação principesca, diatribe contra a heresia luterana e o falso pietismo cristão, defesa do pacifismo e (talvez a mais conhecida de todas) o elogio da sã loucura em forma de sátira azeda à pseudo-razão dos teólogos.

Porém, examinados mais de perto, tanto o formalismo da elaboração de epístolas, quanto a ação política e apologética, parecem afirmar justamente aquilo que o próprio Erasmo, desde seus primeiros escritos, esforçara-se por defender: uma reforma espiritual que fosse ao mesmo tempo verdadeiramente humanista – portanto, fun-

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da BN, Fundação Biblioteca Nacional do Brasil.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dada no estudo sistemático dos *auctores* da Antiguidade clássica e sua respectiva emulação – e fortemente cristã – uma crença (*pietas*) sincera e consistente sem os excessos rituais em que a ortodoxia católica se afundava.

É estrategicamente nesse âmbito doutrinário mais extenso, em que pesam também as atribulações desse início do século XVI (navegações de portugueses e espanhóis, descoberta da América, revolução da imprensa, Reforma protestante, guerras um pouco por toda a Europa), que Erasmo escreve seus tratados acerca da escrita de cartas. Isto, então, significa afirmar que eles foram produzidos não apenas para a epístola em seu fim missivo, informativo ou comunicacional, mas como instrumento decisivo de manutenção de uma sociabilidade específica, a qual somente a troca epistolar poderia desempenhar; de tal modo que a sua própria estruturação formal, em perfeita conformidade com o acumulado da tradição epistolográfica, testemunha de modo incontestado o grau de importância a elas atribuída pelo pensamento humanista. Uma tradição formal, a que Erasmo não poderia escusar-se e cujo debate, à época, esquentava entre os partidários de Cícero – os tão famosos neo-ciceronianos e sua defesa radical da “carta familiar”, liderados pelos italianos Filelfo, Perotto e Nigro – e os *dictadores* – aqueles que seguiam o modelo das cartas-formulário (as “cartas formais”) de longa fatura entre os *scriptoria* de príncipes seculares e prelados da Sé romana.

O primeiro esforço de Erasmo na tentativa de compor uma arte epistolar foi o seu *Brevissima maximeque compendiarum confendarum epistolarum formula*, publicada em Erfurt, em 1520. Ali, Erasmo define a epístola, seguindo os preceitos de Libânio, como “conversa (em tom familiar) entre duas pessoas ausentes” (*absentis ad absentem colloquium*), sendo *colloquium* definido aqui como *sermo* em oposição aos discursos de aparato da *contentio*, ou seja, dos debates de índole polêmica que figuravam nas arengas do fórum romano. Também distingue três gêneros epistolares e suas correspondentes subdivisões de acordo com as três *causae oratoriae*, cujo aporte se dá pela definição contida na *Institutio Oratória*, de Quintiliano, e com a expressão de multiplicidade (“peri polé”) de suas espécies. Assim, determina para o gênero epistolar judicial – aquele dedicado à acusação ou defesa –, a divisão das epístolas em acusatória, incriminatória, invectiva, justificatória e recriminatória; para o

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

deliberativo – aquele que trata do útil e do honesto –, as de índole suasória, dissuasória, hortatória, dehortatória, petítória, aconselhativa, amatória, comendatícia e monitória; e para o demonstrativo – que trata de louvar ou vituperar –, as epístolas laudatórias e vituperativas.

Sobre as partes da epístola, Erasmo prescreve que, embora a epístola seja dividida tradicionalmente em quatro partes (*salutatio*, *exordium*, *narratio* e *conclusio*), é necessário muita prudência (ou “saber prático”), pois elas possuem pesos e funções diferentes na composição, a depender dos objetivos de quem escreve. Nas de gênero judicial e deliberativo, por exemplo, que tratam de causas em litígio e com tema geralmente controverso, o exórdio é estrategicamente importante para captar a benevolência do destinatário, não podendo, portanto, de nenhum modo, ser suprimido. Nesse ponto, em particular, Erasmo segue as lições do *Ad Herennium*, amplamente difundidas pela *ars dictaminis* durante grande parte da Idade Média, ou seja, que a principal tarefa do orador é encontrar através de certos dispositivos retóricos um bom começo para o seu discurso, sem o qual o auditório nem mesmo daria atenção ao que seria dito posteriormente.

Quanto à disposição retórica (*dispositio*), Erasmo aconselha ordenar cuidadosa e habilmente a matéria a ser tratada, o que se adquire imitando os bons autores e aqueles que obtiveram maestria singular na escrita de epístolas – Cícero, Plínio e Políziano, para os alunos iniciantes; e Sêneca, para os mais destros –, com ênfase naquilo que se referia à aquisição de riqueza vocabular e excelência no manejo dos ornatos.

Para a elocução, Erasmo recomenda as virtudes da clareza, simplicidade e concisão, com certo tom de “cuidado descuidado”, porém sempre se respeitando os decoros característicos de cada gênero do discurso. Assim, nas epístolas do gênero judicial, o estilo deve ser apaixonado e agressivo, com forte acento patético; e nas descrições do gênero demonstrativo, a escrita deve demonstrar a habilidade e a erudição do remetente, com uso ostensivo de digressões, vocabulário incomum, excelência de ornamentação, abundância de alusões históricas e referência direta ou cifrada de obras poéticas (Trueba Lawand, 1996: 66-67; Henderson, 1998: 345).

No Libellus de conscribendis epistolis (Cambridge, 1521),

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Erasmus, sem se ater a definições muito formais, aconselha que, na composição de qualquer tipo de epístola, o remetente deve expressar-se como se o destinatário estivesse presente e ao vivo, isto é, deve-se escrever de modo familiar e sem afetação, com elegância e brevidade (com o devido cuidado para que não faltem ou sobrem palavras). Para tanto, Erasmo sublinha, num comentário lapidar, que se deve redigir como se estivesse sussurrando a um amigo num canto e não esbravejando num teatro diante de uma platéia (*cum amiculo in angulo susurres, non in theatro clames*), mesmo porque nada é mais indecoroso à familiaridade do que as palavras de aparato ou a grandiloquência afetada (*scenimus quidam verborum apparatus, et affectata grandiloquentia... tum ab epistolari familiaritate vehementer abhorret*). Quer dizer, salienta mais uma vez, retomando a definição já empregada por tantos humanistas, que cabe à epístola a escrita em *sermo* e não em forma de *oratio*.

Se, no *Brevissima formula*, a divisão das epístolas era dada segundo os gêneros oratórios, aqui, ele as classifica em mistas ou simples, conforme apresentem um só ou vários assuntos. Quanto às mistas, apenas remete à autoridade das epístolas de Cícero como fonte e origem abundante de exemplos. Quanto às simples, reformulando com acréscimos a classificação proposta pelo seu tratado epistolar anterior, distingue três tipos epistolares principais e suas diversas subdivisões: na deliberativa (exortatória, dehortatória, suasória, dissuasória, consolatória, petitória, comendatória, monitória e amatória), na demonstrativa (aquelas que desempenham as várias tarefas da prosopografia, com a descrição de pessoas, cidades, campos, regiões, edifícios, templos, montes etc.), e na judicial (criminatória, defensiva, postulatória, purgatória, exprobatória, invectiva e deprecatória). Entretanto, Erasmo refere um quarto tipo de epístola simples, distinta das três anteriores que seguem de muito perto os gêneros oratórios, a de “gênero extraordinário” (nunciatória, comissiva, narrativa, colaudatória, de ação de graças, lamentatória e jocosa), portanto muito próxima das cartas trocadas comumente entre os humanistas do período (*idem, ibidem*, p. 68-69 e 347).

Em seu último tratado acerca do gênero epistolar, o *Opus de*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

conscribendis epistolis (Basileia, 1522)⁴, Erasmo, ao contrário daquilo que havia sido proposto em seus tratados anteriores, declara que a epístola é, por natureza, um gênero capaz de variações infinitas e qualquer esforço de sistematização para a preceptiva do gênero deveria necessariamente levar em conta possibilidades mais flexíveis de sua formulação. Nesse sentido, se a epístola pode admitir uma infinidade de assuntos, a rigor, não deve haver um único estilo epistolar, o que leva Erasmo a crer que os conceitos, tomados *a priori* de brevidade e simplicidade, cuja tradição tão fortemente a arte do *dictamen* e as coleções medievais de cartas haviam acentuado, não possuíam qualquer funcionalidade.

Para Erasmo, o estilo deveria conformar-se ao tema e a brevidade deveria ser entendida como a habilidade de dizer muito em poucas palavras, com a ressalva de se observar aquela virtude da composição, cujas lições recomendavam ao bom discurso (no caso, a boa carta) nada poder sobrar ou faltar. Ou seja, a epístola pode conter ornatos variados com grande grau de sofisticação e destreza retórica, porém a expressão deve ser sempre elegante, mesmo quando simples.

De resto, Erasmo, insistindo nesse aspecto fundante de sua arte, a de que qualquer estilo pode ser adequado para a escrita de epístolas e que isto se relaciona estrategicamente com o público ao qual ela se destina, ratifica o que muitas vezes é ressaltado nas preceptivas retóricas: todo o aparato linguístico deve se acomodar às circunstâncias precisas de sua pragmática enunciativa, dissimulando prudentemente os usos retóricos que faz dela. Ora, para dizer com os termos do *aptum* da retórica clássica, esse “decoro” externo é que justamente organiza as partes da *dispositio* interna da carta, seus processos de amplificação de *topoi*, o grau de mobilização dos ornatos e seus demais arranjos formais internos. Como afirma muito a propósito Judith Henderson:

If the style is loquacious, it can be justified as having been written to an avid reader or to one with leisure; if erudite, to an erudite man; if ar-

⁴ Sigo o *D. Erasmi Roterdami opus de conscribendis epistolis, quod quida[m] & mendosu[m], & mutilum aedidera[n]t, recognitu[m] ab autore, & locupletatu[m]*, publicado em Paris, apud Simone[m] Colineu[m], 1523 (exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa, Seção de Reservados, Res 5297 P).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tless, to an ignorant reader or one pleased by simplicity; if ornamented, to an antiquarian of ancient words; if soothing, to a friend; if frank, to a familiar; if harsh, to an inferior; if flattering, to an ambitious man” (Henderson, 1998: 353).

Até aqui, fica claro, então, que a escrita de cartas é, antes de tudo, uma dinâmica em que se correlacionam estreitamente o remetente e o destinatário, com mediação da virtude da prudência – a sabedoria prática a que se referia Aristóteles –, cuja função seria avaliar corretamente todas as variáveis pragmáticas do processo. Fica claro também que Erasmo nunca discordou do fato de a carta definir-se como metade de um diálogo em que fala apenas um dos interlocutores, porém que a ênfase agora recaía nas condicionantes da relação de interlocução que a carta ficcionalmente entabularia.

Proposição polêmica na medida em que os teóricos da nova epistolografia defendiam que a função principal exercida pela troca epistolar era justamente delinear um retrato favorável daquele que escreve, vale dizer, o discurso da carta nada mais era do que a construção de uma boa “imagem de si mesmo”, apenas um retrato do remetente. Para eles, a prática de emular as epístolas de Cícero e o correspondente esforço por demonstrar erudição participavam assim da astúcia mais complexa de argumentar através do ethos, quaisquer que fossem o destinatário, a ocasião e o assunto.

Como vimos, Erasmo pensava um pouco diferente. Em termos analíticos mais precisos, a carta não só deveria transmitir uma boa imagem de quem escreve ou adotar tão-somente um único modelo de composição, mas também deveria cumprir a contento seus objetivos persuasivos; para tanto, ela deveria “falar”, conforme o bom orador, com eloquência. Imitar o fraseado periódico ou a “técnica acretiva” do estilo ciceroniano não bastaria para ultrapassar os obstáculos à argumentação e aumentar as chances de convencer o auditório. Pelo contrário, o uso (possível) de diversos estilos epistolares robusteceria a prática epistolar, fazendo frente à instabilidade das situações pragmáticas e ao aleatório das instâncias enunciativas.

Isto, entretanto, de nenhuma forma, invalidava o fato de, na parte dedicada à *elocutio*, não serem necessárias regras específicas para a redação de cartas e para os usos dos ornamentos, em que a “estética” do discurso, conforme o aporte retórico dado por Erasmo, exerce funções decisivas na persuasão. Daí que, para ele, a clareza

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

refere-se aos usos gramaticais corretos do latim (*puritas* e *latinitas*) e de suas fontes retiradas de autores clássicos (*auctoritas*), com a elegância do estilo (*elegantia*) obtendo-se através de leitura, bons preceitos, estudo e imitação de *auctores* (a *aemulatio* de Cícero, Plínio e Políziano, principalmente) e muita prática de escrita (*exercitatio ad usum*). Erasmo insiste, mais uma vez, que o equilíbrio entre uma arte “flexível” o suficiente, tendo em vista o destinatário (o auditório), contudo longe de ser resultado de um completo arbítrio do remetente, é que se constituía estrategicamente em antídoto contra os vícios, por excesso, do artificialismo e do preciosismo, e, por falta, do pedantismo e da vulgaridade.

Essa *mesótes* (esse meio termo que deveria direcionar todas as ações humanas, segundo insistia Aristóteles) também poderia ser aplicada às partes da epístola, em especial, aquelas duas em que mais se detiveram os *dictatores* medievais. Para Erasmo, a *salutatio* deve conter apenas os nomes de quem escreve, primeiro, e, a seguir, o do destinatário, e não a série interminável de epítetos e títulos honoríficos, cuja operatividade e desempenho seriam mais eficazes na *narratio* do corpo da epístola. E na *captatio benevolentiae* do *exórdio*, sublinha Erasmo, deve-se esforçar por parecer o mais natural possível, encobrando a arte contida na *dispositio* e evitando a restrição da liberdade por modelos fixos.

Se o *dictamen* medieval quase nenhuma atenção havia dado a parte final da carta, pois em muitos formulários encontramos apenas um simples “*Vale(te)*” ou nem mesmo isso com a carta se fechando quase que sub-repticiamente, Erasmo observa que, para a *valedictio*, logo após as despedidas de praxe, pode-se ratificar aquilo que se deseja do destinatário (de fato, os objetivos por que se escreve a carta) ou complementar com algo que se esqueceu de dizer, isto é, justamente aquilo que prescreviam as artes retóricas clássicas: a *peroratio* é o lugar e o momento mais adequado do orador ressaltar mais uma vez o que é importante e se valer de todas as armas ao seu alcance para persuadir o auditório, abrindo caminho para um leque muito grande de estratégias discursivas. Pode-se finalizar a carta com lugar e data, não se admitindo de forma alguma despedidas supérfluas ou excessivamente elaboradas.

Quanto aos tipos de epístolas, Erasmo segue as considerações

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

desveladas em seus tratados epistolares anteriores baseadas nas três *causae oratoriae*, e, a partir disso, as suas funções e classificações características, o que o opõe aos “tipos de epístolas” da classificação de Demétrio de Faleron, baseada na perspectiva da pessoa e não do assunto, e aos três tipos de Cícero (oficial, jocoso e grave), fundada em características gerais do estilo; acresce-se a essa classificação erasmiana a incorporação do quarto tipo de epístola – a do gênero familiar que não necessita de técnica retórica, com ênfase naquela que se destina ao intercâmbio intelectual, ou seja, a carta erudita (que Erasmo denomina, aqui, *disputatoriae genus*) considerada mais habitual entre os humanistas (Ver, por exemplo, RESENDE, 1988). Entretanto, há dois tipos de epístolas deliberativas que Erasmo se detém em particular: a suasória, destinada a mover a vontade do destinatário através de provas e de virtudes morais (*honestum*), e a exortatória, que incita à ação, mobilizando e amplificando os lugares do patético e pelo estilo alto e veemente.

No entanto, nesse tratado, quando Erasmo desvela o problema da “variedade” (do *aptum*) – dessa “flexibilidade” discursiva ao qual a epístola deveria necessariamente se acomodar –, ele não está simplesmente pensando em afirmar um paradigma retirado da tradição oratória clássica. Da maneira como trata a questão, ele coloca em xeque um discurso escrito – a da epístola – em relação à sua própria determinação formal, o que só é possível por ser a carta um “colóquio entre ausentes”; de fato, uma conversa, cujo tom é dado pela oralidade nela pressuposto. Mais ainda: Erasmo tenta esgrimir habilidosamente face ao tipo de aporte que medievais e renascentistas viam, desvelando até então.

Em outros termos, para a correta inteligência da preceptística de Erasmo, a grande renovação humanista seria aquela que justamente rivaliza, de um lado, com a redução da epístola às práticas administrativas e às situações oficiais de interlocução, submetendo a *copia rerum* ao regramento das partes da *oratio* antiga; e, de outro, em grande medida, não obstante a escrita em *sermo*, com a adoção do modelo e imitação de Cícero. Neles, em particular, o discurso nascia não do amor e da fé cristãos ou do conhecimento dos mistérios divinos, mas da vaidade intelectual e do exercício das belas-letas. Nada tinham a ver com a ocasião, o público e o objetivo, ou como indagava Erasmo em outro tratado importante, “ad talem diem, ad tales au-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ditores, ad tale argumentum quid faciebat obsecro?” (*Ciceronianus* I. II); distantes, portanto, do que rezava o preceito de dizer observando as variáveis pragmáticas envolvidas na situação de interlocução, ou para retomar a fórmula mais do que conhecida: dizer melhor é dizer com decoro (*si melius dicit qui dicit aptius*).

É exatamente por isso que Francisco Rico explica que “la elocuencia obliga e expresarse *aptius apposite*, es decir, a conjugar las exigencias del tema y del lugar con las conveniencias del orador y del auditorio en unas determinadas circunstancias de lugar y tiempo” (Rico, 1997: 123; ver também Chomarat, 1980: II, 824). Ou, ainda, com Trueba Lawand, “el estilo epistolar es flexible, según lo dicta el tema y el decoro, pero siempre debe permanecer refinado (libre de defectos en la lengua) y educado; la expresión epistolar, como conversación entre amigos, debe ser simple, pero elegante, y breve” (Trueba Lawand, 1996: 70). Ao que Erasmo diria certamente que se Cícero fora famoso em seu tempo, já não o era no de Catão ou no de Ênio, pois se ajuizavam outros gostos; que conquanto o apóstolo Paulo havia afirmado que os bispos deveriam cuidar muito bem de suas esposas, hoje a cristandade admite apenas o celibato clerical; e que, enfim, Cristo se pusera no deserto, mas não da mesma forma que João Batista, e que falou não como erudito, mas para que todos o entendessem.

De qualquer modo, uma forma particularmente eficaz de composição do discurso não poderia ficar refém de dados apriorísticos, porque dependente de muitas variáveis empíricas e contextuais. Entretanto, essa “flexibilidade” prescrita por Erasmo não pode, de forma alguma, confundir-se com desordem ou espontaneísmo, o que significaria no limite o próprio abandono da arte epistolar, porém, estrategicamente, reflete a necessidade de adaptar a arte de escrever cartas com o contexto de enunciação, mesmo porque as inúmeras variáveis pragmáticas envolvidas em sua elaboração formal, em estreita conformidade com o destinatário, a ocasião e o estilo, demandariam longo preparo intelectual, cuja recompensa é o perfeito domínio do aparato lingüístico. Vale dizer, ela deve cumprir seu caráter didático e doutrinário, como emulação da fala do professor em suas aulas e da situação real de ensino-aprendizagem, e da necessidade premente de

reforma religiosa.⁵

Ou, para dizer definitivamente com Judith Henderson, o retrato da epístola oriundo dos tratados epistolares de Erasmo propõe que:

The letter needs to please only the correspondent. It can therefore be distinguished from other genres by its flexibility of style. This redefinition of the letter allowed Erasmus to synthesize the medieval and classical traditions of epistolography while rejecting the legalism of both the *magistri nostri* and the ‘apes of Cicero’ (Henderson, 1998: .355).⁶

Ora, isto se articula perfeitamente aos objetivos pedagógicos da *Philosophia Christi* erasmiana presentes ao longo de toda a sua produção doutrinal e traduzida de modo particularmente efetivo nos exercícios escolares com objetivo de formar o *ingenium* pela aquisição do virtuosismo no gênero epistolar. Conforme resume Marc Fumaroli:

Ainsi le *De conscribendis epistolis*, pour rémplacer la rhétorique médiévale de la lettre, propose une méthode à deux étages: le premier, réservé à l’enfance et à l’adolescence, met en oeuvre une pédagogie intelligente et sensible qui donne à l’*ingenium* du futur épistolier la maîtrise d’une culture, et d’un langage; le second ouvre les portes de la liberté et de la simplicité chrétiennes: les richesses de la *memoria* et les techniques de l’*eloquentia* sont à leur disposition pour répondre rapidement et avec justesse aux exigences infinies, jour après jour, de la parole épistolaire (Fumaroli, 1978:890-891).

Como se disse, se há a superação dos modelos medievais dos *dictatores* e também dos humanistas contemporâneos de Erasmo, é exatamente porque a mesma “retórica aberta” proposta para o decoro das epístolas é aquela através da qual se pode chegar à verdadeira *pistetas* cristã de mãos dadas com as *litterae* (*cum elegantia litterarum*

⁵ Ou seja, “the desirability of clothing Christian ideas in elegant language and the value of the classics as a repository of moral precepts and examples”, o que deriva certamente da visão tradicional que “the moral nature of the contents should determine the choice of authors to be read. (...) he could advise his pupils to ‘follow and seek to imitate serious and circumspect authors from whose sagacity you may instruct your natural gift and mould your character’”, Cf. Rice Jr., 1992, p.180 e p.181-182, respectivamente.

⁶ A expressão *simia Ciceronis* (“macaco de Cícero”, forjada em oposição a *alumnus Ciceronis*), cuja significação remete à imitação servil e pouco habilidosa do estilo periódico de Cícero, parece ter sido formulada pela primeira vez justamente por um dos maiores humanistas ciceronianos (se não o maior de todos), Paolo Cortesi, em seu diálogo *De hominibus doctis* (c.1490), Cf. D’Amico, 1991, p.129.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pietatis christianae sinceritatem copulare), ou melhor, a piedade cristã não pode se desarticular de modo algum do cultivo das boas letras (*ut cum bonis litteris floreat sincera pietas*) (Rico, 1997: 113 ss).

Nesse sentido do valor pedagógico mais específico da arte epistolar, é perfeitamente possível afirmar que as lições doutrinárias de Erasmo, cujo núcleo se concentra na reforma moral e social, postulam o retorno estratégico a um tempo anterior ao da decadência, no tempo presente, da Igreja Católica. De fato, é, antes de tudo, um renascer e concomitante releitura dos livros fundamentais da verdadeira e mais pura espiritualidade cristã – àquela “*simplicité chrétienne*” de que fala Fumaroli –, cuja letra e cujo espírito foram corrompidos ao longo de séculos sombrios e por práticas nada piedosas.

Essa nova “idade de ouro” não se entende, em verdade, como uma quebra ou revolução das crenças e formulações fundamentais da ortodoxia católica – Erasmo nem de perto se aparenta a Lutero, a despeito de muito do que havia sido dito do segundo valesse para o primeiro –, porém, estrategicamente, como tempo da memória reatualizada e ratificada. Uma memória que foi perdida ou esquecida durante os anos mais terríveis das trevas medievais, que enfatizara as filigranas teológicas mais inusitadas, ou mesmo durante o reflorescer das letras antigas com a imitação servil do modelo ciceroniano. Todavia, essa retomada do passado passaria necessariamente pela ênfase na recuperação do sentido legítimo dos textos sagrados na esteira do projeto linguístico e filológico mais radical empreendido pelos *studia humanitatis*. Como nestes, a matéria fundante da teologia erasmiana reside na linguagem e nos aportes da retórica antiga, mesmo porque a propagação dessa teologia depende de sua capacidade de ação efetiva e de seus modos mais aptos à persuasão.

Para insistir nesse caráter estritamente humanista de Erasmo, basta referir os princípios gerais do pensamento de Cícero:

A despeito de as demais artes tenderem a surgir de fontes recônditas, a arte de falar está no meio da praça como à disposição de qualquer um, ocupada nas práticas e na língua de todos; de sorte que se nos outros campos se chega tanto mais ao auge quanto mais se distancia da compreensão e mais próximo do parecer dos especialistas, no falar o erro maior se avizinha de se distanciar do sentido corrente e dos modos de sentir comumente mais aceitos (*De Oratore* I. IV, 2).

Com Erasmo, dá-se termo, para utilizar uma expressão lapidar

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de Francisco Rico, ao “sonho do humanismo”, inaugurado com os esforços monumentais de Petrarca e seus discípulos mais próximos, porque nunca mais, depois dele, houve um humanista de tanta erudição, de tanta envergadura intelectual e de prolífica produção doutrinária, com tanto carisma pessoal, capaz de aglutinar e mover em torno de si tantos humanistas de quilate, com respostas certeiras aos problemas mais contundentes do início do século XVI; hábil em pensar a renovação da sociedade, das consciências e da própria ortodoxia católica graças a um programa inteiramente calcado nos *studia humanitatis*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOMARAT, *Grammaire et Rhétorique chez Erasme*. Paris, 1980, 2 v.

D'AMICO, John. *Renaissance Humanism in Papal Rome*. Humanists and Churchmen on the Eve of the Reformation. Baltimore / London: The Johns Hopkins University Press, 1991.

FUMAROLI, Marc. Genèse de l'épistolographie classique: rhétorique humaniste de la lettre, de Pétrarque a Juste Lipse. *Revue d'Histoire Littéraire de la France*. Nov.-Déc. 1978, 78^o année, n^o 6, p. 885-906.

HENDERSON, Judith R. Erasmus on the Letter-Writing. In: MURPHY, James (org.). *Renaissance Eloquence*. Studies in the Theory and Practice of Renaissance Rhetoric. Los Angeles: UCLA Press, 1998, p. 331-355.

RESENDE, André de. *Carta a Bartolomeu de Quevedo*. Coimbra: INIC, 1988.

RICO, Francisco. *El sueño del Humanismo*. De Petrarca a Erasmo. Madrid: Alianza, 1997.

TRUEBA LAWAND, Jamile. *El arte epistolar en el Renacimiento Español*. Madrid: Támesis, 1996.

OS NOMES NA LITERATURA

Maria Lucia Mexias-Simon (USS)

Dou-te leitor um enigma; dou-te, também, a chave; decifra-o, se quiseres devorar-me; e, se me devorares, uma coisa pelo menos terás; o nome próprio, caminho da gazua da máquina do meu mundo. (Houaiss, *apud* Machado, 1976: 7)

RESUMO

O universo literário é espelho do universo chamado real. Baseia-se sobre uma realidade social e cultural, com tudo que ela apresenta. Mas, esse reflexo cristaliza-se, cancela-se, ou perdura e os personagens ganham quase autonomia, seu destino extrapola os limites do texto em que foram produzidos. Muitas vezes, para encontrar-lhes a raiz é necessário um trabalho de arqueologia. Outras vezes, a raiz é por demais evidente. De quaisquer formas, o nome do personagem ganha concretização, se já não a possuía. É um recado do autor aos leitores, traça o caráter dos personagens, é parte da trama; vai-se transformando em signo linguístico pleno, com significante e significado, se não intelegido, ao menos intuído. Contemplando as eras mais remotas, é fato estabelecido que as línguas começaram a se sistematizar por suas manifestações ditas literárias, *lato sensu*; nas cantilenas, nas fábulas, nos jogos de palavras. Desse material, profundamente enraizado nas diversas culturas, afloram as situações e os personagens da literatura *stricto sensu*, sendo esses evidentemente arquetípicos, pontas de icebergs, conjunto de semas, obrigatoriamente portadores de um nome que os aponte.

Palavras-chave: Antropônimos; Signo; Significado; Significante; Literatura

O nome próprio pode ser apenas considerado uma seqüência fônica, destituída de significado, um índice, ou mesmo, um pronome com nome comum. Em situações reais, como já foi dito, uma seqüência como /j/ /o/ /s/ /é/ será tudo que se quiser atribuir: o vizinho, o diretor-da-escola, o-homem-que-passeia-com-o-cachorro, inclusive uma vaga relação com nome tipicamente brasileiro, o Pai de Jesus Cristo etc. Acrescentem-se variações que vão de: Exmo. Sr. Dr. José Pereira a Zeca, Zezé etc. A cultura permite as associações, a fala permite esses recursos, tornando o /j/ /o/ /s/ /é/, ao mesmo tempo, particularizado e polissêmico, unívoco e plurivalente.

No discurso literário, os recursos envolvendo o meio linguístico, mítico, histórico, em que vivemos, são empregados pelos auto-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

res (sempre de forma consciente), desconhecidos, ou não, pelos leitores, mas sempre delineando uma trilha pela qual o destino dos personagens se desenvolve.

Observa B. Bettelheim (1997: 100):

Os anões simbolizam uma forma de existência imatura e pré-individual que Branca de Neve deve transcender. Por isso, o fato de dar um nome próprio e uma personalidade individual a cada um – como fez Walt Disney no seu filme – quando no conto de fadas todos são idênticos, interfere seriamente na compreensão inconsciente desse simbolismo.

Ainda em relação aos contos de fadas, registram-se versões diversas de nomes, segundo maior ou menor a impressão do detalhe observado. Por exemplo, a nossa conhecida Bela Adormecida, com referência à beleza e à impassibilidade, em alemão se torna *Dornröschen* (rosinha espinhenta) com referência à inacessibilidade, relacionada à virgindade.

O universo literário é espelho do universo chamado real. Baseia-se sobre uma realidade social e cultural, com tudo que ela apresenta. Mas esse reflexo cristaliza-se, cancela-se, perdura e os personagens ganham quase autonomia, seu destino extrapola os limites do texto em que foram produzidos. Muitas vezes, para encontrar-lhes a raiz é necessário um trabalho de arqueologia. Outras vezes, a raiz é por demais evidente.

De quaisquer formas, o nome do personagem ganha concretização, se já não a possuía. E um recado do autor aos leitores, traça o caráter dos personagens, é parte da trama, vai se transformando em signo lingüístico pleno, com significante e significado, se não inteligido, ao menos intuído. Já Aristóteles, afirma:

...é somente após ter composto uma história por meio de ações verossímeis que os poetas cômicos dão a seus personagens nomes tomados ao acaso, contrariamente aos poetas jâmbicos, que compõem a partir de nomes únicos.

Na tragédia, por outro lado, o autor se limita a nomes de pessoas que existiram; o motivo está em que o possível é verossímil; se nós acreditamos na verossimilhança dos fatos que não aconteceram, claro está que aqueles que aconteceram são, forçosamente possíveis, pois se fossem impossíveis não teriam acontecido.

Entretanto, em algumas tragédias, um ou dois nomes somente fazem parte dos nomes conhecidos, enquanto que os outros são inventados; em

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

algumas mesmo, não há um único nome conhecido. (Aristóteles, 1997: 24-25)

Portanto, os nomes nas tragédias clássicas são poucos e se repetem. Seria impossível esses nomes não se cristalizarem, chegam até nossos dias, perpassando-se às ciências humanas, técnicas e até mesmo a expressões populares: complexo de Édipo, Eletra > eletricidade, Ion > ionização, boca de Cassandra > boca de caçapa.

Contemplando eras até mais remotas, é fato estabelecido que as línguas começaram a se sistematizar por suas manifestações ditas literárias, *lato-sensu*; nas cantilenas, nas fábulas, nos jogos de palavras. Desse material, profundamente enraizado nas diversas culturas, afloram as situações e os personagens da literatura *stricto-sensu*, sendo esses evidentemente arquetípicos, pontas de icebergs, conjunto de semas, obrigatoriamente portadores de um nome que os aponte.

Esse apontar é por vezes óbvio, pode ser observado:

1 – No seu aspecto meramente fônico, paronímico:

- Jane Eyre – ar, leveza – Charlotte Bronte
- Ariel – espírito do ar – Shakespeare
- Heliodoro e Leandra – enleiam-se no decorrer da história – Guimarães Rosa

2 – Na composição do nome, com elementos preexistentes na língua, ou não:

- Dionora – nora de Deus – Guimaraes Rosa
- Riobaldo – caminhante frustrado – Guimarães Rosa
- Qualhacoco – indica sua tarefa – Guimarães Rosa
- Heathclift – penhasco baldio – Emily Brontë
- Goldfinger – dedos de ouro – Ian Flenning

3 – Por simples onomatopéia, ou sinestesia:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- Joãozinho Bem-Bem – ruído das balas disparadas – Guimarães Rosa

- Dão Lalalão – “o amor é Dão Lalalão” langor, malemolência – Guimarães Rosa

- Laudelin → Laud’lin – faz a coleta nas igrejas – Guimarães Rosa

- Humpty-Dumpty – “quando Alice o encontra, imediatamente o reconhece “como se o nome estivesse escrito na sua cara”. E ele lhe diz que um nome sempre precisa significar alguma coisa: “meu nome significa a forma que eu tenho” – Lewis Carrol

- Taras Bulba – batata – Gogol

4 – Por anagrama:

- Iracema – América – José de Alencar

- Caliban – Canibal – Shakespeare

5 – Pela simples leitura traduzida do nome:

- Lucy Frost – geada – Charlotte Brontë

- Capitão Nemo – ninguém – Júlio Verne

- Miranda – a que deve ser admirada – Shakespeare

- Le Chifre – o algarismo – Ian Fleming

- James Bond – ação, bônus – Ian Fleming

- Moacir – filho da dor – José de Alencar

- Maria da Glória – luminosidade – Guimarães Rosa

- Maria Behú – tristeza, obscuridade – Guimarães Rosa

- Flosino Capeta – maldade – Guimarães Rosa

- Maurício – árvore rija (*Mauritia vinifera*)_ Guimarães

Rosa

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- Dona-dona – a proprietária – Guimarães Rosa
- Frederico Freyre (composição) – rico, digno de fé – Guimarães Rosa
- João Carcará – rapina – Guimarães Rosa
- Diva – altivez – José de Alencar
- Til – a alfabetizadora – José de Alencar
- Bentinho – o consagrado – Machado de Assis

Exemplo notável de nome aderido à personagem encontra-se em Carmen, de Prosper Mérimée, depois retomado por Georges Bizet, em sua ópera. Em Horrocks, encontra-se:

Carmen is the title of the story and is a evocative choice. The Latin means:

- i. a tune, song, train
- ii. a poem, epic and/or lyric
- iii. a response of an oracle, a prophecy, a prediction
- iv. a magic formula, incantation, charm
- v. a formula in religion, or law

There is also an association with the colour red, through the sufficiently homonymic *carmin*.⁷

Carmen é o feitiço, a sedução, a hipnose. É, por outro lado, nome muito usado na Espanha, em lembrança ao Monte Carmelo, já citado no Velho Testamento, onde, por ocasião das Cruzadas, estabeleceu-se a ordem dos Carmelitas, mais tarde forçada a direcionar-se para Ocidente. Há fusão e confusão entre as etimologias; de qualquer forma, *Carmen* é a *outra*, a estranha e desejada, a quem se quer aprisionar e sobre a qual se deseja, em vão, legislar.

Observa B. Bettelheim (1997: 100):

⁷ Carmen é o título e é uma escolha evocativa. O latim significa: balada, canção; um poema épico e/ou lírico; uma resposta de um oráculo, uma profecia, uma predição; uma fórmula mágica, encantamento, feitiço; uma fórmula em religião ou lei. Há também uma associação com a cor vermelha, através do homônimo correspondente *carmim*. In PATTY, p. 37.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Os anões simbolizam uma forma de existência imatura e pré-individual que Branca de Neve deve transcender. Por isso, o fato de dar um nome próprio e uma personalidade individual a cada um – como fez Walt Disney no seu filme – quando no conto de fadas todos são idênticos, interfere seriamente na compreensão inconsciente desse simbolismo.

Ainda em relação aos contos de fadas, registram-se versões diversas de nomes, segundo maior ou menor a impressão do detalhe observado. Por exemplo, a nossa conhecida Bela Adormecida, com referência à beleza e à impassibilidade, em alemão se torna *Dornröschen* (rosinha espinhenta) com referência à inacessibilidade, relacionada à virgindade.

A falta ou omissão do nome também podem ser significativas:

No nome de iá-Dijina não se tocava, ficava em lugar dele uns espaços de silêncio” (Guimarães Rosa – *Noites do sertão*, p. 184).

Como é mesmo o nome dela... Como é, Lala, me conta o nome dela... Lalinha hesitou – não fosse aquilo a sério (Guimarães Rosa – *Noites do sertão*, p. 169).

Em *A dona da história*, de João Falcão, a personagem central, interpretada por duas atrizes, dialogando consigo mesma, em nenhum momento declara seu nome. São nomeados: a amiga (Maria Helena), o namorado, depois marido (Luis Cláudio) o vizinho (seu Antônio), o cachorro (Rex), e os filhos (Luís Claudinho, Claudinho Luís, Cláudia Luísa e Luísa Cláudia). Fica bem evidente o quão pouco a personagem foi dona de sua história.

A mudança de nome também ocorre de maneira significativa:

Silvino, depois Irvino: filho de Heliodoro Maurício, em *Noites do sertão*, rejeita o sistema onomástico vegetal da família e desaparece.

Personagens trocam de nome quando desejam praticar façanhas sem que seus próximos saibam quem as pratica, convivendo com os dois nomes. É o caso de muitos *super-heróis*, como Zorro etc. Guimarães Rosa também o coloca, quando Reinaldo confessa a Riobaldo “meu nome mesmo é Diadorim”. – *Grande Sertão: Veredas*. (na verdade, seu nome era Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins, pouco compatível com sua condição de guerreiro – parênteses meus) É situação diversa do personagem que muda de nome, renegando o passado.

Autores que merecem consideração à parte, pelo grande nú-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mero de nomes inventados para seus personagens são os comediantes latinos Tito Mácio Plauto e Publius Terentius Afer. Em Plauto, encontramos nomes próprios que passaram a nomes comuns como:

- Sósia – do grego – o que salva – ganhou sentido de pessoa muita parecida com outra, por ter-lhe o deus Mercúrio usurpado as feições a fim de pregar peças. – *Anfitrião*.

- Anfitrião – recebeu, forçosamente, Júpiter, em sua casa; ganhou significado de pessoa que recebe hóspedes. – *Anfitrião*.

Outros nomes são, evidentemente, formados *ad-hoc*:

- Blearão – que pestaneja – o enganador – *Anfitrião*
- Brômia – que vibra – salva as situações – *idem*
- Megadoro – grandes dons – homem rico – *Aululária*
- Dromão – que corre muito – um servo – *idem*
- Eunômia – boas leis – dá bom conselho – *idem*
- Congrião – grande congro – o cozinheiro – *idem*
- Filópólemo – que gosta de guerra – o guerreiro – *Os cativos*
- Filócrates – que gosta de mandar – comanda a ação – *idem*
- Aristófão – que se melhor mostra – o vaidoso – *idem*
- Ergásilo – que gosta de trabalhar – *idem* – o nome é irônico, pois o personagem nada faz
- Estalagmo – que goteja – escravo ladrão de crianças – *idem*
- Gorgulho – o parasita – *O gorgulho*
- Planéria – que anda errante – moça nobre, roubada para escrava, depois reconhecida – *idem*
- Brosse – escova – que come tudo, deixa os pratos limpos – *Os menecmos*
- Peniculus – um parasita – *idem*
- Erotium – um cortesão – *idem*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- Cilindro – o cozinheiro – *idem*
- Pseudolus – falsozinho – *idem*
- Calidoro – belo presente – *idem*
- Simio senex – macaco velho – pai de Calidoro
- Simio Sicofanta – *idem* – o segundo elemento tornou-se um adjetivo.

Em Terêncio, encontramos:

- Dêmea – que é popular – *Os adelfos*
- Cântara – que dá de beber – *idem*
- Pânfila – amiga de todos – *idem*
- Calídia – a bela – *idem*
- Antifão – fala contra – *O eunuco*
- Dórias, Doro – presentes, dons – *idem*
- Gnatão – que tem grande queixo – *idem*
- Parmenão – que fica ao lado (do amo) – *idem*

Como se pode observar, alguns nomes formaram-se do grego, outros são de origem latina. A comicidade, em alguns casos, caía bem, dado tratar-se de comédias (lembrando-nos de que, no teatro grego, comédia era a representação que acabava bem) Era um agrado ao público, que visava a um divertimento. O uso de nomes gregos deve-se ao fato de ser esse idioma do conhecimento dos autores, como também de grande parte da platéia.

Em *Todos os nomes*,² José Saramago trata exaustivamente da questão. O personagem principal é o único nomeado – José. Nome muito usual, sobretudo na língua portuguesa, sem sobrenome, José, funcionário do que chamamos Registro Civil, perde-se, física e mentalmente, no labirinto de documentos, onde se registram os nomes dos cidadãos. Os registros das pessoas vivas estão acomodados em estantes desconfortáveis; nos registros dos mortos “... a partir de certa altura, começa a reinar a escuridão... menos bem acondicionados

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

do que deveria permitir o respeito” (p. 14). Em certa ocasião, um pesquisador perdeu-se entre as estantes, lá ficando uma semana, sem água, sem luz, meio delirante, vivendo de ingerir enorme quantidade de papel velho. Desse dia em diante, quem tivesse que ir à seção dos mortos, deveria levar um fio atado ao tornozelo: o fio de Ariadne.

Ao funcionário José, “nunca lhe serviu de nada pronunciar o nome completo” (p. 19); colecionava notícias sobre pessoas do país que, por qualquer razão, se tornaram famosas. Faz lembrar o personagem de *O estrangeiro*, de A. Camus, com seu álbum de recortes: ambos são totais nulidades.

Um dia, José (que poderia ser o José de Drummond) escolheu cinco fichas de identificação e levou-as para sua casa. Lá chegando, viu que não eram cinco e sim, casualmente, seis fichas. Pelos dados anotados, pôs-se em busca da mulher cujo nome constava na sexta ficha e que, até então, lhe era desconhecida. Para isso, usou sua credencial de oficial do Registro Civil e, nem nos momentos de busca, declinava o sobrenome.

Foi à rua onde a mulher nasceu, descobriu a escola em que estudou sem muita sorte, pois “... na Conservatória Geral só existiam palavras... não se podiam ver as caras, quando o mais importante era precisamente isso, o que tempo faz mudar, e não o nome, que nunca varia” (p. 112) “...a pele é tudo que queremos que os outros vejam de nós, por baixo dela nem nós próprios conseguimos saber quem somos...” (p. 157). José se recusou a usar a lista telefônica, ou o que se chamou “as finanças”. Extraía enorme prazer nas dificuldades da busca. Tendo descoberto que a mulher já estava morta, José foi ao cemitério, também um labirinto, sem muros, com a divisa *Todos os nomes*, embora esse título coubesse melhor à Conservatória, já que no cemitério não estão todos os nomes, e sim apenas os nomes dos falecidos. Depois de mais sofrimentos físicos, José ficou sabendo que jamais encontraria o túmulo, pois um pastor que ali cuidava de suas ovelhas, distraía-se trocando de lugar as placas de identificação. Consciente de que, no máximo, poderia resgatar o nome, nunca a pessoa, José aceita do chefe a incumbência de procurar o registro do óbito da mulher. Deve, porém, apagar esse registro, recolocando o nome da pessoa na divisão do nome dos vivos. Para isso, José precisou do fio de Ariadne.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Como diz o autor, “... a metáfora sempre foi a melhor forma de explicar as coisas” (p. 267). Assim nos mostra Saramago que nós usamos os nomes e os nomes nos usam de várias formas, podendo até triturar uma pessoa que não achou nada melhor a fazer de si mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES, *Poétique*. Paris: Éditions Mille et une nuits, 1997.
- BETTELHEIM, Bruno. *Na terra das fadas: análise dos personagens femininos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MACHADO, Ana M. *Recado do nome*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1967.
- OLIVEIRA, Aileda de Mattos. “Antropônimo: a metonímia do poder, da liberdade, da coerção” – texto inédito.
- PARATORE, E. *Literatura de Roma*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- PATTY, James S. Prénom Carmen or the charms of etymology. In: *Romance Notes*. NC: USA: University of North Caroline, 2001. V. XLII.
- PLAUTE. *Théâtre*. Paris: Flammarion, 1991.
- PLAUTO. *A comédia latina*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1996.
- SARAMAGO, José. *Todos os nomes*. S. Paulo: Schwarcz, 1997.
- TÁCITO. *Obras menores*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
- VASCONCELLOS, J. Leite de. *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.
- VICTORIA, Luiz A. P. *Dicionário ilustrado de mitologia*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [s/d.].

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Obs.: Os nomes dos personagens da literatura pertencentes a obras que não constam na bibliografia foram, por mim, extraídos da memória pessoal.

**PARA QUE EDITAR?
A MEMÓRIA LINGÜÍSTICA
PRESERVADA ATRAVÉS DOS TEXTOS**

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)

O medo do esquecimento obcecou as sociedades europeias da primeira fase da modernidade. Para dominar sua inquietação, elas fixaram, por meio da escrita, os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e todos os textos que não deveriam desaparecer. (Chartier, 2007: 9)

RESUMO

Os documentos produzidos pelo homem ao longo de sua história constituem seu patrimônio cultural. Este patrimônio encontra-se acumulado, em todo o mundo, em arquivos, bibliotecas, museus, acervos particulares, dentre outros. A documentação em língua portuguesa representa a memória lingüística de um povo que vem evoluindo há milênios. A língua portuguesa, assim conhecida, tem os seus primeiros registros escritos a partir do século XII. No trilhar desta língua, sua ortografia passou por diversos processos de normatização. Analisando-se edições de textos de diversas épocas, sendo aquelas conservadoras (cujo objetivo é a preservação da escrita), busca-se apresentar as variações grafemáticas ocorridas nos diversos momentos da história da língua portuguesa.

Palavras-chave: Memória; Textos, Edição; História; Patrimônio cultural

INTRODUÇÃO

A história da humanidade apresenta um grande marco que a divide em dois tempos: antes e depois da escrita, sendo esta a responsável pelo armazenamento de informações e pela transmissão do conhecimento através do tempo e do espaço. A partir da escrita o homem começou a registrar todos os seus feitos, fossem estes relativos a tributos heróicos, a sentimentos e emoções, à contabilidade etc. De acordo com Chartier (2007: 9), “A pedra, a madeira, o tecido, o pergaminho e o papel forneceram os suportes nos quais podia ser inscrita a memória dos tempos e dos homens.”

Foram os egípcios os primeiros a registrarem a escrita em fo-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

lhas de papiro, extraídas de uma planta presente nas margens do rio Nilo. Depois do papiro, passou-se a usar pergaminho, feito a partir de peles de cordeiros. Estes dois suportes foram utilizados na Europa, com predominância do segundo, até finais da Idade Média, quando no século XIV é criada a primeira fábrica de papel na Espanha.

A CULTURA ESCRITA

Uma das atribuições da escrita é impedir a perda, pois está intimamente relacionada ao mundo de papel, com toda sua força e suas limitações. Neste sentido, afirma Chartier (2007: 9): “[...] a escrita teve por missão conjurar contra a fatalidade da perda. Em um mundo no qual as escritas podiam ser apagadas, os manuscritos, perdidos e os livros estavam sempre ameaçados de destruição [...].”

Na antiguidade pré-clássica conservavam-se artefatos museológicos, arquivísticos e bibliográficos em acervos comuns. Com o desenvolvimento e generalização da escrita fonética e a difusão do uso do papiro para registros gráficos, surgiram as bibliotecas, das quais, a de Babilônia, às margens do Tigris, e a de Alexandria, na foz do Nilo, depositárias de registros cuneiformes e de coleções de manuscritos em papiros, destacam-se entre as mais remotas e de maior conhecimento público. (Neves, 2007: 13)

Na Idade Média, as bibliotecas eram repositórios de grandes depósitos de *volumen*, ou seja, de livros manuscritos ou códices. Neste período, havia três tipos de bibliotecas: as monacais, as das universidades e as particulares (de reis e de grandes senhores). No medievo, os mosteiros e conventos definiram-se como grandes bibliotecas, sendo responsáveis pela salvaguarda da riqueza literária da Antiguidade. Os monges medievais reproduziram para o mundo moderno a literatura profana, ou pagã, ao lado da eclesiástica. As bibliotecas medievais possuíam em seus acervos muitos manuscritos, cuja acepção refere-se a ‘escrito à mão’. O livro medieval escrito à mão é conhecido como *codex* ou códice, e está relacionado com a vida monástica, cuja abrangência compreende o período que vai do ano de 500, no qual os primeiros conventos realizam o trabalho de escrita, até o ano de 1500, quando se dá o surgimento da imprensa.

A cópia manual foi o meio, até o século XV, com o qual os homens retiveram na memória coletiva e transmitiram para a posteridade todo o seu patrimônio cultural: sua religião, sua história, sua política, sua litera-

tura. Mas esse processo continuou mesmo depois da imprensa, principalmente no chamado “Novo Mundo”, até princípios do século XX. (Queiroz, 2005: 65)

OS PRIMEIROS TEXTOS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Os primeiros textos escritos em língua portuguesa surgem no período histórico compreendido entre os reinados de D. Afonso Henriques e de D. Dinis. A partir daí, o uso do novo código escrito se expande, qualitativa e quantitativamente. Essa produção abarca, a princípio, os documentos de tipo mais informal, seguindo-se depois pela utilização dos documentos com caráter mais formal, ou seja, os diplomas. No âmbito dos textos literários, o domínio do português escrito é decorrente do crescimento e diversificação da própria literatura. De acordo com Martins (2001: 23):

Ao tempo de D. Dinis o português é a língua da poesia e da prosa literária (sem que tal seja uma novidade deste reinado) e o seu uso vulgarizar-se-á na esfera da produção documental. Está assim fechado o ciclo da gênese e implantação do português escrito.

Até 1961 acreditava-se que os mais antigos textos escritos em língua portuguesa eram os documentos “Auto de Partilhas” (1192) e “Testamento de Elvira Sanches” (1193). Naquele ano, Luís Filipe Lindley Cintra, tendo como referência a autoridade do paleógrafo Rui de Azevedo e os argumentos de natureza lingüística, mostra que tais documentos são cópias tardias e que possivelmente seriam traduções de primitivas versões latinas e não documentos originais.⁸

Seguindo essa orientação, filólogos e lingüistas portugueses debruçaram-se sobre a pesquisa arquivística em busca de textos que confirmassem o uso do código escrito português em finais do século XII.

Antes de 1255 existiu também uma diminuta produção primitiva **portuguesa**, constituída por documentos de caráter notarial escritos em português, cuja importância é excepcional para o estudo da primeira fase da história da língua: o *Testamento de Afonso II* (1214), a *Notícia de Torto* (ca. 1214) e dois documentos do Mogadouro recentemente desco-

⁸ Estes documentos foram editados, respectivamente, por João Pedro Ribeiro, em 1810, e por José Leite de Vasconcelos, em 1901.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

bertos. Se se perguntar se esta lista é completa, a resposta mais prudente será negativa. A lista inclui apenas os documentos que hoje são conhecidos, [...] enquanto não forem localizados novos documentos desta época inicial, como a experiência recente nos diz ser possível. [...] Mas, não é apenas a perspectiva de aparecerem novos documentos em português do período anterior a 1255 que nos recomenda uma resposta negativa. Mesmo que nenhuma nova descoberta fosse feita, bastam os dados internos dos documentos que possuímos para nos persuadirem de que eles não foram os únicos, nem certamente os primeiros, a usar o português, em vez do latim, como língua de escrita. (Castro, 1991: 183)

Neste sentido, Ana Maria Martins (2001) dá encaminhamento à sua pesquisa e, a partir desta, apresenta os seguintes documentos como sendo os mais antigos testemunhos portugueses: Mosteiro de São Cristóvão de rio Tinto – “Anotação de despesas”, de Petro Parada (1175 ou anterior); “Notícia de Fiadores”, de Pelágio Romeu (1175); Mosteiro de Santa Maria de Tarouquela – “Notícia de herdades”, doação de Pelagius Suerfj a sua mulher Sanchia Anriquiz (cerca de 1171-1177).

O estabelecimento do português escrito

Até o século XII, já em época lingüisticamente galego-portuguesa, ainda usava-se como código escrito o latim-notarial. Contudo, a emergência do uso de novas formas de expressão escrita fez-se inevitável. Segundo Castro (2001):

Depois de afirmada a independência de Portugal no século XII e de estabelecidas as fronteiras do reino em meados do século XIII, estavam reunidas condições para que aquele romance galego-português fosse promovido à língua nacional. O primeiro passo era tornar-se língua escrita (da documentação oficial, da literatura e também do uso diário). (*apud* Martins, 2001: 38)

Para Castro (2001), o mais antigo texto literário português é “Ora faz ost’o senhor de Navarra”, escrito por João Soares de Paiva, em 1196.

A produção poética dos trovadores representa uma tradição escrita, pois circulava não apenas em suporte de oralidade e memória bem como em “folhas soltas”, que foram depois reunidas nos famosos cancioneiros, tanto individuais quanto coletivos.

Tanto os textos notariais quanto os textos dos trovadores

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

constituem-se em testemunhos de que já se escrevia em português na segunda metade do século XII. Usava-se o mesmo espaço, o *scriptorium* régio, para a produção de textos literários e de diplomas régios. Os dois tipos de produção conviviam nesse ambiente, favorecendo o estabelecimento do português escrito, iniciado na segunda metade do século XII e primeira metade do século XIII, e finalmente fixado no último quartel do século XIII.

A ORTOGRAFIA PORTUGUESA

Com o uso da escrita ampliado, há a necessidade de se fixar a ortografia. Esta, de origem grega, significa “escrita correta”. Os documentos manuscritos do português do século XVI, em comparação com os impressos, apresentam uma variação gráfica. O texto autógrafo revela mais diversidade do que o impresso, que por sua natureza é normalizador. A normalização da grafia é vista como um agente de transmissão cultural e um fator de coesão social, bem como um agente estabilizador da língua. Os primeiros usuários do português escrito não sentiram necessidade de estabelecer um sistema único, coletivo e normativo, pois o que importava era o registro da palavra falada, daí a variação gráfica.

Com a normalização da vida do reino e a lenta constituição de uma literatura, a palavra escrita vem cobrar foros de cidadania e torna-se, ela própria, objecto de clivagens sócio-culturais, especialmente a partir do Renascimento, momento em que a escrita se vai aproximar mais da matriz latina. (Gonçalves, 1992: 17-18)

A proliferação de textos manuscritos, com variação das relações fonográficas, provocou o surgimento de pequenos tratados de ortografia, dentre eles *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa* (1574), de Pero de Magalhães de Gândavo.

Até 1770, data da escolarização da gramática da língua portuguesa, são elaboradas diversas ortografias, sendo a de Duarte Nunes do Leão, *Orthographia da lingua portuguesa* (1590), uma importante referência para a fixação da norma gráfica como também para a história e do pensamento metalingüístico português.

Os compêndios de ortografia sucediam-se à medida que era renovada a decisão de, uma vez por todas, fixar uma escrita uniforme. Quando

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ela chegasse, serviria nas escolas, serviria aos autores, serviria aos impressores... (Marquilhas, 2001: 118)

Os estudiosos sobre a periodização da ortografia estabeleceram três períodos: 1. período fonético – dos primeiros textos até o século XVI; 2. período etimológico ou pseudo-etimológico – do século XVI até 1904; 3. período das reformas ortográficas – de 1904 aos dias atuais.

Os mais antigos documentos escritos em português constituem-se um marco para a história da língua, sendo as grafias indícios das alterações operadas no sistema fonético-fonológico, configuradas nos textos escritos.

Analisando-se textos medievais, percebe-se que a prática dos copistas e escribas era fundamentalmente fonética, ou seja, eles transcreviam o mais próximo possível da linguagem falada, havendo neste caso uma grafia diferente para cada unidade fônica. No entanto, essa variação vai perdurar durante muito tempo.

A ortografia portuguesa baseava-se na tradição, ou seja, na tradição gráfica latina. Mesmo a ortografia dos primeiros momentos sendo de caráter fonético, há uma forte influência da escrita latina.

É que o esforço de codificação gráfica da língua portuguesa só chegará com o século XVI e as primeiras descrições gramaticais da nossa língua. Durante o tempo que vai dos primeiros textos conhecidos (século XIII) às primeiras gramáticas, o português escrito estará (como no-lo demonstram os manuscritos), mais ou menos entregue ao livre alvedrio dos escribas e dos copistas incumbidos de escrever em *linguagem*. Não há que esquecer também que esses indivíduos eram os mesmos que, por ofício, escreviam ou copiavam, em latim, textos de caráter notarial ou outro. (Gonçalves, 1992: 39)

A memória escrita

Nos mais antigos documentos escritos em português já se verifica a diversificação do registro gráfico em relação à mesma realidade fônica. São encontradas as seguintes correlações fonema X grafema: para a palatal /C*/ ↔ <i>, <gi> e <y>; para a sibilante /s/ ↔ <s>, <ss>, <z> e <ci>; para a sibilante /z/ ↔ <z>, <c> e <s>; para a palatal nasal /ɲ/ ↔ <ni>; para a palatal lateral /ɲ̃/ ↔ .

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

As ortografias fonética e pseudo-etimológica vão durar até 1904, ano em que Gonçalves Viana publica *Ortografia Nacional*, trabalho que serviu de base a todas as reformas ortográficas com tendência simplificadora.

Tomando-se como base documentos dos séculos XV ao XX (início), tanto portugueses quanto brasileiros, mostrar-se-ão as mais freqüentes variações gráficas ocorridas na ortografia portuguesa. Estes documentos integram os acervos: da Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) e do Arquivo Municipal de Santo Amaro – Bahia (AMSA).

Foram selecionados os seguintes documentos para compor a análise das variações ortográficas: Castelo Perigoso (séc. XV - BNL); Carta sobre as dificuldades dos lusitanos frente à dominação holandesa (séc. XVII - BNRJ); Denúncia contra uma índia, Carta proibindo as escravas de usarem seda e ouro e Carta proibindo o desembarque de ciganos no Rio de Janeiro (séc. XVIII - BNRJ); Auto de Defloração de Maria Juliana (séc. XX (1903) - AMSA).

Variações no Texto do “Castelo Perigoso (Séc. XV)

<i>/s/</i> ↔ <s>, <ss>	<i>/z/</i> ↔ <z>, <ss>, <ç>	<i>/i/</i> ↔ <i>, <j>, <y>	grafias latinizantes
excelentissimo / excelentyssimo possa / posa pensamentos/ pen- same ^o tos senom / ssenam	cousa / coussa despreça / despreza	oytauo / oitauo jnstruimentos / jns- truimentos jnferno / inferno	sancta seictemo housaria

Variações no Texto “Carta sobre as Dificuldades dos Lusitanos...” (Séc. XVII)

<i>/i/</i> ↔ <i>, <j>, <y>	<i>/s/</i> ↔ <s>, <ss>	<i>/u/</i> ↔ <o>, <u>	grafias latinizantes
baya mui	Monis sedo	Deos / Deus	offerece ella

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

**Variações nos Textos “Denúncia contra uma índia”,
“Carta proibindo as escravas...”
e “Carta proibindo o desembarque de ciganos” (Séc. XVIII)**

/i/ ↔ <i>, <j>, <y>	/s/ ↔ <s>, <ss>, <ɫ>, <ç>, <x>	/z/ ↔ <ɫ>	/u/ ↔ <o>, <u>
Reyno / Reino Rey	Lixboa fasso / façaz ezcandalozamente offença i[n]zistindo siganos escravaz / escravas	douz mezes cazadas dezuniam uzo / uzão / uzem	molheres Deoz / Deus Lingoa

**Variações no Texto do “Auto de Deflramento
de Maria Juliana” (Início do Séc. XX – 1903)**

grafias latinizantes	/z/ ↔ <ɫ>, <s>	/i/ ↔ <i>, <j>, <y>
anno outhorgadas facto additamento	extremoza trez mez juiso	Ayres Almeida

Análise das variações

Observando-se os exemplos colhidos nos textos aqui apresentados, percebe-se uma predominância das grafias latinizantes: **anno**, **outhorgadas**, **offerece**, **ella**, **sancta**. Esse resultado, bastante significativo, ocorre em virtude da grande influência da tradição ortográfica latina. Esses casos de variações etimologizantes confirmam o padrão que predominou na ortografia portuguesa até o início do século XX. No entanto, nota-se também que já há alguma variação motivada pela interferência da oralidade, em exemplos como: **Lixboa**, **cazadas**, **extremoza**, **uzem**, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras gramáticas da língua portuguesa, de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1539-1540), apresentam tentativas de regulamentar a ortografia portuguesa, estas de acordo com os princípios greco-latinos, visando aproximar a língua portuguesa o mais possível do ideal de perfeição e pureza. Neste sentido, a ortografia manifesta a filiação ao latim. No entanto, João de Barros

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

aproxima a grafia da fonética, declarando em sua obra: “orthographia é vocábulo grego e os latinos ô escrevem desta maneira atrás e nós devemos escrever com estas léteras ortografia, porque com élas pronunciamos”. (Apud Gonçalves, 1992: 42)

Seguindo-se outra tendência, a partir do final do século XVI os textos metaortográficos defendem o papel da etimologia, mesmo que esta seja injustificada ou falsa. O sistema ortográfico do português apresenta-se complexo, pois aos grafemas são conferidos valores distintos, sejam eles de ordem fônica, etimológica, semântica e distintiva. Isso ocasiona, até aos dias atuais, uma sobrecarga informativa que não está ao alcance de todos os indivíduos, mesmo que sejam alfabetizados.

Espera-se que este breve trabalho traga contribuições para estudos atuais sobre a ortografia portuguesa, pois esta representa a memória da língua. Neste sentido, faz-se mister que se conserve e preserve a massa documental, pois ela é a chave para o conhecimento do passado. Os documentos históricos representam o patrimônio cultural, portanto são objetos de interesse de diversos pesquisadores nas mais variadas áreas do conhecimento humano.

Uma fonte histórica pode, desse modo, se constituir no meio de acesso ao conhecimento de ações e condutas de agrupamentos humanos pretéritos e se caracterizar como o próprio fato histórico ou linguístico, no caso do texto ser tomado como objeto da análise historiográfica ou filológica, como discurso ou forma de se expressar de uma comunidade numa determinada época. (Neves, 2007: 16-17).

Destarte, a partir do entendimento do uso que o homem faz de sua própria língua, nas mais diversas manifestações, sendo neste caso o registro escrito, ele passa a compreender melhor a si e aos outros, pois está inserido em um contexto sociocultural, que também está presente nos textos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Pedro A. de. A respeito da antiga ortografia portuguesa. *Revista Lusitana*, Lisboa, vol. 6, p. 261-268, 1900-1901.

BARROS, João de. *Grammatica da lingua portuguesa*: com os mandamentos da Santa Madre Igraja. Edição fac-similar. Rio de Janeiro:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII)*. Tradução Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: UNESP, 2007.

GÃNDAVO, Pero de Magalhães de. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa: com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

GONÇALVES, Maria Filomena. *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII: para uma história da ortografia portuguesa*. Lisboa: Ministério da Educação / Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

GUERRA, António Joaquim Ribeiro. *Os escribas dos documentos particulares do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça - 1155-1200: Exercícios de análises de grafias*. Dissertação (Mestrado em Paleografia e Diplomática) Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988.

LEÃO, Duarte Nunes do. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Introdução, notas e leitura por Maria Leonor Carvalho Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1983.

MARQUILHAS, Rita. Em torno do *Vocabulário* de Bluteau: o reformismo e o prestígio da norma no século XVIII. **In:** *Caminhos do português: Exposição comemorativa do ano europeu das línguas. Catálogo...* Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001, p. 105-118.

MARTINS, Ana Maria. Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Dinis. **In:** *Caminhos do português: Exposição comemorativa do ano europeu das línguas. Catálogo...* Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Prefácio. **In:** QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de (Org.). *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão: edição semidiplomática*. Feira de Santana: UEFS, 2007, p. 13-19.

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa (1536)*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

PORTUGUÊS: Exposição comemorativa do ano europeu das línguas. *Catálogo...* Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001, p. 23-71.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. A Crítica textual e a recuperação da história. *Scripta Philologica*, Feira de Santana, n.1, p. 64-79, 2005.

———. “*Dos benefícios de Deus*”, “*Livro da consciência e do conhecimento próprio*”, “*Da amizade e das qualidades do amigo*”: Edição e vocabulário onomasiológico de três tratados da obra ascético-mística “*Castelo Perigoso*” (Cód(s). ALC 199 e ALC 214. 2002. 475 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTANA NETO, João Antônio de; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Variação grafemática no texto do “*Castelo Perigoso*”. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v. 28, p. 188-193, 1999.

TELLES, Célia Marques. Relação grafemático-fonética em textos não literários do século XVI. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, n. 12, p. 37-64, jan./jun. 2002.

**PELOS VERDES MARES BRAVIOS:
A TOPONÍMIA DAS PRAIAS DO CEARÁ**

Alexandre Melo de Sousa (UFC e UFAC)

RESUMO

Este trabalho enquadra-se na área da *Toponímia*, ramo da *Onomástica* que estuda o processo de nomeação dos acidentes físicos e humanos, e apresenta resultados acerca da toponímia das praias do Ceará. A análise mostrou que, na nomenclatura geográfica estudada, há predominância de topônimos de *Natureza Física*.

Palavras-chave: Léxico; Toponímia; Praias cearenses

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde a mais remota Antigüidade o homem procura identificar para seu uso, para sua posse e para seu conhecimento, o local em que habita. Esta prática norteadora acaba por ser participante de futuras fronteiras político-geográficas, estabelecendo, muitas vezes, fronteiras lingüísticas. Assim, o ato de nomear os acidentes geográficos, em vista à sua importância no estudo da língua, tornou-se objeto de pesquisa de uma das áreas da *Onomástica*, ramo da *Lingüística* que investiga os nomes próprios de pessoas (*Antroponímia*, cujo objeto de estudo é o antropônimo) e de lugares (*Toponímia*, cujo objeto de estudo é o topônimo) (cf. Trask, 2004).

Como o enfoque deste trabalho se limita aos topônimos das praias do Ceará, a ênfase será para os conceitos toponímicos, embora se possam usar outros, sempre que se fizer necessário. Por meio da investigação dos topônimos, de acordo com Sousa (2007: 19), é possível “verificar a organização de uma região, pois as condições ambientais e sociais refletem-se na língua, principalmente no léxico e, conseqüentemente, na *Toponímia*”.

Em virtude da grande extensão territorial do Brasil, e da grande complexidade de etnias, de culturas, e de línguas que resultaram na formação cultural e lingüística do país, todas as iniciativas de investigações toponímicas têm sido ainda insuficientes, uma vez que há ainda muitos dados a serem levantados e estudados.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No presente estudo, concebendo a toponímia como um recorte do léxico de uma língua que pode revelar aspectos etno-dialetológicos e histórico-culturais de um grupo, objetiva-se, num sentido amplo, assinalar quais os fatores naturais, sociais e culturais que possam estar refletidos e, talvez, preservados nos nomes das praias do Estado de Ceará.

TOPONÍMIA: CIÊNCIA LINGÜÍSTICA

A ciência lingüística (ou filológica) que estuda os nomes próprios é a *Onomástica*. Os especialistas em Onomástica tomam como objeto de estudo os *antropônimos* – nomes de pessoas, sobrenomes e prenomes –, e os *topônimos* – nomes dos acidentes geográficos físicos e humanos. Muitas são as perspectivas teóricas que têm orientado o estudo da Toponímia.

Dick (1990: 36), por sua vez, define a Toponímia como “um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente”. A toponimista também ressalta que, apesar desse caráter eclético da disciplina, que parece inicialmente se chocar com o pensamento de Charles Rostaing, que via na Lingüística o “princípio essencial da Toponímia”, não há contradição entre as duas posições. A Toponímia, em sua feição intrínseca, “deve ser considerada como um fato do sistema das línguas humanas”.

De acordo com Dick, Ullmann (1964) já observava que o estudo dos nomes havia se afirmado recentemente como uma ciência autônoma, a Onomástica. Assim, a Toponímia e a Onomástica acham-se em uma verdadeira relação de inclusão, em que a Toponímia faz parte da Onomástica.

Salazar-Quijada (1985: 18), por seu turno, concebe a Toponímia como

[...] aquele ramo da Onomástica, que se ocupa do estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geo-históricos, sócio-econômicos e an-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tropo-lingüísticos que permitiram e permitem que um nome de um lugar se origine e subsista (Salazar-Quijada, 1985: 18)⁹.

O topônimo, portanto, pode ser considerado como um produto cultural que evidencia a realidade material e espiritual do ser humano. E o estudo dos topônimos permite verificar a organização de uma região, pois as condições ambientais e sociais refletem-se na língua, principalmente no léxico e, conseqüentemente, na Toponímia.

De acordo com Sapir (1969: 44), o termo ambiente faz referência aos fatores físicos, como aspectos topográficos (costa, vale planície, chapada ou montanha), clima, regime de chuvas, fauna, flora e recursos minerais. Os fatores sociais são as forças que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo, como religião, padrões éticos, organização política e arte.

Pelo exposto, conclui-se que os topônimos constituem uma fonte de grande importância para o acervo científico e patrimonial de qualquer país, pois por meio deles, como explica Salazar-Quijada (1985: 29): “a nação obtém uma personalidade geográfica própria e se particulariza com relação aos demais territórios do mundo”¹⁰. Bem como a Arqueologia, os topônimos tornam-se, muitas vezes, a única evidência, em determinada área geográfica, da permanência de grupos que são reconhecidos como uma fonte de identificação e de diferenciação das coisas e dos fenômenos (cf. Salazar-Quijada, 1985: 30).

Salazar-Quijada (1985: 32) observa ainda que, para a geografia, o topônimo é o ponto de partida para numerosas investigações, pois a identificação de acidentes naturais e culturais é de suma importância, tanto para a geografia física, como para a geografia humana, a geografia regional ou urbana ou para qualquer outra disciplina que faça uso do nome geográfico na comunicação científica. Dessa forma, a Toponímia é de suma importância, pois os topônimos são o

⁹ “[...] aquella rama de la Onomastica que se ocupa del estudio integral, en el espacio y en el tiempo, de los aspectos: geo-históricos, sócio-económicos y antropo-lingüísticos, que se permitieron y permiten que un nombre de lugar se origine y subsista” (Salazar-Quijada, 1985: 18).

¹⁰ “la nación obtiene una personalidad geografica propia y se particulariza con respecto a los demás territorios del mundo” (Salazar-Quijada, 1985: 29).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

elemento relacional do homem com o ambiente, tornando-se um produto humano que identifica os elementos do espaço geográfico.

Salazar-Quijada (1985: 33) também leva em consideração a dimensão histórica do topônimo. Para ele, por meio dos estudos toponímicos pode-se reconstruir a vida de um povo: sua cultura, seus movimentos migratórios, aspectos lingüísticos, aspectos da vida social e espiritual das pessoas que habitam ou habitaram uma determinada região. Os mapas antigos, por exemplo, apresentam grande variedade de dados, pois o topônimo é o testemunho da presença humana em determinados lugares, tornando-se um importante instrumento para a análise histórica.

No Brasil, como explica Dick (1992), observa-se de maneira semelhante essa diversidade étnica em relação à origem dos topônimos, que testemunham diferentes momentos da história do país. O topônimo torna-se, assim, um verdadeiro fóssil lingüístico¹¹, em virtude da sua importância como:

[...] fonte de conhecimento, não só da língua falada, como também das ocorrências geográficas, históricas e sociais, testemunhadas pelo povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário (Dick, 1992: 20).

Pelas discussões apresentadas é possível verificar o caráter interdisciplinar da Toponímia e o quanto é importante seu estudo e o seu conhecimento como uma fonte de informações em todos os aspectos relacionados à localidade, como os níveis social, econômico e político. O estudo toponímico, portanto, pode trazer contribuições para as mais variadas áreas do saber humano.

O SIGNO TOPONÍMICO A QUESTÃO DA MOTIVAÇÃO

As discussões sobre a natureza da palavra têm constituído, desde a Antiguidade, um longo trajeto de estudos, especialmente com relação à motivação ou à arbitrariedade do signo lingüístico (cf. Ullmann, 1964: 07).

¹¹ De acordo com Dick (1992: 20), *fóssil lingüístico* é uma expressão do geógrafo francês Jean Brunhes, para quem o topônimo era um fóssil da geografia humana, já que, mesmo com o desaparecimento dos fatores motivacionais, eles ainda podem permanecer no designativo.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No entanto, somente no início do século XX, a questão da arbitrariedade do signo foi retomada por Saussure (1970: 24), que caracterizou a língua como “um sistema de signos que exprimem idéias”, e acrescentou, ainda, que o signo possui um “caráter arbitrário”, e que funciona devido a um contrato social entre os falantes de uma mesma língua. Ou seja, como explica Dossé (1993), o signo linguístico:

[...] une não uma coisa a seu nome, mas um conceito a uma imagem acústica num vínculo arbitrário que remete à realidade, o referente, para o exterior do campo do estudo [...] O signo só envolve, portanto, a relação entre significado (o conceito) e o significante (imagem acústica), com exclusão do referente (Dossé, 1993: 70).

Entre os estudiosos da linguagem, sobretudo semanticistas como Ullmann (1964) e Guirraud (1980), a noção saussuriana da arbitrariedade do signo linguístico, seja quanto à dicotomia significante/significado seja, num plano mais geral, quanto à vinculação entre signo/realidade vem sendo questionada. O primeiro, por exemplo, defende que pode ocorrer motivação semântica do signo por uma relação metafórica ou metonímica; e o segundo, por seu turno, destaca a motivação externa do signo que é estabelecida numa relação entre a coisa significada e a forma significante do sistema linguístico.

No caso do signo toponímico, Dick (1992) explica que, *a priori*, pode-se acatar a noção saussuriana de arbitrariedade, já que o topônimo, como qualquer forma de língua, é, estruturalmente, um significante animado por uma substância de conteúdo; contudo, funcionalmente, o topônimo é marcado duplamente:

[...] o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo (Dick, 1992: 18).

E acrescenta:

[...] o topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Sua carga significativa guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida (Dick, 1992: 47).

Esta posição assumida por Dick (1992) quanto ao signo toponímico, contradiz a teoria da arbitrariedade defendida por Saussure

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(1970), já que, apesar de pertencer ao sistema de uma língua, ao seu universo lexical, ele é motivado por desejos pessoais, ou fatores sócio-histórico-culturais. Sobre isto, diz Biderman (1981):

O léxico pode ser considerado como o tesouro vocabular de uma língua. Ele inclui a nomenclatura de todos os conceitos lingüísticos e não-lingüísticos que se referem ao mundo e ao universo cultural, criado por todas as culturas humanas atuais e do passado. Por isso o léxico é o menos lingüístico de todos os domínios da linguagem. Na verdade, é a parte do idioma que se situa entre o lingüístico e o extralingüístico (*apud* Oliveira, Isquierdo, 2001: 132).

Dick (1992) explica ainda que a motivação toponímica possui um duplo aspecto que transparece em dois momentos: primeiramente, na intencionalidade do denominador ao selecionar o nome, na qual concorreriam circunstâncias de ordem objetiva ou subjetiva e, ainda:

[...] na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, o que pode envolver procedências as mais diversas”. Desse modo, podem também “guardar uma significação precisa de aspectos físicos ou antropro-culturais presentes na denominação (Dick, 1992: 18).

Assim, considerando-se o nome próprio como um fato da língua (como um signo lingüístico que identifica e guarda uma significação precisa de aspectos físicos ou antropro-culturais), o estudo toponomástico servirá como fonte de conhecimento da língua falada numa dada região e como recuperação de fatos físico-geográficos e/ou sócio-histórico-culturais, em parte ou em sua totalidade, por que passaram os povos que habitaram, temporária ou definitivamente e região pesquisada.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O levantamento do *corpus* desta pesquisa teve como fontes básicas as cartas topográficas, escala 1: 100 000, do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de Estado do Ceará* (IBGE-CE), em que são registrados 42 (quarenta e dois) designativos de praias do Ceará, sendo 13 (treze) deles de praias localizadas na capital, Fortaleza – *Arpoador, Barra do Ceará, Caça e Pesca, Diário, Formosa, Futuro, Iate, Iracema, Leste-Oeste, Meireles, Mucuripe, Náutico e Pirambu* – e 29 (vinte e nove) designativos de praias localizadas no

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

interior do Estado – *Baleia, Barro Preto, Beberibe, Camocim, Canoa Quebrada, Caponga, Cascavel, Cumbuco, Flexeiras, Icapuí, Icarai, Iguape, Iparana, Itarema, Jericoacoara, Lagoinha, Majorlândia, Morro Branco, Mundaú, Paracuru, Pecém, Ponta Grossa, Pontal do Maceió, Porto das Dunas, Praia das Fontes, Prainha, Presídio, Tabuba e Taíba.*

Os referidos dados foram classificados e analisados seguindo-se as orientações de Dick (1992; 1996), que considera dois pontos de vista: o taxionômico, que contempla 27 (vinte e sete) taxes: 11 (onze) relacionadas com o ambiente físico – *Taxionomias de Natureza Física: astrotopônimos, cardinotopônimos, cromotopônimos, dimensiotopônimos etc.* –, e 16 (dezesesseis) relacionadas com os aspectos sócio-histórico-culturais que envolvem o homem e o espaço – *Taxionomias de Natureza Antropo-Cultural: animotopônimos, antrotopônimos, axiotopônimos, corotopônimos etc.* (cf. Dick, 1992: 32-34); e o aspecto lingüístico, que envolve o campo etno-dialetológico e o histórico-cultural.

Na análise serão considerados apenas os termos específicos dos sintagmas, por exemplo: no sintagma *Praia do Iate*, o formante *Praia* é o termo genérico, que o inclui na categoria de acidentes geográficos físicos; e o termo *Iate*, é o específico, portador da substância do conteúdo e que insere o topônimo na categoria taxionômica (cf. Dick, 1990: 24).

De posse dos dados, o primeiro passo da análise foi verificar, quantitativamente, qual natureza motivacional prevalecia entre os topônimos coletados, se a *Natureza Física (NF)* ou a *Natureza Antropo-Cultural (NA)*. A tabela apresentada a seguir mostra o resultado desta primeira análise.

Tabela 01: Distribuição percentual das naturezas toponímicas mais frequentes na toponímia das praias cearenses

Acidente Geográfico	Natureza Toponímica	Número Percentual
Praias	<i>Natureza Física</i>	47,6%
	<i>Natureza Antropo-Cultural</i>	45,2%
	<i>Sem Classificação</i>	07,2%
TOTAL		100,0%

Fonte: Pesquisa direta.

A partir dos números apresentados na Tabela 01, pode-se no-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tar que os topônimos de *Natureza Física* foram preponderantes em relação aos de *Natureza Antropo-Cultural*: os primeiros somaram 20 (vinte), perfazendo 47,6%; e os segundos apareceram 19 (dezenove) vezes, perfazendo 45,2% do total. Vale ressaltar que 3 (três) dos topônimos ficaram sem classificação (SC), já que não foi possível identificar a natureza motivacional e a categoria taxionômica a que pertenciam, perfazendo 7,2% do total.

O segundo passo da análise foi dividir os topônimos de cada natureza, de acordo com as categorias taxionômicas a que pertenciam, para que, em seguida, fosse efetuada a análise de cada signo toponímico. Os resultados quantitativos podem ser visualizados nos Gráficos 01 e 02, apresentados, respectivamente, ao final de cada bloco de análise.

Os valores percentuais correspondem ao total geral de topônimos coletados. Inicialmente são apresentadas as análises dos topônimos de *Natureza Física*, já que apareceram em maior número no *corpus* coletado. Os topônimos serão analisados seguindo-se a ordem das taxes mais produtivas de cada natureza.

A terceira etapa da análise corresponde à identificação dos estratos lingüísticos de etnia tupi presentes na toponímia selecionada, ou seja, o exame lingüístico dos topônimos no âmbito etno-dialetológico e histórico-cultural, cujos resultados numéricos são apresentados no gráfico 03.

Com vistas a esclarecer o significado e a origem de alguns topônimos e subsidiar a classificação dos dados quanto ao aspecto lingüístico, utilizaram-se as obras de Aragão (1994), Bueno (1986), Houaiss (2001) e Sampaio (1987), Cunha (1999). No entanto, por não dispormos de dados sobre o significado e/ou a etimologia da algumas lexias¹², alguns topônimos foram agrupados na categoria **sem classificação**. Sobre isso, explica Dick (1992):

A referência a dados aproximados prendeu-se [...], ao fato de alguns topônimos exigirem um aprofundamento de estudos, na busca do verdadeiro emprego da denominação ou de sua causa, não explicitada no le-

¹² Os termos *lexia*, *lexema*, *item lexical*, *unidade lexical* e *vocábulo* são utilizados com o mesmo valor semântico.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

vantamento sincrônico. Nem sempre o significante, ou a forma lingüística de um nome em Toponímia, conduz a uma interpretação segura do motivo principal quando isolado do ambiente originário (Dick, 1992: 210).

Das taxionomias toponímicas de natureza física

Os topônimos de *Natureza Física* são aqueles cujos fatores motivacionais estão ligados ao ambiente físico, às características físico-geográficas do meio. No *corpus* foram identificados os seguintes topônimos pertencentes a esta natureza: *Baleia, Barra do Ceará, Barro Preto, Caponga, Cascavel, Icapuí, Iguape, Iparana, Itarema, Lagoinha, Leste-Oeste, Morro Branco, Mucuripe, Paracuru, Pecém, Pirambu, Ponta Grossa, Fontes, Prainha e Taíba.*

Segundo Dick (1992: 31-34), são classificados como **geomorfotopônimos** os designativos relativos às formas topográficas. Nos dados foram encontrados 06 (seis) topônimos dessa categoria: *Barra do Ceará, Iparana, Morro Branco, Pecém, Ponta Grossa e Prainha.*

O topônimo *Barra do Ceará*¹³ faz referência à entrada estreita de um porto, espécie de morro, existente nas margens do Rio Ceará, que faz encontro com a referida praia. O sintagma *Iparana*, de origem tupi, “Traduz-se literalmente por *uparana* de *yparana* como brejo, pantanal ou ao que falsamente se assemelha a uma lagoa” (Aragão, 1994: 131-132), ou seja, faz referência a uma característica do terreno: alagadiço; da mesma forma que o *Pecém*, também de origem tupi, que “Traduz-se literalmente por *upecem* = praias entrecortadas por sucessivos córregos” (Aragão, 1994: 145).

Os topônimos *Morro Branco, Ponta Grossa e Prainha*, fazem, também, referência às próprias formações topográficas do acidente. A esse respeito Dick (1990: 114) explica que as “formas de relevo terrestre, seja no sentido de elevações ou depressões, costumam emprestar à toponímia uma variedade de signos onomásticos que, em sua maioria, traduzem uma técnica espontânea de designação”.

¹³ O formante *Ceará* tem origem no tupi *cê-ará*, que significa “fala ou canta o papagaio” (Sampaio, 1987: 221).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Os **zootopônimos**, segundo Dick (1992: 31-34), são os topônimos de índole animal. Nos dados foram encontrados 04 (quatro) designativos desta categoria: *Baleia*, *Cascavel*, *Mucuripe* e *Pirambu*.

Os topônimos *Baleia* e *Cascavel* fazem referência, respectivamente, a uma espécie de mamífero marinho, e a um réptil ofídio reconhecível pela presença de um chocalho na ponta da cauda.

O sintagma toponímico *Mucuripe*, que tem origem no tupi *mucury-pe*, embora signifique “nos mucuris – rio das mucuras ou gambás” (Sampaio, 1987: 287), faz referência, na verdade, a uma espécie de peixe muito comum nesta praia, cuja característica principal é o mal cheiro que exala. E o *Pirambu*, por sua vez, também de origem tupi, significa “Peixe sargo, dito também *corcoroca*” (Bueno, 1986: 255), conhecido na região como peixe pargo, cuja presença é abundante no litoral cearense.

Para Sampaio (1987: 147), a “Geografia do país refletiu também, com mais ou menos precisão, a fauna regional”, ainda que os registros toponomásticos não tenham abarcado toda a variedade das espécies animais – o que Dick (1990: 255) considera muito natural, uma vez que seria muito difícil contemplar toda a fauna brasileira na toponímia.

Segundo Dick (1992: 31-34), são classificados como **hidrotopônimos** os designativos resultantes de acidentes hidrográficos em geral. Nos dados foram identificados 03 (três) desses topônimos: *Iguape*, *Lagoinha* e *Fontes*.

O sintagma toponímico *Iguape* tem origem no tupi *yguá-pe*, cujo significado é “no lagamar, na baía fluvial” (Sampaio, 1987: 248). Em ambos, como se vê, os motivadores são acidentes hidrográficos.

Os topônimos *Lagoinha* e *Fontes* também fazem referência a acidentes hidrográficos: o primeiro faz referência a um pequeno lago existente na mesma região litorânea onde fica a praia; e o segundo a uma famosa nascente d’água, uma espécie de chafariz que brota das rochas localizadas nesta referida praia.

Os **litotopônimos** são classificados por Dick (1992: 31-34), como os topônimos de índole mineral, também relativos à constitui-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ção do solo. Foram encontrados no *corpus* 03 (três) sintagmas desta categoria: **Barro Preto**, **Itarema** e **Paracuru**.

O topônimo **Barro Preto** refere-se ao tipo de solo argiloso provavelmente existente na região. O topônimo **Itarema**, de origem tupi, “Traduz-se etimologicamente por *ita* = pedra + *rema* = fétido, fedorento, donde se obtém certo tipo de rocha no qual se integram determinados minérios” (Aragão, 1994: 135).

No caso do topônimo **Paracuru**, também de origem tupi, “Traduz-se etimologicamente por *pará* = rio + *curu* = cascalhos, pedra miúda, seixos donde se obtém rio dos cascalhos” (Aragão, 1994: 144), sendo cascalho um tipo de pedras lascadas, miúdas, muito comum nas areias da referida praia.

Dick (1992: 31-34) classifica como **fitotopônimos** os designativos de índole vegetal. No *corpus* foram identificados 03 (três) topônimos desse tipo: **Caponga**, **Icapuí**, **Taíba**.

Os sintagmas toponímicos, incluídos na referida taxa, são todos oriundos do tupi: **Caponga** vem de *caá-ponga*, que significa “mato batido” (Sampaio, 1987: 216); **Icapuí** “traduz-se por *y* de água + *caa* = mato e *puí* de rápido, ligeiro, donde se obtém campos relvosos através dos quais as águas se escoam com rapidez” (Aragão, 1994: 130).

O topônimo **Taíba**, por sua vez, “traduz-se por *taí* = ácido, azedo + *yba* = fruto, donde se obtém certa espécie de fruta ácida” (Aragão, 1994: 148), possivelmente, característica da referida região.

Dick (1992: 31-34) classifica como **cardinopônimos** os designativos relativos às posições geográficas em geral. No *corpus* foi identificada 01 (uma) ocorrência desse tipo: **Leste-Oeste**, cujo termo específico, de estrutura composta, indica pontos cardeais da esfera celeste em que, o primeiro – *Leste* – indica o nascer do sol; e o segundo – *Oeste* – indica o pôr do sol: fenômenos muito apreciados nas regiões praianas.

Quanto à formação morfológica dos signos **Lagoinha** e **Praia**, temos duas bases acrescidas do sufixo – *inh(a)*, que pode indicar noções dimensionais, pejorativas, valorativas etc. (cf. Houaiss, 2001). Nos casos referidos, acredita-se que foram utilizados como

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

forma de indicar o tamanho (noção dimensional) dos acidentes: no primeiro caso, como foi exposto anteriormente, uma lagoa existente na área onde está a referida praia; e no segundo caso, o próprio tamanho da praia.

Sobre a influência de fatores de ordem físico-geográfica na nomenclatura geográfica, diz Isquerdo (1996):

[...] É pertinente e justificável, portanto, a presença, na toponímia local, de nomes que remetam às características físicas e geográficas do meio. Contudo, há que se assinalar que não é simplesmente esse ambiente físico o fator determinante na configuração do léxico local, mas sim a importância social que esse ambiente desempenha na vida do grupo (Isquerdo, 1996: 147).

Das taxionomias toponímicas de Natureza Antropo-Cultural

Os topônimos de *Natureza Antropo-Cultural* são aqueles cujos fatores motivacionais estão ligados às relações que envolvem o homem inserido em um grupo com seus aspectos sociais, históricos e culturais. No *corpus* foram identificados os seguintes topônimos pertencentes a esta natureza: *Arpoador, Beberibe, Caça e Pesca, Camocim, Canoa Quebrada, Diário, Formosa, Futuro, Iate, Icaraí, Iracema, Jericoacoara, Majorlândia, Meireles, Mundaú, Náutico, Pontal de Maceió, Porto das Dunas e Presídio*.

Segundo Dick (1992: 31-34), os topônimos relacionados às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma sociedade são classificados como **sociotopônimos**. Nos dados foram encontrados 07 (sete) designativos enquadrados nessa categoria: *Arpoador, Diário, Iate, Mundaú, Náutico, Porto das Dunas e Presídio*.

A lexia *arpoador*, de origem francesa (Houaiss, 2001), que nomeia a *Praia do Arpoador*, indica a pessoa que manuseia ou usa o arpão, que é um instrumento usado na pesca de grandes peixes. Neste caso, por estar relacionado a uma atividade profissional, o sintagma está incluído na categoria dos **sociotopônimos**.

Os topônimos *Diário, Iate e Náutico*, fazem referência a clubes recreativos situados na orla marítima de Fortaleza, ou seja, pontos de encontro de membros da sociedade; da mesma forma, *Porto*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

das Dunas recupera um ponto de encontro e local de trabalho: *porto* – o que justifica suas inclusões entre os **sociotopônimos**.

A lexia *presídio*, de origem latina (Houaiss, 2001), remete ao estabelecimento público destinado a receber presos. Deste modo, o topônimo *Praia do Presídio* faz referência tanto a um local de trabalho, quanto a um ponto de encontro de membros de uma sociedade.

O sintagma toponímico *Mundaú*, de origem tupi, significa “Rio dos ladrões, o bebedouro dos ladrões” (Bueno, 1986: 572). De alguma forma, *ladrão* indica uma atividade humana que tem fins lucrativos. Daí esse topônimo ser classificado como **sociotopônimo**.

Isquierdo (1996: 147), sobre a importância social que o ambiente exerce sobre a nomeação dos acidentes geográficos, cita Sapir (1961: 45): “no que concerne à língua, toda influência ambiental se reduz, em última análise, à influência da parte social do ambiente”.

São classificados como **dirrematopônimos**, os designativos constituídos por enunciados ou frases lingüísticas (Dick, 1992: 31-34). No corpus foram identificados 02 (dois) topônimos dessa categoria: *Caça e Pesca* – que indica atividades praticadas na referida área litorânea; e *Beberibe*, originário do tupi *bibi-r-y-pe*, que significa “no rio do vai-e-vem” (Sampaio, 1987: 205) – que faz relação ao movimento (à ação) das águas do referido acidente.

Os **ergotopônimos**, segundo Dick (1992: 31-34), são os topônimos relacionados aos elementos da cultura material. Nos dados foram encontrados 02 (dois) designativos dessa categoria: *Camocim* e *Canoa Quebrada*.

Camocim, de origem tupi, vem de *cambu-chi*, que significa “o vaso d’água, o pote, cântaro” (Sampaio, 1987: 214), e *Canoa* indica uma espécie de embarcação. Ambos os designativos, portanto, têm relação com elementos da cultura material, por isso são enquadrados entre os **ergotopônimos**.

De acordo com Dick (1992: 31-34), os topônimos relacionados aos nomes próprios individuais (prenome, hipocorístico, prenome + alcunha, apelido de família, prenome + apelido de família), são classificados como **antrotopônimos**. Nos dados foram encontrados 02 (dois) designativos com essa classificação: *Iracema* e *Meireles* –

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ambos fazendo referência a nomes próprios individuais. O primeiro recupera o nome da personagem título do romance *Iracema*¹⁴, escrito por José de Alencar; e o segundo, o sobrenome de uma tradicional família cearense que residia nas proximidades da referida praia.

Os demais topônimos, cujos fatores motivacionais foram de *Natureza Antropo-Cultural*, apareceram 01 (uma) única vez nas seguintes categorias: **animotopônimo**, topônimo referente à vida psíquica ou à cultura espiritual (Dick, 1992: 31-34): *Formosa* – que recupera a idéia de agradabilidade, de beleza frente à paisagem local; **hierotopônimo**, topônimo relativo aos nomes sagrados de diversas crenças (Dick, 1992: 31-34): *Icarai* – de origem tupi, significa “água santa, água benta. De y água, rio, caray, santo” (Bueno, 1986: 148); **ecotopônimo**, topônimo relativo às habitações de um modo geral (Dick, 1992: 31-34): *Jericoacoara* – de origem tupi, vem de *yuru-cuã-quara*, que significa “o buraco ou refúgio das tartarugas” (Sampaio, 1987: 269); **axiotopônimo**, topônimo referente aos títulos e dignidades (Dick, 1992: 31-34): *Majorlândia* – que recupera o título de Major; **cronotopônimo**, topônimo referente aos indicadores cronológicos (Dick, 1992: 31-34): *Futuro* – indicando o tempo que há de vir, o destino; e **corotopônimo**, topônimo referente a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes (Dick, 1992: 31-34): *Portal de Maceió* – que recupera o nome da cidade de Maceió, capital de Alagoas.

Com relação ao sufixo *-lândia*, presente no topônimo *Majorlândia*, Houaiss (2001) explica tratar-se de um “positivo” do teutônico comum, como terra, país, região”, extremamente freqüente em topônimos das línguas anglo-saxãs, alatinados tardiamente com o recurso do sufixo *-ia*, próprio de locativos pátrios.

A respeito da influência de fatores sócio-culturais no ato de nomeação de acidentes geográficos, pondera Isquierdo (1996) que o termo “cultura” deve ser tomado no seu antropológico, ou seja:

[...] referindo-se à cosmovisão de um indivíduo inserido num grupo social e lingüisticamente constituído. Essa cosmovisão implica, por con-

¹⁴ A lexia vem do tupi *yra* – *cema*, que significa “a saída das abelhas, o enxame. [...] Como nome de mulher, vale por *melífua*, *dulce*, razão por que José de Alencar o traduziu livremente *lábios de mel*, para qualificar a heroína do seu romance” (Sampaio, 1987: 253).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

seguinte, não só o fazer, mas também, o saber – conhecimento, de maneira fundamental, adquirido pelo indivíduo pertencente a um determinado grupo social (Isquierdo, 1996: 28).

Dos estratos lingüísticos de base tupi

O exame dos designativos de *Natureza Física* sob a perspectiva lingüística, que abrange o campo etno-dialetológico, revelou que, dos 20 (vinte) topônimos selecionados, 11 (onze) apresentam elementos de origem tupi – o que corresponde a 55% do total.

Quanto à análise lingüística dos topônimos de *Natureza Antropo-Cultural*, por sua vez, os dados mostraram que dos 19 (dezenove) designativos coletados, 06 (seis) revelaram elementos oriundos da língua tupi, o que corresponde a 31,6% do total geral.

No recorte toponímico selecionado, os designativos que registraram elementos de origem tupi correspondem a 40,5% do total geral.

Segundo Dick (1992), a tupi é uma das mais importantes famílias indígenas de que a etnografia brasileira tem conhecimento e a sua influência se faz sentir consideravelmente na Língua Portuguesa.

O sistema léxico tupi trouxe uma grande variedade de contribuições ao português, que “preservou nos vocábulos fossilizados as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios da experiência” (Dick, 1992: 39).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte toponímico apresentado, num âmbito geral, confirma a tese sapiriana (1969) de que o ambiente, tanto físico como social, reflete-se na língua e que só atua sobre o indivíduo por meio das forças sociais. No que se refere aos topônimos destacados, verificou-se que elementos, tanto de natureza física, quanto de natureza socio-cultural do ambiente, transpareceram no exame efetuado.

A análise das diferentes categorias taxionômicas mostrou, na nomenclatura das praias cearenses, prevaleceram os fatores de ordem físico-geográficos (47,6% do total) da região como motivadores dos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

designativos, destacadamente as formações topográficas (incluídos na classe dos **geomorfotopônimos**), que somaram 14,3% dos casos. Em seguida, apareceram os topônimos de índole animal – os **zootopônimos** –, que somaram 9,52%; e os topônimos motivados por acidentes geográficos hídricos – os **hidrotopônimos** – somando 7,14% do número geral.

Em segundo lugar, apareceram os motivadores de natureza sócio-culturais, destacadamente, os nomes de atividades profissionais e locais de encontros de membros da sociedade (incluídos na classe dos **sociotopônimos**), que somaram 16,7% dos casos. Em seguida, apareceram os topônimos formados por enunciados lingüísticos – os **dirrematopônimos** –, os topônimos motivados por elementos da cultura material – os **ergotopônimos** –, e os topônimos motivados por nomes próprios individuais – os **antrotopônimos** – que somaram, cada uma das categorias, 4,76% do total geral.

Quanto ao aspecto lingüístico, que envolve o campo étno-dialetológico, o sistema toponímico analisado registra estratos da língua indígena tupi em 55% dos designativos de *Natureza Física* e em 31,6% dos designativos de *Natureza Antropo-Cultural* – 40,5% dos dados coletados –, o que demonstra a preservação de aspectos referentes à cultura dos primeiros habitantes da região. São exemplos: *Beberibe, Camocim, Icapuí*, entre outros.

A Língua Tupi, segundo Bueno (1986, p. 13), não foi originada de uma tribo específica. Tratava-se de “uma uniformização léxica racional de vários dialetos, fixada pela Gramática do Padre Anchieta e pelo vocabulário jesuítico”, para ser usada pelos missionários em seus trabalhos catequéticos pela costa brasileira, do Maranhão a São Paulo.

Para Dick (1992), a difusão dos topônimos de origem tupi em vários pontos do Brasil:

[...] pode ser atribuída não só à maior mobilidade geográfica ou mesmo sócio-cultural do grupo, como também à ação religiosa dos missionários e à participação das antigas bandeiras, que difundiram a língua dita então geral, dilatando, conseqüentemente, a área ocupada por esses indígenas (Dick, 1992: 22).

Pela extensão demográfica em que foi disseminada, abrangendo vastas porções territoriais, o Tupi descentralizou-se, subdivi-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dindo-se em grupos familiares, que ocupavam áreas geográficas distintas e possuíam denominações próprias; embora linguisticamente vinculados ao mesmo ramo, como os Tupinambás, os Tupiniquins, os Tamoios etc.

No Ceará, de acordo com Aragão (1994: 17), “além dos grupos de menor expressão, havia como destaque os Tabajaras, cujas aldeias situavam-se na Serra da Ibiapaba e cujo governo se sobrepunha aos Tapuias [...]”.

Há que se registrar ainda que 03 (três) topônimos coletados, 7,14% dos dados, não foram classificados porque as etimologias/motivações inerentes aos seus termos específicos não foram encontradas, o que impossibilitou o enquadramento dos referidos designativos nas categorias toponímicas disponíveis.

Isto demonstra que certas denominações podem perder a transparência de seu conteúdo semântico, o que resulta em sua opacidade. Os referidos sintagmas foram: *Cumbuco*, *Flexeiras* e *Tabuba*.

Por fim, o presente estudo comprovou que as marcas extralingüísticas da Toponímia foram relevantes para se chegar ao motivo subjacente nas denominações dos acidentes geográficos pesquisados; e, ainda, num plano geral, evidenciou a importância da língua como mecanismo de registro e de divulgação de aspectos socioculturais relacionados a um grupo, numa determinada região. Esses resultados reforçam o posicionamento de Dick (1992):

[...] através das camadas onomásticas, revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam de ordem física quanto sócio-culturais. De tal esses aspectos se corporificam nos topônimos que se pode, muitas vezes, estabelecer a correlação entre o “nome” dos acidentes e o “ambiente” em que ele se acha inscrito (Dick, 1992: 35).

Assim, no processo de nomeação, o denominador retoma leixas do uso comum e as eterniza por meio da toponímia, à medida que escolhe, entre todas as possibilidades disponíveis no sistema lingüístico, nomes para representar a realidade que o circunda: nomes que caracterizam o ambiente físico – animais, plantas, acidentes hidrográficos – ou nomes que identificam aspectos sócio-culturais – elementos da cultura material, sentimentos religiosos, estados de espírito, entre outros.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Os resultados revelados nesta pesquisa mostram que o ambiente físico e o sócio-cultural se complementam, descrevendo e preservando as características e os valores da região litorânea cearense e do homem que nela vive, ou viveu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, R. B. *Índios do Ceará e topônimos indígenas*. Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1994.

BUENO, S. *Vocabulário tupi-guarani-português*. São Paulo: Brasiliários, 1986.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

———. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1992.

———. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina*. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1996.

DOSSÉ, F. *História do estruturalismo: o campo do signo*. Campinas: UNICAMP, 1993.

GUIRRAUD, P. *A semântica*. São Paulo: DIFEL, 1980.

OLIVEIRA, A. M. P. de., ISQUERDO, A. N. (orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande/MS: UFMS, 2001.

SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1987.

SAPIR, E. *Língua e ambiente*. A lingüística como ciência. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.

SOUSA, A. M. de. *Desbravando a Amazônia Ocidental Brasileira: estudo toponímico dos acidentes humanos e físicos acreanos*. Forta-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

leza: 2007. Tese (Doutorado) – UFC, 2007.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.

ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

PREFIXOS INTENSIVOS

Carlos Alberto Gonçalves Lopes^b
(UNEB e ABRAFIL)

RESUMO

Os prefixos intensivos não têm merecido a devida atenção dos estudiosos da Semântica. Por conseguinte, este trabalho objetiva demonstrar a força persuasiva dos intensificadores prefixais ao analisar os prefixos intensivos encontrados no português soteropolitano.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Semântica.

O assunto abordado aqui está inserido numa pesquisa maior (Lopes, 2000) que tem por alvo descrever os processos de intensificação encontrados na língua falada por informantes cultos de Salvador, tomando como *corpus* doze inquéritos reunidos na obra organizada por Mota & Rollemberg (1994). Por outro lado, ao eleger como objeto de pesquisa a intensificação, situa-se no âmbito da Análise do Discurso, e, neste, mais especificamente, nos estudos da enunciação e da argumentação.

Por processos de intensificação prefixais entendem-se todos os mecanismos lingüísticos constituídos de gramemas presos posicionados antes de uma base lexemática que, numa determinada situação enunciativa, podem funcionar como operadores da intensidade por *transferência de sentido* (hiperacidez) ou por *natureza* (microfilme). Tais intensificadores se caracterizam ainda por expressarem, respectivamente, uma visão global ou relativa do locutor.

A diferença entre os gramemas presos prefixais por *natureza* e os por *transferência de sentido* está em que, enquanto os primeiros *sempre* expressaram a noção de grau, como é o caso do prefixo MICRO-, que tem o sentido de pequeno em *microfilme* (= filme pequeno, reduzido), os últimos, originalmente portadores do sentido de localização, *só posteriormente* é que passaram a expressar a noção de intensidade, como é o caso do prefixo HIPER- (de origem grega, com o sentido de *posição superior*) que, por transferência semântica, toma o sentido figurado de alto grau em *hipermercado* (= mercado

enorme).

Cabe esclarecer ainda que, a depender do caso, tais intensificadores podem vir *não-integrados*, a exemplo de *ultra-rápido*, em que o intensificador é o próprio prefixo; ou *integrados* na base, a exemplo de *super-secretária*, como se vê, respectivamente, nos seguintes exemplos:

(1) Este trem é **ultra-rápido** (= *extremamente* rápido).

(2) Esta é uma **super-secretária** (= *demasiadamente* boa secretária).

Em (1), o prefixo ULTRA-, com o sentido original de *ultra-passagem* em relação a uma norma, a um limite (de velocidade, nesse caso), passa a traduzir a noção de intensidade elevada em relação à base (*rápido*) exterior a ele, razão pela qual se diz *não-integrado*.

Por outro lado, em (2), o prefixo SUPER-, com o sentido original de *posição superior*, assume o sentido figurado de alto grau. Todavia, cabe observar que, nele, encontram-se a base (*boa*), como um dos seus semas, e, implícito, o intensificador (*demasiadamente*), razão pela qual se diz *integrado*.

Antes, porém, de prosseguir na apreciação dos gramemas presos prefixais, uma questão deve ser colocada como pré-requisito para a abordagem desse assunto, que é a de ser ou não prefixo o que aqui se denomina prefixo, levando-se em conta o fato de não ser pacífica a posição de se considerar o prefixo um morfema preso capaz de operar a *derivação*, problema esse inexistente em relação aos sufixos e que tem a ver com os processos de formação das palavras. Sobre essa questão, não é sensato concordar com Pereira (1926), Bueno (1958) e Nunes, *Apud* Rocha Lima (1972), dentre outros, que consideram a prefixação um processo de *composição*. Opinião melhor parece ser a daqueles que consideram a prefixação uma modalidade de *derivação*, dentre os quais se incluem Rocha Lima (1972: 173), Cunha & Cintra (1985: 83-84) e Bechara (1999: 357), em razão da ponderação de que, embora os prefixos não sejam capazes de realizar uma mudança de categoria, como ocorre com alguns sufixos em determinados casos (ex.: digno → dignidade), são, por natureza, morfemas presos constituintes das palavras, visto que não sobrevivem fora delas, como é o caso do prefixo HIPER- em *hipertensão*, salvo

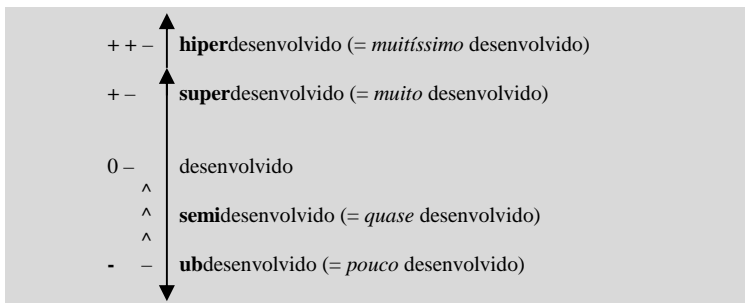
Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

se vierem a sofrer um processo de lexicalização, a exemplo de *man-teiga extra*, o que é algo incomum e bem diferente do que acontece com a esmagadora maioria dos prefixos.

Ainda sobre os prefixos, convém observar que, assim como ocorre com os processos analíticos de intensificação, eles se prestam menos à expressão da emotividade do que os sufixos. Diz Sandmann (1988: 161) que “o emprego crescente dos prefixos de aumento e diminuição *macro-*, *maxi-*, *mega-*, *micro-* e *mini-* [...] deve-se provavelmente ao fato de serem emocionalmente mais neutros do que os sufixos de grau [...]”.

Por outro lado, Rio-Torto (1987), *apud* Carreira (1997: 182), fazendo um estudo acerca das estruturas morfo-lexicais da intensificação no português contemporâneo, “considere que la suffixation et la préfixation font partie de la sémantique lexicale et envisage différents niveaux d’intensification selon une échelle de gradation”. E depois menciona “quatre zones d’évaluation (*diminutive-atténuative augmentative-intensive, superlative, excessive*)” (*Ibid.*).

A reflexão acerca dos prefixos conduz inevitavelmente à conclusão de que eles têm um comportamento similar ao dos adjetivos, de modo que podem, inclusive, se organizar também em séries gradativas através das quais expressam diversos níveis de intensificação, como se verifica na série “HIPER-, SUPER-, SEMI-, SUB-” exemplificada em “*hiperdesenvolvido* ← *superdesenvolvido*, *semi-desenvolvido*, *sub-desenvolvido*” e que corresponde, respectivamente, aos graus de intensidade *máximo*, *superior*, *aproximativo-inferior* e *inferior*, ilustrados na seguinte escala:



Os prefixos serão amplificadores quando funcionarem como modificadores capazes de aumentar a noção contida na base de for-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ma a direcioná-la para cima; e podem se subdividir, conforme o critério de seleção, em prefixos *amplificadores por natureza* e em prefixos *amplificadores por transferência de sentido*.

Os prefixos *amplificadores por natureza* se caracterizam por expressar uma noção elevada de grau, situável numa escala de valores dimensiva parafraseável pela série gradativa “grande, médio, pequeno”. Dentre eles, são conhecidos os prefixos MACRO-, MAXI- e MEGA-, situáveis no pólo positivo dessa escala, que se opõem aos prefixos MICRO- e MINI-.

Já os prefixos *amplificadores por transferência de sentido* (ARQUI-, EXTRA-, HIPER-, SOBRE-, SUPRA-, SUPER-, ULTRA) se caracterizam por, sendo originalmente portadores do sentido de *localização* (espacial ou hierárquica), traduzirem, por deslizamento semântico, uma noção hiperbólica de intensidade. De fato, originalmente, ARQUI- (= superior hierárquico, comandante, chefe), EXTRA- (= fora de, ao exterior), HIPER- (= em cima de, em posição superior, o oposto de HIPO-), SOBRE- (= por cima de, em cima de, além de), SUPRA- (= acima de, superior), SUPER- (= por cima de) e ULTRA- (= para além de, além do limite, ultrapassagem) são portadores da noção semântica de *posição*, e, por transferência de sentido, são capazes de intensificar de tal modo a base modificada por eles que o aumento da noção pode ir bem além dos limites da escala gradativa básica, razão pela qual podem ser parafraseados por *muitíssimo*, *extremamente*, *excessivamente*, *extraordinariamente*, *demasiado*. Assim, fica fácil perceber que tais amplificadores, por marcarem um grau excessivo de intensidade, são também responsáveis pela operação da modalidade de intensidade denominada amplificação absoluta, como ocorre em “*hiperdesenvolvido*”, significando extremamente desenvolvido; e em “*sobretudo*”, “*superpanorâmicas*” e “*super difícil*”, encontráveis, respectivamente, nos seguintes trechos:

- (3) INF – E nós temos uma outra associação de classe também, que nós... eh... pertencemos, que é a Sociedade Brasileira de Química, não é? (superp)

DOC – Hum, Hum. (superp)

INF – Essa congrega, como o próprio nome está dizendo, **sobretudo**, os químicos e os engenheiros químicos, né?

(INQ283, INF360, p.216, LINHAS 18-24)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- (4) INF Então, existem as máquinas de oito milímetros; geralmente essas de oito milímetros são usadas mais em casa, ou naqueles fil... naqueles cinemas antigos, né? Depois, dezesseis milímetros, que há pouco tempo também era usada em cinemas. E agora as mais modernas são setenta milímetros, que muitos até usam para aquelas telas **superpanorâmicas**, pra dar idéia até do... terceira dimensão, que na realidade não é terceira dimensão, né...

(INQ138, INF167, p.55-56, LINHAS 265-274)

- (5) INF Outro jogo que envolve animais é um quarteto, que pode ser de animais. Eu tive um sobre os compositores e que era **super difícil** nós dizermos aqueles nomes todos, quando nós nem falávamos português correto, imagine dizer os nomes em alemão; mas existe com animais.

(INQ125, INF151, p.84, LINHAS 521-527)

Em (3), o prefixo SOBRE-, aplicável a uma base pronominal (tudo), resulta no intensificador *sobretudo*, sinônimo de *especialmente*, *principalmente*, *acima de tudo*. Sendo assim, dizer que “Essa (a Sociedade Brasileira de Química) congrega, [...], *sobretudo*, os químicos e os engenheiros químicos”, corresponde a dizer que a Sociedade Brasileira de Química congrega, *principalmente*, os químicos e os engenheiros químicos, com o processo intensificacional sendo reforçado por pausa marcada na escrita por vírgula. A propósito, resta ainda esclarecer que “*sobre-* é a forma vernácula proveniente de *super-*” (Duarte, 1999: 184), sendo *super-* um prefixo latino formador de vocábulos eruditos.

Em (4), o prefixo SUPER-, aplicável a uma base adjetiva (panorâmica), intensifica a noção nela contida, de modo a expressar a idéia de uma tela muito grande. Tal noção intensiva se dá por transferência de sentido, visto que SUPER- possui originalmente o sentido de localização espacial, significando *por cima de*, *em cima de*, *sobre*. Trata-se do intensificador prefixal mais freqüente nos inquiridos analisados, o que sugere a sua vitalidade no português atual. Aqui, particularmente, há uma avaliação subjetiva do informante, com uma inegável intenção argumentativa de convencer o alocutário acerca do tamanho das telas de cinema.

Em (5), todavia, o mesmo prefixo aparece separado da base, na expressão “*super difícil*”, significando *muito difícil*. Tem-se aqui um intensificador (*super*) modificando outro intensificador (difícil) que, por sua vez, modifica a expressão “um (jogo) sobre os composi-

tores” (que tem o núcleo elíptico) com o propósito argumentativo de conduzir o alocutário a crer na grande dificuldade de se pronunciar as palavras em alemão dessa atividade lúdica. Nesse caso, trata-se de uma separação aparente do prefixo, se for considerado o fato de não só ser inviável a colocação de qualquer vocábulo entre *super* e *diffícil*, como também de ser impossível a colocação do prefixo em outra posição que não seja imediatamente anterior ao lexema modificado. Portanto, se há alguma diferença entre os exemplos (4) e (5) em relação ao prefixo mencionado, esta deverá ser buscada na prosódia, já que “*superpanorâmicas*” possui apenas um acento prosódico, enquanto “*super difícil*” possui dois.

Os prefixos serão atenuadores quando funcionarem como modificadores capazes de diminuir uma noção contida na base, direcionando-a para baixo. Eles podem ser atenuadores *aproximativos* ou atenuadores *minimais*.

Os prefixos atenuadores aproximativos, dentre os quais SEMI- é o mais conhecido, se caracterizam por expressarem uma noção imprecisa de intensidade passível de ser parafraseada por *quase*, como se verá a seguir:

- (6) INF O clima é tropical no Brasil. Agora, clima tropical... eh... talvez **semi-úmido**, talvez, não sei, na região amazônica, talvez... eh... úmido, mas úmido não no sentido, vamos dizer, de umidade... – não sei, talvez eu não seja... não... não poss... não... não esteja me expressando bem –, mas úmido no sentido de umidade que dá lugar a suor e tal, no tempo de sol, aqui na área de Nordeste.

(INQ 135, INF164, p.130, LINHAS 81-88)

Em “*semi-úmido*”, percebe-se que o grau de comprometimento do locutor acerca da umidade do clima é atenuado pelo prefixo SEMI-, que traduz a noção de um clima que não é úmido nem seco, mas *quase* úmido. A rigor, o prefixo supracitado (*semi-*) não marca com nitidez o grau de umidade, por estar situado numa zona medial imprecisa da escala gradativa próxima do grau médio. Entende-se aqui por grau médio o ponto intermediário da escala, mais ou menos equidistante dos graus superior e inferior. Outrossim, a imprecisão do sufixo SEMI- é acentuada aqui pela própria vacilação do informante, manifesta na sua insegurança quanto à classificação do clima do Brasil.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Os prefixos *atenuadores minimais* se caracterizam por situarem a intensificação no extremo inferior da escala gradativa básica e poderem se subdividir em prefixos *atenuadores minimais de grandeza* (MICRO-, MINI-), passíveis de serem parafraseados por *pequeno*, e em prefixos *atenuadores minimais de qualidade ou de caracterização* (SUB-, INFRA-, MAL-), passíveis de serem parafraseados por *pouco*, com esse último tipo aparecendo nos seguintes trechos:

- (7) DOC Mas, de qualquer forma, quer dizer, uma coisa está, digamos, certa de que muitos desses problemas de deficiência, ou auditiva, ou visual, ou mental, está, digamos, diretamente ligado ao problema da...

INF – Ah... é... (superp)

DOC – ...da **subnutrição**. (superp)

(INQ356, INF452, p.275, LINHAS 648-654)

- (8) INF Nós tivemos – foi há dois anos atrás – também uma aluna... eh... a família não tinha realmente habitação, e eles também não podiam comprar o café, que é muito caro, não é, e se alimentavam de infusões, que eles iam... de folhas do mato, que eles iam arrancando, e por aí eles iam se alimentando, não é? Essa criança era um... um problema na escola, mas atrás de tudo isso, do problema que ela apresentava, vinham todas as deficiências que ela vinha sofrendo, né, em todos os níveis...

DOC – Hum, hum. (superp)

INF – ... que era (superp) uma vida **infra-humana** que levava.

(INQ356, INF452, p.275, LINHAS 656-669)

- (9) INF [...] mas nós preferimos mesmo fazer uma refeição mais, digamos assim, substancial, pela manhã, incluindo, nesse caso, vamos dizer, bifés, **malpassado**, etc. [...]

(INQ081, INF089, p.178, LINHAS 38-41)

Em (7), o prefixo SUB- intensifica para baixo a base substantiva à qual está preso (nutrição). A noção que se passa é a de uma alimentação muito deficiente (ou precária), abaixo das necessidades do organismo. Trata-se de um prefixo latino que, apesar de admitir outros significados, tais como *transferência* (*sublocar*) e *derivação* (*subproduto*), aqui significa, especificamente, *posição inferior*, com valor intensivo por transferência de sentido.

No exemplo (8) aparece o prefixo INFRA- significando tam-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

bém *posição inferior*, com valor intensivo por transferência de sentido. Trata-se, a rigor, de um emprego insólito e, por isso mesmo, muito expressivo de tal prefixo, por ter comumente apenas o sentido de *posição inferior* sem valor intensivo, a exemplo de *infracitado* (= citado abaixo). Portanto, uma vida *infra-humana*, mais do que uma vida abaixo de humana, posicionalmente falando, é uma vida pouco humana, uma vida inferior qualitativamente falando, uma vida ruim, nada humana.

Em (9), finalmente, tem-se o prefixo MAL- que, originalmente significando *de modo ruim*, por transferência de sentido tem nesse caso o sentido de *pouco* e se opõe a BEM-, razão pela qual “bifes *mal-passados*” são bifes *pouco* passados, ou melhor, *pouco* assados ou *pouco* fritos, o oposto de “bifes *bem-passados*”. A propósito, diz Sandmann (1988: 109) que “os prefixóides *bem* e *mal* (*sic*) têm como correspondentes sinônimos livres os advérbios *bem* e *mal*”; que “eles se prestam a formações em série”; e que “ocorrem principalmente diante do participio perfeito convertido em adjetivo”.

Acerca do gramema MAL-, cabe observar ainda que, apesar de não ser ele comumente reconhecido pelos gramáticos, dentre os quais Bechara (1999), Cunha & Cintra (1985) e Rocha Lima (1972), como um prefixo propriamente dito, recentemente tem surgido estudos defendendo ponto de vista diferente, tais como os realizados por Sandmann (1988: 109), para quem tal elemento mórfico é um *prefixóide*; e por Duarte (1999: 166), para quem o gramema MAL- nada mais é do que um *prefixo correspondente a formas livres e dependentes*.

Nos três casos apreciados de atenuação minimal (com os sufixos SUB-, INFRA- e MAL-) nota-se uma intensificação em sentido inverso (para baixo) que conduz à conclusão de que a atenuação admite duas modalidades, a modalidade *aproximativa* (ilustrada com o prefixo SEMI-) e a modalidade *minimal* (ilustrada com os prefixos SUB-, INFRA- e MAL-). No primeiro caso, com o emprego do prefixo SEMI-, há uma vacilação do informante em situar com precisão (consciente ou inconscientemente) o grau de apreciação, enquanto que, no segundo caso, há uma intensificação negativa (direcionada para baixo), movida pelo propósito de atuar sobre o alocutário que, em (7), é sensibilizado acerca da condição humana de *subnutrição*; em (8), acerca da

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

condição de vida *infra-humana*; e, em (9), acerca da preferência do informante por bifes *malpassados*.

De tudo o que foi dito acerca dos gramemas presos prefixais amplificadores e atenuadores, resta mencionar ainda que os prefixos monossilábicos (DES-, RE-, PRE-, TRES-) presentes, por exemplo, em *desinfeliz*, *requeimado*, *prepotente* e *tressuar*, não foram objeto de apreciação, porque, conforme pondera Rio-Torto (1987: 96), “não são assumidos na linguagem corrente como monemas de intensificação, ou porque fazem parte de vocábulos cultos de cuja estrutura complexa a generalidade dos falantes não tem consciência (*pre claro*, *pre potente*, *pre eminente*, *per feito*, *per seguir*, *tres ler*, *tres suar*), ou porque sofreram um desgaste semântico que absorveu o seu primitivo conteúdo intensificador, apresentando-se hoje em dia como formas mais ou menos lexicalizadas que veiculam outros valores sémicos”.

Nesses casos, não são tais prefixos que são, a rigor, formas lexicalizadas, porque, resultado de um processo de aglutinação com suas respectivas bases, e não isoladamente, é que se lexicalizaram em formas indecomponíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CARREIRA, M^a. Helena Araújo. *Modalisation linguistique en situation d'interlocution*. Paris: Éd. Peeters, 1997.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. *A formação de palavras por prefixo em português*. Fortaleza: EUFC, 1999.
- LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. *Processos de intensificação na norma urbana culta de Salvador*. Tese de Doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MOTA, Jacyra & ROLLEMBERG, Vera (orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de Salvador: materiais para seu estudo*. Salvador: Instituto de Letras da UFBA, 1994.

RIO-TORTO, Graça M^a. O. S. Estruturas léxicas de intensificação no português contemporâneo. **In:** *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*, 1, Lisboa, 1983. *Actas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, p. 87-113, vol. II.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 22^a ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972.

SANDMANN, Antônio José. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor/Ícone, 1988.

**PROCESSOS DE MUDANÇA TOPONÍMICA
E SUA ABORDAGEM PELA TEORIA DA VARIAÇÃO
E MUDANÇA LINGÜÍSTICA**

Ricardo Tupiniquim Ramos (UNEB)

RESUMO

Neste trabalho, aventamos a possibilidade de estudo da mudança toponímica como um processo geral de mudança lingüística, dentro dos quadros da Teoria da Variação e Mudança Lingüística. Além disso, com base em um levantamento de dados históricos da toponímia dos municípios baianos, propomos uma classificação dos processos de mudança toponímica.

Palavras-chave: Mudança toponímica; Teoria da variação; Mudança lingüística

Este trabalho resulta de reflexões maturadas nos últimos meses, durante o processo de análise e interpretação de parte dos dados do projeto de pesquisa *Toponímia dos Municípios da Bahia: descrição, história e mudanças*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia, que estamos desenvolvendo nos últimos três anos sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Suzana Alice Cardoso e do qual resultará nossa Tese de Doutorado. Nosso objeto de estudo são as denominações dos municípios baianos, abordadas a partir de uma dupla perspectiva:

- um enfoque propriamente lingüístico e sincrônico – que busca analisar a toponímia municipal baiana, estudar-lhe os processos de constituição mórfica e apontar-lhe as diferentes procedências (portuguesa, indígena, africana ou outra), nos momentos históricos anteriormente definidos; e
- um enfoque histórico e lingüístico-histórico – que procede ao estudo da sucessão dos nomes atribuídos a cada município, desde o seu surgimento até hoje, detectando os principais tipos de mudança e suas causas.

De estudos anteriores (Ramos 1997, 2004, 2005 e 2006), veio-nos a idéia de verificar a possibilidade de estudo dos processos de mudança toponímica como uma modalidade de mudança lingüística geral, dentro dos quadros da Teoria da Variação e Mudança Lin-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

güística (doravante, TVML) ou Sociolingüística Variacionista¹⁵. Ao mesmo tempo, a quase ausência de estudos classificatórios da mudança toponímica levou-nos a experimentar a única categorização desses fenômenos que conhecemos – Dauzat (1971 [1928]) –, com vistas a ver-lhe a adequação para o nosso *corpus* e para o quadro referencial da TVML. Se adequada, será adotada na pesquisa; se inadequada, no todo ou em parte, seremos forçados a rejeitá-la na mesma proporção e propor uma outra taxonomia.

Iniciemos, pois, a discussão pela apreciação da possibilidade de estudo da mudança toponímica à luz da TVML, indicando, de acordo com WLH (1968), os principais problemas para os quais uma teoria da mudança lingüística deve fornecer respostas:

- a) a questão dos fatores condicionantes (mudanças e condicionantes possíveis);
- b) a questão da transição (os estágios intervenientes entre dois estados da língua);
- c) a questão do encaixamento (o entrelaçamento das mudanças com outras que ocorrem na estrutura lingüística e na estrutura social);
- d) a questão da avaliação (os efeitos da mudança sobre a estrutura e o uso da língua);
- e) a questão da implementação (razões para mudanças ocorrerem em certa língua numa dada época). (Faraco, 2006: 17)

Interessante notar que, dada a antiguidade dos fenômenos de mudança toponímica, é possível encontrar, ao longo da história de várias sociedades, exemplos de como as questões acima indicadas a eles se relacionam. Assim, uma observação sobre o hábito geral de povos conquistadores da Antiguidade¹⁶ de trocar os nomes dos locais

¹⁵ Desde sua proposição em 1968 por Weinreich, Labov e Herzog em estudo hoje clássico da Linguística Histórica, a TVML acabou por se tornar o principal modelo dos estudos lingüísticos ocupados das relações entre as variáveis sociais e o uso das línguas. Esse ensaio é conhecido por WLH (1968), das iniciais dos autores e do ano de publicação. Neste trabalho, as citações desse texto são feitas com base em sua primeira edição em português, constante nas referências.

¹⁶ A única exceção a essa regra geral parece terem sido os gregos, que aceitavam as denominações dos locais por eles visitados e/ou conquistados.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

subjugados, demarcando sua propriedade nesses territórios¹⁷, aponta as invasões e conquistas como fator condicionante externo a essas mudanças toponímicas e, ao mesmo tempo, pode indicar caminhos para a compreensão do encaixamento social desse fenômeno.

São também de natureza sócio-cultural as razões de implementação de um tipo de topônimo no Brasil a partir do final da década de 1950, período de abertura da economia do país para o capital industrial estrangeiro, com a implantação de empresas transnacionais, em sua maioria norte-americanas. Desse contexto de adensamento das relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos e das conseqüentes relações culturais, surgiu uma tendência, ainda hoje forte, de fixação de novos topônimos, híbridos, geralmente formados de duas raízes, uma portuguesa e outra de origem inglesa (lândia < ingl. *land* “terra”) ou grega (pólis < gr. *pólis* “cidade”), havendo, ainda casos de os morfemas em questão serem originados dessas línguas estrangeiras (Crisópolis, Teofilândia). São exemplos desses topônimos e dos processos de mudança de que eles resultam: Poço > Tapiracanga > Baianópolis; Ibiaguí > Canápolis; Santana de Catão > Catão > Catolândia; Igatiquira > Cravolândia; Buritizinho > Cristópolis; Ouro Branco > Orolândia; Retiro Velho > Retiro > Retirolândia; Quaresma > Santanópolis; Serrote > Serrolândia; Burieta > Teolândia.

As questões do condicionamento e da transição podem ser estudadas em situações de variação toponímica, fenômeno recorrente em várias culturas e sociedades, mesmo atuais. Assim, por exemplo, na China, há acidentes geográficos com mais de um nome, o que se explica pelo costume de os nomes dos acidentes serem oficialmente trocados a cada dinastia (embora haja registro de mudanças intradi-

¹⁷ Assim, ao conquistarem o noroeste da Península Ibérica e transformá-lo em Província da *Gallaecia* (atual Galícia), os romanos trocaram-lhe o nome da capital para *Aquiae Flaviae* (atual Santiago de Compostela). Essa prática era comum entre os hebreus que, mesmo quando não mudavam oficialmente o nome de uma cidade conquistada, lhe atribuíam um nome popular, associando-a ao seu conquistador ou descobridor, como no caso de Jerusalém que, após capitular diante de Davi, passou a ser chamada “cidade de Davi”. Esse costume perdurou ainda durante o Medievo, como demonstra a atitude dos árabes conquistadores da Península Ibérica (711 d.C.) que, em homenagem ao comandante de suas tropas (Djebel Al'Tarik), trocaram o nome do pequeno istmo que separa essa região do norte da África de Colunas de Hércules (como era conhecido até então) para Estreito de Gibraltar.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

násticas), mas permanecerem, formas novas e antigas, no uso popular. Por sua vez, no Brasil, há acidentes naturais e humanos com mais de uma nomenclatura: uma oficial, que, apesar disso, convive com uma ou várias populares, geralmente mais antiga(s).

Nesses casos, as razões para a não-superação da nomenclatura oficial inovadora sobre as populares tradicionais são de várias ordens e relacionam o problema da transição aos da avaliação e da implementação. Examinemos isso com mais vagar. No Brasil, ao se emancipar, muitas vezes ocorre de uma localidade trocar de nome, mas continuar a ser chamada pelo topônimo anterior por habitantes do município de origem. Há duas explicações para este fato. No caso de municípios recentes (como Luís Eduardo Magalhães, ainda hoje chamado de Mimoso ou Mimoso do Oeste por muitos, na região), isto se deve à força do hábito e ao pouco tempo de emancipação. No de municípios criados não tão recentemente (como João Dourado ou São Desidério¹⁸, ainda hoje chamados de Canal e Cuia, respectivamente), provavelmente a duas reprováveis atitudes: o ressentimento pela perda do antigo território e o preconceito dirigido aos cidadãos da urbe emergente, em geral considerados gente matuta, simplória, ignorante.

Outro exemplo de estudo das razões da implementação de uma mudança toponímica num determinado momento histórico no Brasil é dado por Ramos & Venâncio (2002) que, estudando o fenômeno do desaparecimento dos hagiopônimos em Minas Gerais pela eliminação da referência ao santo homenageado, vinculam-no a vários os motivos, o principal deles a gradual perda de prestígio político da Igreja frente ao poder secular. Segundo esses autores, em Minas Gerais, no período colonial, à medida que o poder real se fortalecia, os nomes religiosos foram gradativamente substituídos por nomes referentes à casa reinante portuguesa, o que também se observa na Bahia: Arraial da Missão de Nossa Senhora das Neves do Sahy (1697) > Senhor do Bonfim da Tapera (1750) > Vila Nova da Rainha (1797).

Esses e outros tantos exemplos demonstram a possibilidade

¹⁸ Alguns cidadãos desiderenses ofendem-se profundamente quando ouvem dizer que são naturais da Cuia, chegando até mesmo a reações violentas.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de estudo da mudança toponímica dentro do quadro referencial da TVML. Falta, contudo, saber se a taxonomia desses processos proposta de Dauzat (1971 [1928]) permite o tratamento aos problemas acima definidos (condicionamento, transição, avaliação, encaixamento e implementação) e pode servir de instrumento de análise do *corpus* do nosso projeto de pesquisa. Assim, passemos a analisá-la.

Dauzat (1971 [1928]) distingue dois tipos gerais de mudança toponímica: as substituições (troca de um topônimo por outro) e as transformações (alterações ocorridas no mesmo topônimo, ao longo dos tempos). Entre aquelas, destaca as espontâneas (naturais, fruto do uso popular), que se dão por eliminação do nome antigo por outro ou por mudança de língua; e as sistemáticas, fruto da imposição de autoridades (impostas) ou de sugestão acatada pelas autoridades (aceitas). Entre as transformações, discrimina, ainda, as ocorridas no interior de uma mesma língua por mudança e/ou acidente fonético¹⁹, alteração paronímica ou alteração meramente gráfica²⁰; das decorrentes da passagem do topônimo de um idioma para outro²¹.

A importância dessa proposta não reside no fato de ser a primeira – e, ao que sabemos, a única – a tratar da mudança toponímica. Ela aponta alguns critérios e categorias relevantes para o seu estudo no interior da TVML (como os fatores condicionantes da mudança), a despeito de ter sido aventada em época bastante anterior à emergência desse quadro referencial da Linguística. Contudo, como não contempla os demais problemas centrais do estudo das mudanças linguísticas, nem às necessidades do *corpus* de nossa pesquisa, aproveitamos-lhes algumas classes e as reordenamos, com outras, numa nova proposta, que passamos a apresentar.

¹⁹ É caso da mudança de Carurenha para Cariranha.

²⁰ No final da década de 1990, uma polêmica ortográfica agitou uma pacata cidade goiana. Conviviam simultaneamente várias formas gráficas para o topônimo e ninguém, nem mesmo as autoridades municipais, tinha idéia de qual delas era a padrão. Consultados, alguns filólogos estudaram o problema e sugeriram uma grafia padrão, oficializada pela Câmara Municipal. Só para dar uma idéia da variedade de formas gráficas que o topônimo teve, note a oposição entre a atual grafia oficial e suas variantes: Piumhi ~ Piumhy, Piúi, Piüy, π 1i.

²¹ É o caso da mudança de Rio Branco para Paratinga, nomes de significado equivalentes, mas em línguas distintas, português e Tupi-antigo.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Ao longo de sua história, os topônimos dos atuais municípios baianos passaram por mudanças que atingiram ora o seu termo específico, ora o genérico²². Com relação ao tipo de mudança que é foco do projeto de pesquisa acima referido, as dos termos específicos, agrupamos os processos observados de acordo com os seguintes critérios:

1º critério: fator condicionante, que classifica as mudanças em:

a) sistemáticas²³ – ocorre a intervenção do Poder Público ou pela imposição de sua vontade ou pela aceitação expressa da sugestão de especialistas ou da vontade popular normalmente expressa por plebiscito²⁴; ou

b) espontâneas – fruto do uso popular, tacitamente aceito Poder Público.

Dentro dos quadros teóricos da TVML, esses fatores condicionantes e as categorias deles derivadas relacionam-se à avaliação da mudança à sua implementação. Nem sempre as mudanças sistemáticas impostas são bem aceitas pela população, gerando protestos que levam o Poder Público a restaurar a nomenclatura anterior. Na Bahia, por exemplo, em diferentes épocas os municípios de Barreiras, Caém

²² Embora na pesquisa que desenvolvemos, interessem-nos as alterações dos termos específicos, pudemos notar um curioso tipo de alteração dos termos genéricos – que passam de simples (Aldeia, Vila, Cidade, etc.) a composto (Vila Bela, Vila Nova, Vila Imperial, Leal Cidade, etc.) –, ocorrido especificamente durante o período do Império, embora algumas localidades tenham adentrado até mesmo a segunda fase republicana (a Era Vargas) com essas denominações. Nesses casos, o denominador parece louvar a localidade ou fazer questão de destacar-lhe uma característica. São exemplos: Vila de Santo Antônio de Jacobina > Agrícola Cidade de Jacobina (além de destacar a mudança do *status* político, explicita um traço de sua cultura material), Bonfim > Cidade Nova da Revolução (louvar à primeira cidade baiana a aderir à República), Santíssimo Sacramento de Itaparica > Intrépida Ilha de Itaparica > Denodada Ilha de Itaparica (adjetivos atribuídos pelo papel da população insular durante a Guerra de Independência da Bahia, entre 1822 e 1823).

²³ Só podemos considerar sistemática uma mudança toponímica quando há alguma fonte histórica que indique a intervenção do poder público como seu fator condicionante; quando isso não ocorre, consideramos a mudança toponímica como espontânea.

²⁴ Como no caso do distrito de Agenor de Freitas que, quando de sua emancipação, teve o atual nome (Barrocas) indicado por essa modalidade de consulta popular.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

e Miguel Calmon tiveram seus nomes respectivamente alterados para Governador Antônio Balbino, Anselmo da Fonseca e Djalma Dutra; nos três casos, a imposição da mudança tornou os novos topônimos impopulares, fazendo a Assembléia Legislativa declinar de sua decisão. Nesse mesmo sentido, outro caso muito curioso ocorreu em Gentio do Ouro, município em que há o distrito de Itajubaquara (em Tupi-antigo, “buraco de ouro, mina de ouro”), nome original, mudado, na década de 1990, para Caldeirão do Ouro pela Prefeitura Municipal, sem consulta prévia aos cidadãos, que rejeitaram essa atitude, chegando mesmo a quebrar a placa de trânsito com o novo nome da localidade colocada na estrada que lhe dava acesso e a colocar uma nova com o antigo nome. Também neste caso, a autoridade municipal reviu sua postura.

Por sua vez, geralmente, as mudanças sistemáticas aceitas pelo Poder Público ocorrem em momentos de emancipações municipais. Até a data de sua emancipação, algumas localidades têm um determinado nome. Para demarcar sua nova fase, surgem sugestões de especialistas²⁵ ou populares que, uma vez apreciadas pela autoridade competente (em geral a Câmara de Vereadores ou a Assembléia Legislativa), são adotadas.

2º critério: conservação ou inovação de categoria toponímica, que classifica as mudanças em:

a) formais – conservação do topônimo na mesma categoria, com alguma alteração na forma original: Umbuzeiro do Morro > Mulungu do Morro; Cajueiro > Acajutiba; Queimadas > Adustina; etc.; ou

b) totais – alteração da categoria toponímica e, por conseguinte, da forma do topônimo original: Lamarão > Pindobaçu; São João do Alípio > Wazzu > Joanina > Presidente Jânio Quadros.

3º critério: a relação entre o tamanho dos topônimos anti-

²⁵ Quando da emancipação do distrito de Caraíbas, acatando sugestão do tupinólogo Theodoro Sampaio, a Assembléia Legislativa da Bahia trocou-lhe o nome para Irecê. (Rubem, 1999)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

go e novo, que classifica as mudanças em:

a) ampliações – o topônimo inovador é maior que seu antecessor: Joanina > Presidente Jânio Quadros; As Queimadas > Vila Bela de Santo Antônio das Queimadas; etc.; ou

b) reduções – o topônimo inovador é menor que seu antecessor: Vila Bela de Santo Antônio das Queimadas > Queimadas; Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens > Praia das Palmas de Monte Alto > Monte Alto; etc.

4º critério: a integridade do significante do topônimo, que classifica as mudanças em:

a) internas – em relação a seu antecessor, o novo topônimo sofreu alguma alteração fonética ou gráfica: Guaraci > Coaraci; Caitatê > Caitité; Juçari > Jussari; etc.; ou

b) externas – traduções literais dos topônimos originais para uma outra língua: Rio Branco > Paratinga; Barro Vermelho > Ibitipanga; Rochedo > Ibititá; Toca da Onça > Jaguaquara; etc.

5º critério: a preservação de elementos formantes de topônimo(s) anteriores, que classifica as mudanças em:

a) conservação lexical – o novo topônimo conserva algum formante de anterior(es): Paraguaçu > Iaçú; Praia das Palmas de Monte Alto > Monte Alto; Lagoa de Canabrava > Lagoa do Dutra > Presidente Dutra; etc.; ou

b) regressão – retomada de topônimo anterior: Barreiras > Governador Antônio Balbino > Barreiras; Caém > Anselmo da Fonseca > Caem.

Vale destacar que essas categorias se justapõem umas às outras, aparecendo isoladas muito raramente (Guaraci > Coaraci, mudança interna). Assim, por exemplo, na seqüência Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens > Praia das Palmas de Monte Alto > Monte Alto > Palmas de Monte Alto, temos a seguinte classificação das mudanças toponímicas:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

1) Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens > Praia das Palmas de Monte Alto – mudança sistemática²⁶, total (hagiotopônimo > geomorfotopônimo), por redução;

2) Praia das Palmas de Monte Alto > Monte Alto – mudança espontânea, formal (geomorfotopônimo > geomorfotopônimo), por redução, com conservação lexical;

3) Monte Alto > Palmas de Monte Alto – mudança espontânea, total (geomorfotopônimo > fitotopônimo), por ampliação, com conservação lexical.

Da exposição precedente e dos inúmeros exemplos arrolados, concluímos ser possível o estudo dos processos de mudança toponímica a partir da TVML e ser adequada a taxonomia aqui proposta para o *corpus* de nossa pesquisa; humildemente, submetemo-la à apreciação e ao teste por outros colegas pesquisadores da toponímia brasileira em seus respectivos *corpora* e conseqüente aprimoramento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAUZAT, Albert. *Le noms de lieux*. Paris: Payot, 1971.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. “A estrutura do signo toponímico”. *Língua e literatura*, 9(9):287-91. Recife: UFPE, 1980.

FARACO, Carlos Alberto. “Apresentação de um clássico”. In.: WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin I. (2006 [1968]). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola, 2006, p. 9-29.

RAMOS, Jânia Martins & VENÂNCIO, Renato Pinto. Topônimos mineiros: uma fonte para a história social da língua portuguesa. In.: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia & CALLOU, Dinah (Orgs.). *Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, vol. 4, p. 112-23.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. Variação lingüística individual ao

²⁶ A mudança da sede da povoação dos pés do referido monte, onde se localizava a Igreja de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens para o litoral ocasionou a alteração toponímica.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

longo do tempo: um estudo de caso a partir de reentrevista a informante do Projeto NURC-Salvador. Comunicação apresentada ao Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro: UERJ, ago. 1997.

———. Preliminares de um estudo lingüístico e histórico da toponímia baiana: o caso da Região Econômica Oeste – parte I. *Revista Philologus*, 10(30):117-25. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set-dez. 2004.

———. Preliminares de um estudo lingüístico e histórico da toponímia baiana: o caso da Região Econômica Oeste – parte II. *Revista Philologus*, 11(31):102-16. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan-abr. 2005.

———. Toponímia e poder: a Igreja e a política na formação da toponímia dos municípios da Bahia. Comunicação apresentada ao X Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. [Tradução: Marcos Bagno]. São Paulo: Parábola, 2006.

**VOCABULÁRIO DOS CASTANHEIROS DO PARÁ
VALORES CULTURAIS E LINGÜÍSTICOS**

Maria Margarida de Andrade (UMack)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as relações entre valores lingüístico/culturais e vocabulário dos falantes de um grupo sociolingüístico: castanheiros de Marabá, estado do Pará. Para proceder à análise dos valores culturais e lingüísticos, inicialmente, será feita uma breve conceituação de cultura, língua e linguagem. Em seguida, com base no vocabulário dos castanheiros da região de Marabá - PA, extraído de 53 entrevistas gravadas, com informantes de ambos os sexos, procurar-se-á estabelecer as relações acima referidas, dentro do contexto da linguagem em questão. As conclusões evidenciarão, certamente, as relações íntimas entre vocabulário e valores socioculturais e lingüísticos.

Palavras-chave:

língua; linguagem; contexto; ondas lingüísticas; códigos culturais

INTRODUÇÃO

Para evidenciar as relações entre vocabulário e valores culturais, nada mais adequado que valer-se da análise de uma linguagem restrita a um pequeno grupo de falantes pertencentes a uma comunidade sociocultural bem delimitada. Este é o caso dos castanheiros de Marabá, estado do Pará, tema da dissertação de Mestrado: *Linguagem e Cultura dos castanheiros da região de Marabá – Pará*, apresentada à FFLCH da USP pela autora deste trabalho.

Marabá se localiza na região sudeste do Pará, às margens do rio Tocantins, na região limítrofe dos Estados do Maranhão e Goiás, onde se encontra a maior concentração de castanhais da Amazônia.

Embora os 53 informantes entrevistados para a constituição do corpus da referida dissertação de mestrado não admitissem ter ou exercer a profissão de castanheiro, declaravam que desde o tempo da adolescência retornavam de onde quer que estivessem para trabalhar na coleta da castanha. Foi assim constatada a existência de um grupo sociocultural formado por castanheiros, que vivem de forma semelhante, cultivam os mesmos hábitos e, sobretudo, falam a mesma linguagem.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Pode-se afirmar que a linguagem dos castanheiros constitui um micro-sistema, inserido em outro sistema, o da linguagem regional, que se inclui no macro-sistema da linguagem geral do Brasil. Além de ser uma variante da linguagem popular do Brasil, classifica-se também como linguagem profissional, uma vez que se caracteriza como linguagem especial, ligada a uma atividade profissional.

LÍNGUA, LINGUAGEM E CULTURA

As línguas são produtos da cultura, dessa forma, as mudanças na cultura determinam mudanças lingüísticas e vice-versa.

Pais (2005: 155-156) assim se manifesta a respeito do assunto:

A língua e os seus discursos, juntamente com as semióticas não-verbais, conferem a uma comunidade humana: a sua memória social; a sua consciência histórica; a consciência de sua identidade cultural; a consciência de sua permanência no tempo.

A respeito da linguagem, o autor acima citado afirma que são as linguagens que atribuem ao ser humano sua condição humana, e acrescenta que a riqueza do homem é a sua diversidade lingüística, cultural, social e histórica.

A linguagem constitui um dos mais significativos traços da cultura de uma comunidade, por meio dela é possível deduzir-se os valores sociais, morais e culturais, a mundivivência de determinado grupo.

A constituição do léxico, especialmente para um tipo de linguagem fechada, como a dos castanheiros, assume grande relevância. Sapir (1969: 45 e 51), traduzido por Câmara Jr. diz:

O léxico de uma língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as idéias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade; [...] que o léxico assim reflita em alto grau a complexidade da cultura é praticamente um fato de evidência imediata, pois o léxico, ou seja, o assunto de uma língua, destina-se em qualquer época a funcionar como um conjunto de símbolos, referentes ao quadro cultural do grupo.

A linguagem caracteriza a situação social, econômica e cultural de uma comunidade, pois constitui a expressão da cultura e da

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sociedade, sendo ao mesmo tempo, parte integrante delas.

Quando se fala em *cultura* ou em relações com a cultura, vem à tona uma multiplicidade de conceitos e definições associados a esta palavra. O conceito de cultura é ao mesmo tempo relativo e universal. Há o conceito de cultura como soma de bens culturais, traduzindo a tensão homem-natureza. Há também o significado de cultura como civilização, em oposição à barbárie. A definição de cultura que melhor se conforma à Pedagogia é a de “um patrimônio de conhecimentos e competências, de instituições, de valores e de símbolos, constituído ao longo de gerações e característico de uma determinada comunidade humana.” Do ponto de vista sociológico, cultura se define em termos de normas e valores compartilhados pelos membros de um grupo social. Do ponto de vista semiótico, o conceito de cultura pode ser considerado coextensivo ao de universo semântico. Greimas e Courtés ([1981]: 93) opinam que “o projeto de uma semiótica da cultura precisa convocar o universo semântico — em particular seus dois componentes macrossemióticos que são a língua natural e o mundo natural — e tratá-lo como uma semiótica-objeto com vistas à construção de uma metassemiótica chamada ‘cultura’”. Já Pais (2006) ensina que “a semiótica das culturas tem por objeto de estudo as culturas humanas e sua diversidade. Nessas condições, determinada cultura só pode ser caracterizada por oposição às demais, seja as que lhe são contemporâneas, sejam as que se situam no passado.” De acordo com esse raciocínio, uma comunidade linguística e sociocultural pode ser definida como um complexo que compreende uma língua, práticas semióticas não-verbais e sincréticas (ou complexas), práticas técnicas e um saber compartilhado sobre o mundo, próprio de seus membros. Na moderna acepção, cultura passou a ser definida como o sistema de significações por intermédio do qual uma ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada. “Portanto, a cultura compreende especialmente todas as formas de representar o mundo exterior, as relações entre os seres humanos, os outros povos, e os outros indivíduos.” (Dubois, 1978: 163).

Em suma, uma comunidade sociocultural e linguística deve ser analisada por intermédio dos *códigos culturais* tais como se apresentam nela. Língua, linguagem e cultura são os códigos culturais cuja análise é indispensável e que podem ser sucintamente definidos: *cultura* é a memória coletiva, não hereditária; *língua* é o mecanismo

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

semiótico de transmissão de mensagens por intermédio de um conjunto de signos específicos; *linguagem* é um sistema que serve de meio de comunicação e que se utiliza de signos. No sentido semiótico mais amplo do termo, é o sistema organizado de geração, organização e interpretação da informação.

CONTEXTO HISTÓRICO-ECONÔMICO-SOCIAL DA LINGUAGEM

Mesmo depois de iniciado o lento e difícil processo de colonização do Brasil, Portugal demorou a se preocupar com a Região Norte, que, no entanto, era alvo da cobiça de muitas nações estrangeiras, atraídas pelas riquezas naturais do País. Encorajados pelo descaso da coroa portuguesa na ocupação efetiva de tão vasto território, franceses, holandeses e ingleses tentaram várias incursões pela região amazônica. Entretanto, a Amazônia permaneceu durante séculos numa situação de grande isolamento, com relação ao próprio Brasil.

A economia da região, historicamente fundamentada na atividade extrativista, baseou-se primeiramente na exploração e comércio da borracha. Entrando em declínio, o comércio da borracha foi cedendo lugar à exploração da castanha, que herdou da extração da borracha muitas das suas características. A exploração da castanha é atividade designada pelos castanheiros como “torar castanha”, “partir castanha” ou “tirar castanha”. Como a safra da castanha ocorre apenas de janeiro a junho, época da estação chuvosa na região, o castanheiro vê-se na contingência de procurar outras ocupações que lhe garantam a subsistência nas outras épocas do ano.

Assim, ele é castanheiro na época das chuvas, e no período da seca, geralmente é garimpeiro ou lavrador, “juquireiro”, tropeiro, ou seja, trabalhador braçal. Os coletores de castanha ou castanheiros, são contratados verbalmente pelos proprietários dos castanhais, sem qualquer vínculo empregatício que lhes garantam algum direito trabalhista. Recebem por adiantamento o “abono” ou “aviação”, geralmente uma quantia em dinheiro, destinada à subsistência da família, enquanto estão trabalhando no castanhal, onde permanecem por vários meses, ainda mais isolados, dentro do isolamento regional.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Depois de receber o abono, os castanheiros são encaminhado para os administradores, que supervisionam o trabalho dos “encarregados”, que têm sob seu controle o “barracão” de mercadorias, uma espécie de cantina que supre os castanheiros principalmente de sal, farinha e munição para a caça de subsistência. Os “encarregados” são também os responsáveis pela anotação da “produção” de cada castanheiro e pelo trabalho dos tropeiros, que “arriam” a castanha. Às vezes a castanha é transportada pelos rios, nos “batelões”; à tripulação dos barcos é dado o nome de “marinheiros”, o remador ou “remeiro” é chamado “porco-d’água”, o “maquinista” é o co-piloto; “motorista” é o condutor do barco e chefia os demais trabalhadores, não participando dos trabalhos de carga e descarga da mercadoria.

No final da safra é feito o acerto de contas: o castanheiro entrega ao “encarregado” os “vales” da “produção”, os gastos feitos no “barracão” e o “aviamento” são descontados, para a verificação do “saldo”, geralmente negativo. A maioria dos donos de castanhais não permite que o saldo negativo seja pago com trabalho de “juqueiro” ou outro trabalho braçal. O castanheiro, porém, considera ponto de honra trabalhar na próxima safra para pagar o débito, obrigando-se a trabalhar para o mesmo patrão, nas mesmas condições, por várias safras consecutivas.

A LINGUAGEM NO CONTEXTO

As várias expedições realizadas durante o processo de penetração e colonização do Centro-Norte, por volta da segunda década do século XVII, a febre da mineração, que no século XVIII levou até a região do Tocantins os bandeirantes mais ousados e, principalmente, a frente pastoril, que no início do século XIX avançou até perto da região onde se situa Marabá, foram responsáveis pelo povoamento da região.

O fato de o antigo povoado de Marabá tornar-se eixo da colonização portuguesa na região Itacaiúnas/Tocantins contribuiu grandemente para ocorrência de termos do português setecentista, alguns considerados arcaicos, até mesmo em Portugal. Das densas florestas amazônicas vieram os termos indígenas usados na região, acompanhando a indispensável ajuda do aborígene ao elemento branco, no

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sertão. Mais tarde, a partir da década dos 50, com a abertura de grandes rodovias, ocorreu uma vultosa migração de nordestinos que se fixaram na região, trazendo a contribuição dos seus falares à linguagem regional. Mesmo assim, o isolacionismo lingüístico da região não foi quebrado, pelo fato desses migrantes serem oriundos de regiões que também apresentam grande conservadorismo lingüístico. Segundo Silva Neto (1976: 184) “o contato produz a civilização, enquanto o isolamento condiciona o que se tem chamado uma cultura de “folk”. (...) o isolamento provoca um máximo de estabilidade e um mínimo de mudança social”. Lembre-se, porém, que a evolução dos hábitos, do modo de viver, qualquer mudança no contexto, provoca mudanças na linguagem também.

CARACTERÍSTICAS DA LINGUAGEM DOS CASTANHEIROS

Uma das características mais notórias da linguagem dos castanheiros é o aspecto arcaizante. Segundo a opinião dos lingüistas, todo falar regional apresenta um caráter conservador, que se faz sentir intensamente na região de Marabá, fadada, até um passado relativamente recente, ao isolamento quase total. Antes da abertura das rodovias, a única via de comunicação a ligar o município com outras regiões era a navegação fluvial, impraticável durante o período de estiagem e também no período das grandes enchentes, comuns na região.

O conservadorismo lingüístico, portanto, pode ter sido responsável pelo grande número de arcaísmos e regionalismos observados na linguagem dos castanheiros. Alguns autores afirmam que se pode encontrar, subjacente a todas as linguagens regionais do País, um substrato do português seiscentista. O grande número de arcaísmos vigentes na região, bem como o fato de vários termos de uso corrente acharem-se registrados em diversos glossários e vocabulários regionais parecem confirmar essa tese.

O grande número de palavras de origem tupi empregado na região se refere principalmente às denominações da flora, da fauna, dos utensílios em geral e das técnicas agrícolas.

Apesar das invasões francesas na Região Norte e das tentativas de ocupação por parte dos ingleses, holandeses e irlandeses, os

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

estrangeirismos vigentes na linguagem dos castanheiros são relativamente poucos. O uso de palavras de origem africana é limitado aos termos incorporados à língua geral do País. Nota-se, porém, que os termos usados na Região do Brasil Central ocorrem em grande número. Subsistem, ainda, alguns vocábulos da linguagem regional da Bahia (médio São Francisco) e de São Paulo.

Em suma, cada um dos elementos constituintes da linguagem regional deixou, com maior ou menor influência, a marca de sua contribuição para a linguagem dos castanheiros.

Fato curioso é que, apesar do isolamento, a linguagem dos castanheiros não apresenta características muito diferentes de outras linguagens regionais do País. Naturalmente, no nível léxico-semântico verificam-se traços bem específicos.

Ao contrário da hipótese inicialmente levantada, segundo a qual a fala dos mais velhos é mais conservadora e a dos mais jovens mais inovadora, verificou-se que na fala dos mais velhos e mesmo na dos mais jovens, nas localidades de acesso difícil, apresentam-se mais nitidamente as características arcaizantes. Comprovou-se, desta forma a teoria das “ondas lingüísticas”, de que fala Silva Neto (1976: 189 e 190):

À volta das cidades existem áreas por elas influenciadas. As *ondas lingüísticas* irradiadas das urbes, vão-se amortecendo à proporção que caminham para a periferia.

Confirma-se, pois, o princípio de que as áreas mais isoladas são mais arcaicas. [...]

As cidades são centros de cultura e de educação [...] Os habitantes do campo se empenham em imitar os da cidade. Esta funciona, pois, como um centro propulsor de civilização, e dela partem ondas lingüísticas planificadoras.

De fato, constatou-se que nas localidades mais distantes da cidade de Marabá, a linguagem, inclusive dos jovens, apresentava fortes traços do conservadorismo lingüístico. Na fala de todos os informantes, em geral, transpareceu o empenho em falar “moderno”, como as pessoas das cidades.

A linguagem dos castanheiros, integrante da linguagem regional, apresenta aspectos semelhantes aos de outras regiões: é colorida, por muitas onomatopéias, metáforas, comparações, expressões

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cristalizadas, provérbios e modos de dizer jocosos. São expressões comuns na linguagem dos castanheiros: *dá-si u nomi; é u siguinti; liais* ou *aliaisi*, numa hipotís; *torá castanha; quebrá jabuti; deus u livri* e outras. As onomatopéias são intercaladas nas frases, dinamizando a linguagem; por exemplo: *chu, chu, chu*, mexendo dentro d'água; *tum, tum, tum*, enchendo o paneiro; *vapu, vapu*, ralando; *tan,tan!*, bate o facão; *chô, chô*, sacode dentro da garrafa; *quíá, quíá*, ralando; *pan!pan!* o tiro de chamada; *pau, pau, pau*, cortando; *tchaa! tá- ta -tá*, despejando a castanha, e muitas outras.

Os provérbios cunhados na região são constantemente usados: “*si dinheru fedessi, urubu andava atrais di mim*” ou seja, bamburrei, tenho muito dinheiro; “*vindi até u galu du terrero*” – vendi tudo que possuía; “*U sujeitu ta cum aris di burru sumidu*” – está triste, deprimido; “*É gostosu qui é um venenu!*” – é muito gostoso, é bom demais; “*Nóis ri pur conta*” ou “*Nóis leva a vida pur conta*”; viver de modo independente. Para entrar na mata: “*Era armadu. Rilijosamentu armadu!*” – só se entra na mata armado. “*Leva u facão, leva a ispingarda, leva u paneru, dois paneru, pra tirá u azá.*”

Essas expressões ocorreram em várias entrevistas; outras, menos empregadas, não foram aqui referidas.

RELAÇÕES LINGÜÍSTICO-CULTURAIS NA LINGUAGEM DOS CASTANHEIROS

O aspecto léxico-semântico da linguagem dos castanheiros evidencia a identidade entre língua e cultura, ou simplesmente, as relações entre língua e realidade social. Tome-se, por exemplo, o verbo “*escapar*”, com o sentido de viver ou sobreviver e o adjetivo “*véio*”, na acepção de inútil, sem valor. No ambiente hostil, de mata fechada, que alia a generosidade da natureza ao perigo representado pelos animais selvagens, pelos rios imensos, que oferecem alimento e transporte, a par de enchentes catastróficas, viver significa, literalmente, “*escapar*” das forças naturais incontroláveis e das precárias condições de vida. Nesse contexto, “*véio*” só pode ser inútil, insignificante, sem valor, pois ao velho, faltam-lhe forças para lutar contra as condições adversas da vida. “*Amarrar o facão*” é expressão mais ou menos correspondente ao “*pendurar as chuteiras*” e designa a im-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

potência sexual masculina ou a menopausa, nas mulheres. Quem “amarrar o facão” não pode “*torar castanha*”, isto é, já não está apto a enfrentar o serviço pesado, a luta pela sobrevivência. O verbo “*bamburrar*”, que significa enriquecer inesperadamente, no garimpo, é muito empregado na região. Diz um informante: “*Eu gosto du garimpu porque ele é qui nem um jogo. Um dia o sujeito ta meio pês-simo, de repente encontra uma pedra boa, bamburra, qué dizê, nu garimpo u sujeito ta sempre sucessivi di inricá. Castanha num inrica ninguém.*”

Ferreira (1985) registra *bambúrrio*, como fortuna inesperada, acaso, sorte no jogo, enquanto Machado (1976), no verbete *bambúrrio*, indica v. *bambaleiar*, com acepção de mover-se de lá para cá, balançar. É o que ocorre com o bamburrista, sempre balançando entre a extrema pobreza e a fortuna inesperada, no garimpo.

No dizer de Pais (2005: 156):

A língua e seus discursos constituem, em conjunto, um processo semiótico. Um processo semiótico produz, sustenta e reflete o sistema de valores de uma comunidade humana, o sistema de crenças, o imaginário coletivo, o ‘saber compartilhado’ sobre o mundo.

Na visão de mundo dos castanheiros existe forte memória social, tradição oral e literatura oral: conservam-se ritos, hábitos e valores. Nota-se grande respeito pelas tradições, pela “herança social”, que além da linguagem, contém idéias, conhecimentos, técnicas etc. A “herança social” cresce por meio de um processo acumulativo, avoluma-se pela adição de novos conhecimentos, novas maneiras de comportamento, que são transmitidas de uma geração a outra.

Silva Neto (1976: 191) lembra que “não é menos certo, porém, que a herança social está continuamente sujeita a modificações. Pode receber novos elementos, mas também pode perder os que já possui.”

A possibilidade de “receber novos elementos”, mas em contrapartida “perder os que já possui”, gera uma tensão entre o conservadorismo e a inovação.

Essa oposição entre tradição e modernidade aparece explicitamente na fala dos informantes. Uma informante, inquirida sobre a equivalência entre “discansá” e “dar à luz”, negou enfaticamente o

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

emprego de “discansá”, afirmando que “pelo certo, se diz ganhá nenê”. No decorrer da conversa, porém, deixou escapar, inadvertidamente: “*quando eu fui discansá do meu filho caçula...*” Cobrada quanto à coerência, justificou-se: “*discansá a gente falava outrora, nus tempus antigu. Agora, pelo muderno, a gente só fala ganhá nenê*”. Confirma-se, portanto, a afirmação de Silva Neto (1976) acima referida.

Outro aspecto digno de nota na linguagem dos castanheiros é a consciência das suas especificidades. Inúmeras vezes os informantes diziam: “*issu, aqui pra nós, dá-si u nomi di...*” Outras vezes, mostravam a diversidade das denominações, esclarecendo: “*o qui nós chama aqui di jaó, lá no sul dá-si u nomi di macuco.*” O significado do verbo arriar, que equivale a transportar castanha, foi esclarecido por um dos informantes:

Arriá, qui si diz, é purque antigamente a castanha era transportada pelus rios, em batelões; muvido a ganchu, né? dipois nus barcus a mutô, dipois qui passô p’essi transporti terrestri, im tropa di burru, u nomi ficô. Outra, a castanha tá caino da castanhera, também si chama arriá. Tudu tem u sintido di vir pra baxo.

A diversidade lingüística foi também apontada com relação à linguagem da capital, Belém, chamada de “maré”. “*aqui nós fala assim, lá pra maré tem otru nomi*”.

Essa tensão entre especificidade e diversidade lingüística, entre identidade e alteridade, revela fatos do “saber compartilhado” pelos membros da comunidade. Vem a propósito a opinião de Pais (2006):

Tudo conduz a pensar que integra o “saber compartilhado sobre o mundo” dos membros de uma comunidade humana, o conhecimento, ainda que intuitivo, dessa oposição entre especificidade e diversidade, entre identidade e alteridade (a “consciência” ou o “sentimento” da distinção entre “nós” e os “outros”).

Dentre as peculiaridades da linguagem dos castanheiros avultam os neologismos e as especificações semânticas, processos de adaptação da língua ao contexto.

Por exemplo: *gongó* – calção, tipo bermuda; *juquirá* - capinzal, mato a ser roçado; *mangulão* – bolo de mandioca ralada; *milanga* - minhoca; *paco-paco* – barco a motor, evidentemente onomato-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

paico. Os neologismos semânticos ou mudanças de significados são muito mais numerosos: *cabeça-de-galo* – papa de leite de castanha cozida, diferente do *pubo*, papa crua de castanha com farinha de mandioca; *cara-de-vaca* – espécie de botina de couro; *discangotar* – fenecer, murchar; *faxinar* – roçar o mato; *meladero* - chuvisco, ga-roa; *pé-de-bode*- aparelho usado para coletar a castanha; *rebuço* - massa rala de cimento; *vira-mundo* – aparelho para transportar a caça grande abatida.

Barbosa (1979: 165-183) ensina:

As unidades do léxico são criadas segundo as necessidades e convenções de um grupo sociocultural e, paralelamente, condicionam a percepção e o conhecimento que os membros desse grupo têm do mundo.

As características da linguagem dos castanheiros apontam para um tipo de linguagem fechada, integrada à linguagem regional, também conservadora, que caracteriza a situação social, econômica e cultural dos membros dessa comunidade linguística.

CONCLUSÃO

A linguagem dos castanheiros de Marabá (Pará), tema de uma dissertação de mestrado de 505 páginas, foi aqui sucintamente analisada, do ponto de vista das relações linguístico-culturais.

Procurou-se situar a linguagem em seu contexto, apontando sua constituição e suas especificidades, justificadas, em parte, pelos aspectos histórico-culturais. Suas características foram demonstradas, na medida do possível, com exemplificação muito restrita, por força da exigüidade de espaço disponível.

A pesquisa de campo que serviu de base para a dissertação inquiriu 53 informantes, de ambos os sexos, entre 18 e 60 anos de idade. Provavelmente, com as inovações havidas no aspecto socio-cultural da região, muito se modificou a linguagem tal como foi observada e descrita.

Possivelmente, a linguagem dos castanheiros, como tantas outras linguagens de grupo, espalhadas pelas regiões do País, dentro de algum tempo poderá desaparecer, sucumbida ante a influência avassaladora dos meios de comunicação, que pouco a pouco alcançam as

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mais recônditas localidades.

Em tal circunstância, este trabalho poderá servir apenas para estudos comparativos, além de ser uma pequena contribuição para a preservação da memória nacional.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M. M. de. *Linguagem e cultura dos castanheiros da região de Marabá-Pará*. 505 p. Dissertação de Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa. FFLCH da Universidade São Paulo, 1985.

BARBOSA, M. A. Aspectos da produtividade léxica. *Língua e Literatura*, n° 8, p. 165-183, 1979.

DUBOIS, J. et alii. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, [1981].

MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Confluência, 1976. 2 v.

PAIS, C. T. Considerações sobre a Semiótica das Culturas, uma ciência da interpretação: identidade, inserção cultural, transcódificações. *Cadernos do CNLF*, série X, n° 11, 2006.

———. Semiótica das Culturas: valores e saberes compartilhados. *Revista Brasileira de Linguística*. São Paulo: SBPL; Terceira Margem, vol. 13, n° 1, 2005, p. 155-172.

SAPIR, E. *Linguística como ciência*. Seleção, tradução, notas de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

SILVA NETO, S. da. *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1976.

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
SOBRE A LINGUAGEM EM ÉPOCA DE REVOLUÇÃO**

Gil Roberto Costa Negreiros
(PUC-SP e UNIVERSITAS)

CRISTAL, David. *A revolução da linguagem.*
Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

David Crystal, lingüista irlandês, atualmente professor honorário de Lingüística da Universidade do País de Gales (*Wales*), em Bangor, nos últimos anos tem-se dedicado aos estudos das consequências da globalização econômica e cultural no cenário lingüístico contemporâneo. Autor da trilogia formada por *English as a Global Language* (1997), *Language Death* (2000) e *Language and the Internet* (2001), Crystal, em seu livro *A revolução da linguagem*, reúne, de forma coesa, os três temas presentes na trilogia, que se completam e que são essenciais principalmente para aqueles que buscam discutir o cenário lingüístico do século XXI.

Na verdade, segundo Crystal, desde a década de 1990, vivemos uma revolução lingüística, marcada pelos seguintes fatos: a adoção do inglês como língua franca; a extinção das línguas minoritárias; o surgimento de uma nova modalidade lingüística, oriunda das novas possibilidades de comunicação trazidas pela Internet.

Assim, o livro se torna leitura básica não apenas para estudantes de Letras, professores e pesquisadores das áreas lingüísticas e sociais, mas também para todos aqueles que se preocupam com o futuro lingüístico do planeta, bem como para aqueles que se perguntam sobre as consequências dos três fatos que marcam a revolução lingüística do novo milênio.

A revolução da linguagem chama a atenção não só pela temática, mas também pelo formato tipográfico dado pela editora. Com páginas bem desenhadas e atraentes, o livro desperta interesse pelas letras que formam, na capa, o nome do autor ligado ao título, com letras invertidas, separadas apenas pela cor.

De linguagem clara e acessível, muitas vezes até informal, o

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

livro se divide em cinco capítulos. Os três primeiros se referem aos temas que marcam a revolução. No quarto capítulo, de caráter premonitório, Crystal nos dá pistas das ações que podem ser feitas “depois da revolução”. Já no quinto capítulo, o autor lista, em dez itens, os temas lingüísticos para o século XXI. Além disso, o livro conta com o prefácio intitulado “Os desafios do Século XXI”, em que a autora Yonne Leite apresenta, de forma sintética, os caminhos da ciência lingüística até a contemporaneidade, época em que as proposições apresentadas em *A revolução da linguagem* se colocam no centro das discussões. Da mesma forma, a presença do índice remissivo só vem a contribuir para uma segunda leitura do livro, na localização de assuntos mais específicos, que perpassam os três temas principais.

Dentre esses últimos, Crystal postula que o surgimento do inglês como língua mundial, apesar de ser observado explicitamente apenas nos anos 90, já era anunciado desde o Séc. XVIII. Hoje, a língua inglesa preenche um espaço nunca antes ocupado por língua nenhuma, nem mesmo pelo latim. Com números que impressionam, o autor nos dá uma idéia de como o inglês se encontra presente na sociedade contemporânea, principalmente se levarmos em conta o desdobramento tríplice da tipologia de usuários:

Por causa desse desdobramento tríplice – de falantes como primeira língua, segunda língua e língua estrangeira –, é inevitável que uma língua do mundo acabe sendo usada por mais pessoas do que outra qualquer. O inglês alcançou agora esse status. (Crystal, 2005: 21)

O autor, assim, baseado em pesquisas quantitativas, afirma que, se somarmos o número de falantes que usa o inglês como primeira língua, o número que o emprega como segunda língua, mais o número de pessoas que o utiliza como língua estrangeira, chegar-se-á ao total de um bilhão e 400 milhões de pessoas, o que equivale a um quarto da população mundial (cf. Crystal, 2005: 22).

Uma causa óbvia de tamanho crescimento seria a necessidade de uma língua franca, bem como o poder das nações que têm o inglês como língua oficial, principalmente Inglaterra e, sobretudo, os Estados Unidos da América. O autor, para provar como os poderes social, político, econômico e tecnológico influenciaram na adoção do inglês como língua franca, cita dez domínios nos quais o inglês se tornou preeminente: a política, a economia, a imprensa, a propaganda, a radiodifusão, o cinema, a música popular, as viagens internacionais e

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

a segurança, a educação, as comunicações.

Como conseqüência desse extenso domínio, o pesquisador nos diz que não se pode afirmar o que irá acontecer no mundo lingüístico, mas algumas tendências podem ser consideradas hipóteses viáveis.

A primeira delas é a formação de “vários ingleses”. Atualmente, percebe-se que, apesar de o inglês “estar relativamente estável em seu status mundial”, por certo “não o está em seu caráter lingüístico”, já que, por estar em constante contato com outras línguas, há uma miscigenação constante entre o inglês (aprendido como segunda língua ou como língua estrangeira) e as línguas primárias. Essa mistura dá um caráter especial ao léxico, à fonética e à sintaxe da língua. No caso específico, há o desenvolvimento de “línguas inglesas próprias”, marcadas pela heterogeneidade de miscigenações. A língua, afirma Crystal, é uma instituição imensamente democrática:

A evidência da diversificação lingüística – os “novos ingleses”, com mistura de códigos cada vez mais acentuada – existe há um longo tempo, mas a extensão de sua presença veio apenas recentemente a ser apreciada. (Crystal, 2005: 41)

Tais fatos são comprovados, do ponto de vista histórico, pelo autor, quando este elabora um paralelo entre o inglês e o latim. Tal comparação, além de ser esclarecedora, merece a qualificação, sobretudo, de ser curiosa, haja vista as diversas coincidências entre essas duas línguas.

Outra conseqüência proveniente da adoção do inglês como língua franca é o que vai ocorrer com as outras línguas. “Um mundo onde só tivesse restado uma língua – um desastre intelectual sem precedentes – é um cenário que poderia ser teoricamente obtido em 500 anos” (cf. idem: 52). Essa é a segunda dimensão da revolução da língua: a extinção da maioria delas, tema que é discutido no segundo capítulo da obra de David Crystal.

É fato que nenhuma língua vive de forma isolada. Assim, ao longo da História, as línguas se transformaram constantemente. Muitas delas, também, desapareceram. Entretanto, da década de 90 para cá, o que se nota é o aumento da velocidade dos desaparecimentos.

Cabe observar que não só o inglês está envolvido no proble-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ma do desaparecimento lingüístico, mas todas as línguas majoritárias, como o espanhol, o francês e o português. No caso brasileiro, é fácil observar o fenômeno. Basta verificar as línguas indígenas que desapareceram e as que estão em processo de extinção:

O que é tão dramático é a dimensão do problema. Não há nada de estranho em uma língua morrer. Comunidades surgem e desaparecem ao longo da História, e com elas suas línguas. [...] Mas o que está acontecendo hoje é extraordinário, julgando-se pelos padrões do passado. Morte das línguas do mundo morrendo em um século significa uma extinção lingüística em uma escala maciça e sem precedentes. (Crystal, 2005: 60)

E a necessidade de preservação lingüística está baseada, além do aspecto de conservação cultural, na própria sobrevivência humana. Segundo o pesquisador, o pensamento evolucionista está centrado na diversidade. Toda uniformidade crescente traz perigos para a sobrevivência da espécie. A heterogeneidade está ligada a ecossistemas fortes. Desta maneira, “se a diversidade é um pré-requisito para o sucesso da humanidade, então a preservação da diversidade lingüística é essencial, pois a língua está no cerne do que significa ser humano”. (Crystal, 2005: 68)

O terceiro e último fator que marca a revolução lingüística de nosso tempo refere-se à aquisição da Internet pelo público. Crystal destaca que há, hoje, três tipos fundamentais de texto, aos quais ele chama de hipertexto (expressão muito usada atualmente pela Lingüística): a *world wide web* (www), as mensagens eletrônicas (os *e-mails*) e os textos de bate-papo (*chats*), gêneros textuais²⁷ que não se excluem, mas que podem ocorrer mutuamente.

O que mais chama a atenção do autor no que se refere à Internet é o tipo de linguagem que se criou. Diferente da fala e da escrita, a linguagem da Internet se adequa à mídia eletrônica, global e interativa:

Existem, portanto, certas atividades lingüísticas que o veículo pode facilitar bastante, e outras com que ele não consegue lidar de modo algum. Há também algumas atividades lingüísticas permitidas pelo meio eletrônico que nenhum veículo consegue alcançar. É por isso que nos parece apropriado falar em “revolução”. (Crystal, 2005: 80)

²⁷ David Crystal, no livro aqui resenhado, não usa a expressão “gêneros textuais”. Usamo-la por entendermos que é ela que melhor define os três tipos de textos citados.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Importa observar que o autor não considera o hipertexto, ou *netspeak*, um gênero misto entre fala e escrita. É nesse ponto que ele difere de pesquisadores como Hilgert (2000) e Marcuschi (2001). Assim, Crystal classifica o *netspeak* como uma modalidade especial, marcada por características novas, até então impossíveis de serem observadas na interação humana:

O *netspeak* é mais do que um agregado de características faladas e escritas. Porque faz coisas que nenhum desses outros meios faz, tem de ser visto como uma nova espécie de comunicação. É mais do que um híbrido de fala e escrita, ou o resultado do contato entre dois veículos existentes há muito. Os textos eletrônicos, de qualquer tipo, não são a mesma coisa que as outras formas de texto. Eles demonstram fluidez, simultaneidade (ao estarem disponíveis em um número indefinido de máquinas) e não se degradam com cópias; transcendem as limitações tradicionais de disseminação do texto; e possuem fronteiras permeáveis (por causa do modo como um texto pode ser integrado a outros ou exibir *links* para outros). Algumas dessas possibilidades apresentam conseqüências para a língua, e essas se combinam com aquelas associadas à fala e à escrita para tornar o *netspeak* um autêntico “novo veículo”. (Crystal, 2005: 90)

Depois de discutir as conseqüências desse novo veículo de expressão dentro da língua, o pesquisador, ao final do trabalho, retoma os três pilares da revolução, interligando-os. Contudo, o que chama a atenção nos dois últimos capítulos é a preocupação do autor para com as línguas que se encontram em processo de extinção. Uma vez que é inevitável a adoção do inglês e da nova modalidade de expressão linguística, cabem à sociedade ações que visem a preservar a heterogeneidade linguística do planeta.

Assim, além de interesse particular, deve haver interesse geral e, principalmente, dinheiro no processo de revitalização, resgate e salvamento das línguas ameaçadas de desaparecimento.

O interesse particular se refere aos próprios falantes da língua em extinção que, em conjunto com o interesse dos órgãos de governo e das instituições não governamentais e de apoio à Cultura (como a UNESCO), implementariam projetos a curto prazo no sentido de proteger as línguas ameaçadas.

Mas como despertar o interesse, a conscientização e o entusiasmo nos falantes e, conseqüentemente, nos órgãos de apoio? Isso, segundo Crystal, é fundamental, tendo em vista que, hoje, poucas pessoas estão conscientes da existência do problema, bem como da

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dimensão dele.

Para se despertar o entusiasmo nas pessoas, só há, segundo o pesquisador, duas formas. Por meio da religião e por meio da arte. A produção acadêmica (divulgada, sobretudo, em publicações), apesar de ser responsável por grande parte da mudança intelectual, não tem o poder de entusiasmar as pessoas. Assim, passa pela difícil união entre ciência e arte o projeto de revitalização das línguas. Crystal, em discurso quase que pessoal, insiste nessa tese, postulando que poucos artistas possuem um grau real de consciência a respeito do problema. Da mesma forma é o interesse do público. A morte das línguas não é apenas “não-comercial”. É um “nada comercial” – afirma o autor.

Por fim, no quinto e último capítulo, o autor nos apresenta uma agenda de temas lingüísticos para o século XXI, que perpassam os seguintes assuntos: a valorização e a diversificação constante do inglês; a aceitação da Internet como veículo para preservação das línguas minoritárias; a prioridade de interesses e ações com relação às línguas ameaçadas de extinção; o combate ao preconceito lingüístico; o aumento do interesse pelo alcance expressivo das línguas; a aceitação das mudanças lingüísticas; a preocupação pelos problemas relacionados à “saúde lingüística” das pessoas; a aproximação dos estudos de língua com os de literatura e, por fim, a valorização das línguas como tesouros nacionais.

Desta forma, a obra *A revolução da linguagem*, de David Crystal, é uma obra reveladora, que nos coloca frente a frente com o presente lingüístico em que vivemos e com o futuro não tão distante que nos espreita. Grande parte de nossas dúvidas é solucionada, assim como nossos preconceitos são combatidos. Como crítica mais contundente, há que se observar o caráter repetitivo do texto de Crystal, que sempre volta a questões já relatadas. Todavia, essa repetição de conteúdos não prejudica a importância e a sobriedade do enunciado, que nos chama atenção para a sobrevivência daquilo que o homem tem de mais humano: sua língua que, quando morta, transforma-se na morte coletiva de toda comunidade.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Contexto, 2001.

HILGERT, José Gaston. A construção do texto “falado” por escrito na Internet. In: PRETI, Dino. *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas. Série Projetos Paralelos, 2000, v. 4.

INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO GRAMATICAL

José Pereira da Silva (UERJ)

PERINI, Mário A[lberto]. *Princípios de lingüística descritiva: introdução ao pensamento gramatical*. São Paulo: Parábola, 2006, 206 p. (Série “Linguagem”, n° 18)

parabola@parabolaeditorial.com.br

Princípios de Lingüística Descritiva, de Mário A. Perini, é uma introdução aos estudos lingüísticos, dirigida em primeiro lugar a estudantes de graduação, transmitindo um conjunto de conhecimentos e habilidades que o lingüista deve adquirir antes mesmo de tomar contato com qualquer teoria lingüística.

Perini apresenta, aqui, subsídios importantes para a preparação do lingüista consciente das escolhas teóricas que fizer, porque a visão pessoal dos fatos depende desse treinamento, sem a qual “o iniciante fica à mercê de idéias alheias, arriscando-se a nunca se conscientizar devidamente do caráter empírico da lingüística e da fragilidade das teorias.” (p. 11)

Trata-se, portanto, de “uma introdução às técnicas de análise lingüística”: de obtenção, sistematização e interpretação superficial de dados, com farta exemplificação da língua portuguesa.

Princípios de Lingüística Descritiva trata das teorias e métodos utilizados para descrever a organização formal e semântica da língua, deixando, naturalmente, de fora algumas questões, preocupado em preparar um livro didático que possa ser estudado em um ou dois semestres, no máximo, dividido em três partes, como se verá mais abaixo.

A ordenação da matéria segue mais um critério didático do que conceitual; por isso foi preciso dividir certos assuntos muito importantes (como a classificação das formas) em mais de um bloco, introduzindo o tema em nível elementar e voltando a ele posteriormente quando se tornou possível um tratamento mais aprofundado (2ª orelha).

As habilidades que os estudantes desenvolverão com a ajuda desse livro são de utilidade geral para a compreensão dos fatos lin-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

güísticos, aonde quer que seja levado por seus interesses posteriores.

Além de fornecer noções básicas de análise e exemplificação tirada da estrutura do português, *Princípios de Linguística Descritiva – Introdução ao Pensamento Gramatical* objetiva desenvolver no estudante a sensibilidade aos fenômenos lingüísticos, algo que lhe permita saber o que observar ao se ver confrontado com dados. (2ª orelha)

Organizado em vinte e quatro capítulos, de extensão aproximadamente regular, precedidos de uma “Apresentação” e de uma “Introdução”, Perini dividiu seu trabalho em NOÇÕES BÁSICAS (com dez capítulos), INSTRUMENTOS DE ANÁLISE (com oito capítulos) e GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS (com seis capítulos), nesta ordem:

Na primeira parte trata de: “Fatos e hipóteses”; “De onde vêm os dados?”; “Forma e significado”; “O objetivo da descrição”; “Componentes do significado”; “Onde entra a gramática”; “Princípios de análise”; “Regras descritivas”; “Sintaxe e semântica” e “Relações simbólicas na morfologia e na sintaxe”.

Na segunda parte, um pouco menor, de: “Níveis e unidades”; “Funções sintáticas”; “Funções sintáticas: mais exemplos”; “Funções semânticas”; “Classes”; “Classes e funções”; “Construções” e “O léxico.

Por fim, na terceira, que é seguida da “Bibliografia” e de um “Índice remissivo”, de: “Classes: alguns exemplos”; “Sintagmas oracionais”; “Período composto”; “Classes: *todos, esses e cinco*”; “Construções de tópico” e “Tópico discursivo”.

Perini oferece aqui

...uma introdução às técnicas de análise lingüística: técnicas de obtenção de dados, de sistematização e de interpretação superficial, sem as quais, acredito, nunca vai ser possível elaborar teorias mais sólidas do que as atuais. Essas técnicas permitem elaborar uma **descrição** que tem utilidade em duas áreas principais: primeiro, leva ao conhecimento sistemático dos fatos de uma língua, o que interessa aos estudiosos dessa língua e também aos que a ensinam ou estudam para chegar a seu uso na prática; e, depois, fornece ao lingüista teórico uma base de dados confiável para construir e testar eventuais teorias. (p. 11)

“O foco escolhido para este livro são os estudos gramaticais *stricto sensu*”, privilegiando-se “o estudo da morfossintaxe e da semântica” da língua portuguesa, apesar de se tratar de trabalho que

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pretende desenvolver habilidades de utilidade geral. (cf. p. 13)

A finalidade principal da ampla exemplificação oferecida é desenvolver no estudante uma certa sensibilidade aos fenômenos linguísticos... (cf. p. 13)

A linguística se ocupa da linguagem humana sob vários aspectos, entre eles da gramática, que é “o estudo da organização interna dos enunciados linguísticos de cada língua, tanto no que diz respeito à sua forma (realizada através dos sons da fala ou de símbolos escritos) quanto no que diz respeito ao seu significado” (p. 17-18)

Cumprir distinguir, naturalmente, dois tipos de gramática: gramática prescritiva (ou normativa) e gramática descritiva, visto que a primeira trata da descrição de uma língua hipotética – a língua padrão ou língua exemplar – enquanto a segunda descreve a realidade dos fatos observados, sem qualquer julgamento de valor. Este segundo, naturalmente, é que é o trabalho do linguísta.

Para descrever uma língua, o linguísta parte dos fatos e elabora hipóteses, que são testadas e aperfeiçoadas na medida em que o seu trabalho avança, visto que seria impossível fazer uma listagem completa desses fatos. A hipótese substitui essa listagem, revelando “as grandes linhas da estrutura da língua”. (Cf. p. 32-33)

Exemplificando com uma contribuição importante desse livro para a reflexão gramatical das línguas, a sua proposta de divisão da classe dos nomes em “substantivos”, “adjetivos” e “ambivalentes” (p. 28-32), e as reflexões que apresenta sobre o “potencial funcional” (p. 138-139) trazem contribuições muito importantes para outras idéias gramaticais, como, por exemplo, as que outros linguístas desenvolvem sobre a dificuldade de se distinguir flexão de derivação (Gonçalves, 2005) e sobre a forma de expressão do gênero gramatical do substantivo (Botelho, 2004 e Silva, 2005), além de outras.

Veja-se, por exemplo, o que escreve a respeito da classificação da palavra “amigo” nas frases “[7] Meu amigo vai telefonar às oito horas” e “[8] Eu sempre prefiro consultar um médico amigo”:

A solução tradicional é dizer que *amigo* é substantivo em [7] e adjetivo em [8]. Esa solução é incorreta, porque esconde o fato de que a palavra *amigo* tem o potencial funcional de palavras como *mesa*, mais o potencial funcional de palavras como *estomacal*. *Mesa* pode ser núcleo

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de um SN, mas não modificador; *estomacal* pode ser modificador, mas não núcleo; e *amigo* pode ser as duas coisas. A palavra *amigo* pode desempenhar mais de uma função, mas isso não significa que possa pertencer a mais de uma classe. As palavras que podem ser núcleos ou modificadores constituem uma classe, distinta das que só podem ser núcleos e das que podem ser só modificadores. Conclui-se que essas três palavras pertencem a três grupos de potencial funcional distinto – portanto, a três classes distintas. Por isso mesmo, *amigo* pode aparecer em contextos onde *estomacal* não pode (isto é, como núcleo de um SN) e também em contextos onde *mesa* não ocorre (como modificador). Temos aqui três classes de palavras, e não apenas duas; e cada uma dessas palavras pertence a uma dessas classes. (p. 140)

Considerando-se que o percentual de substantivos que têm formas aparentemente flexionais para indicar o feminino não chega a 4% (quatro por cento) do léxico do português, o que contraria o princípio básico da flexão, Perini demonstra que essas palavras não deveriam ser classificadas como substantivos, porque têm um “potencial funcional” não coincidente com o desta classe de palavras.

Sua reflexão sobre “fatos e hipóteses” na descrição linguística também são importantes, para reforçar as possibilidades de um ensino descomplicado da leitura e da acentuação gráfica (Cf. Dequi, 2002 e 2005), simplesmente com o cuidado de se observar a realidade dos fatos, obedecendo criticamente às propostas tradicionais de ensino e de descrição da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, José Mario. *O gênero imanente do substantivo no português*. Rio de Janeiro: Botelho, 2004. (Série Acadêmica).

DEQUI, Francisco. *Neopedagogia da gramática*. Canoas: Centro de Estudos Sintagmáticos, 2005.

———. *Português (fono-orto-morfo)*. 5ª ed. Canoas: Centro de Estudos Sintagmáticos, 2002.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Flexão & derivação em português*. [Rio de Janeiro]: Faculdade de Letras/UFRJ, 2005.

SILVA, José Pereira da (Org.). *A expressão de gênero do substantivo: alguns textos básicos para sua discussão*. 2ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: [Edição do Autor], 2005.

O CASACO DE PELE DE OITOCENTOS ANOS

Álvaro Alfredo Bragança Júnior (UFRJ)

BIRKHAN, Helmut (Org.) *Der achthundertjährige Pelzrock. Walther von der Vogelweide – Wolfger von Erla - Zeiselmauer*. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2005, 579 p.

A Academia de Ciências da Áustria promoveu entre 24 e 27 de setembro de 2003 na cidade de Zeiselmauer um Simpósio sobre aquele que é considerado o maior trovador em língua alemã da Idade Média, Walther von der Vogelweide. Coube ao renomado medievista Helmut Birkhan²⁸ a tarefa de organização, seleção e publicação das contribuições, o que se fez com a obra *Der achthundertjährige Pelzrock*, **O casaco de pele de oitocentos anos**. Um título como este po-

²⁸ - Já fizemos em língua portuguesa as seguintes resenhas de obras do estudioso austríaco: *Geschichte der altheutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2002. 217 p. Parte I: **Althochdeutsche und altsächsische Literatur**. In: KESTLER, Izabela (Org.) *forum deutsch – revista brasileira de estudos germânicos*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2005. Volume IX, p. 127-129.; *Geschichte der altheutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2002. 217 p. Parte II: **Mittelhochdeutsche, vor- und frühhöfische Literatur**. In: www.brathair.com.br, 5 (1), 2005: p. 141-143; *Geschichte der altheutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2002. 271 p. Parte III: **Minnesang und Sangspruchdichtung der Stauferzeit**. In: SILVA, José Pereira da. (Org.) *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CIFEFiL, 2005. nº 32, p. 152-155; *Geschichte der altheutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2003. 277 p. Parte IV: **Romanliteratur der Stauferzeit**. In: SILVA, José Pereira da. (Org.) *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CIFEFiL, 2005. nº 32, p. 156-159; *Geschichte der altheutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2004. 296 p. Parte V: **Nachklassische Romane und höfische Novellen**. In: www.brathair.com.br, 5 (2), 2005: p. 114-116; *Geschichte der altheutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2004. 233 p. Parte VI: **Heldenepik der Staufer- und vom Anfang der Habsburgerzeit**. In: SILVA, José Pereira da. (Org.) *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CIFEFiL, 2006. nº 34, p. 144-147; *Geschichte der altheutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2005. 339 p. Parte VII: **Minnesang, Sangspruchdichtung und Verserzählung der letzten Staufer- und ersten Habsburgerzeit**. In: SILVA, José Pereira da. (Org.) *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CIFEFiL, 2006. nº 35, p. 150-154; *Geschichte der altheutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2005. 373 p. Parte VIII: **Lehrhafte Dichtung zwischen 1200 und 1300**. In: KESTLER, Izabela. (Org.) *forum deutsch – revista brasileira de estudos germânicos*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2006. Volume X, p. 166-169.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de soar estranhos àqueles que, em um primeiro momento, associam Literatura a labor estético, entretanto tal estranhamento logo se dissipa ao percebermos a intrínseca relação entre o texto, oriundo de um encontro acadêmico, e o elementos que o contextualizam, sejam eles de ordem temporal, espacial ou, em nosso caso, material. Portanto, tem-se desde o início um ponto de partida centrado em um dado real ligado à vida do **Minnesänger** e de outras personalidades do século XIII.²⁹ Ao tratarmos do mundo medieval somos de opinião que se deva pleitear uma abordagem metodológica que abarque os múltiplos influxos na elaboração do texto literário e, para tal finalidade, a Mediévica Germanística presta-se muito bem.³⁰

Como Prefácio à obra, Birkhan cita com precisão a data e o espaço físico, onde possivelmente, em 12 de novembro de 2003, no lugar do atual restaurante “Zum lustigen Bauern” (Ao alegre campônês) o bispo Wolfgang von Erla teria redigido ou mandado redigir o documento, em que doava a Walther von der Vogelweide um casaco de pele. O trovador germanófono, autor **de ich saz ûf eime steine** (Eu estava sentado sobre uma pedra), um dos mais belos poemas da lírica medieval em alemão, adquire outra dimensão como personagem histórico. O documento de valor histórico e, por conseguinte, verídico corrobora a existência do poeta, artista do verossimilhante.³¹

A obra em questão corresponde à Seção I, onde, conforme palavras de Birkhan (2005, p.8) *encontravam-se aquelas conferências, que estavam relacionadas com a tradição, edição, objetos materiais e a recepção da obra de Walther*. Devido ao espaço limitado para a resenha, listamos a seguir os trabalhos incluídos na publicação com a adição de um resumo do conteúdo:

²⁹ - As relações entre Literatura e História, com respeito ao Sacro Império Romano-Germânico, são exploradas, por exemplo, em BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. Poesia histórica e/ou realidade literária? – Walther von der Vogelweide e a “Alemanha” nos séculos XII e XIII: uma abordagem culturalista. In: www.abrem.org.br/Poesiarealidade.pdf, p.1-14.

³⁰ - Para um melhor detalhamento sobre o assunto cf. BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. O estudo da literatura medieval em alemão no Brasil à luz da Mediévica Germanística – algumas palavras. In: TELLES, Célia Marques & SOUZA, Risonete Batista de. *V Encontro Internacional de estudos medievais – Anais*. Salvador: Quarteto, 2005. p. 258-268.

³¹ - Em língua portuguesa, sobre maiores informações acerca da vida e obra de Walther von der Vogelweide cf. o artigo de BRAGANÇA JÚNIOR, citado na nota 2.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

1. Thomas Bein, *Reflexões sobre a décima quinta tiragem da edição das obras de Walther por Lachmann e Cormeau*. O autor faz uma análise filológica dos procedimentos utilizados por Karl Lachmann no século XIX e por Christoph Cormeau no século passado para o estabelecimento do texto de Walther;

2. Helmut Birkhan, ... *swer dês vergêze, der tète mir leide*. A cultura da memória de Walther nos livros de honra da casa de Vogelweide em Lajen. O erudito austríaco pesquisa aqui as citações dos visitantes da suposta casa do trovador, tanto lingüística, quanto literariamente com comentários de variada espécie e ilustra seu artigo, das páginas 67 à 82, com fotos e reproduções da casa, dos antigos donos, do livro e das inscrições nele contidas;³²

3. Hartmut Bleumer, *Histórias de Walther? Reflexões sobre as projeções narrativas entre a poesia sentenciosa e a lírica amorosa*. O pesquisador discute os pontos de contato e de divergência, nos últimos anos, entre a propagada “realidade histórica” das poesias sentenciosas de Walther e sua “ficcionalidade” na poesia amorosa;

4. Danielle Buschinger, *Wolfger von Erla e o poeta dos Nibelungos*. A autora estuda aqui o papel do bispo de Passau em uma possível mudança no texto da *Canção dos Nibelungos*, em que se coloca a canção de louvor a uma família burgúndia;

5. Irmgard Gepahrt, *Perda do eu e ganho de autonomia na lírica amorosa de Walther von der Vogelweide: o “Discurso do amor” (C 44) e a “Cantiga da coroa” (C 51)*. Investigam-se aqui os limites e abertura do “eu” dentro de dois dos mais famosos poemas do **Minnesänger**;

6. Arthur Groos, *Citação, apropriação, autenticação. Sobre a “antiga” cantiga de Walther **Maniger frâget, waz ich klage** (C 6/L 13.33)*. O artigo trata da classificação comumente dada à cantiga acima nominada, considerada como uma das primeiras do poeta, e propõe uma rediscussão sobre aquela conceituação, bem como as características constitutivas daquela;

³² - Vale ressaltar que à página 5 da obra estão inseridos dois desenhos de alunos da escola primária de Zeiselmayer com referência à vida cotidiana na Idade Média e à ordem social.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

7. Sabine Heinz e Andrea Kutschke, *Trovadores de destaque em comparação. O galês Dafydd ap Gwilym e Walther von der Vogelweide*. Como o título do trabalho anuncia, serão comparados aspectos da poesia dos dois poetas, o primeiro do século XIV e Walther, a partir de uma perspectiva intercultural;

8. Wernfried Hofmeister, *Omnia vincit radix: amor e “drogas” no poema estival 15 de Neidhart*. Neste artigo, o autor analisa no poema estival número 15 de Neidhart von Riuwental o uso e a força de ervas “mágicas”, exercendo uma irresistível atração e, por fim, levando ao amor no texto literário;

9. Ingrid Kasten, *O “Necrológio” de Walther a Reinmar. Memória, forma lírica e o discurso sobre a tristeza na Europa medieval por volta de 1200*. A renomada estudiosa analisa estética e ritualisticamente a expressão da tristeza no “Necrológio” de Walther ao poeta Reinmar von Hagenau;

10. Manfred Kern, *auctor in persona. Apropriação poética. Tópica e o rastro do Eu em Walther von der Vogelweide*. A contribuição de Kern prende-se à análise dos traços pessoais do autor Walther von der Vogelweide enquanto eu-lírico;

11. Walter Klomfar, *Walther von der Vogelweide e o Waldviertel*³³ – *procedência e terra natal*. O estudioso faz um levantamento crítico sobre a até agora discutida procedência do poeta medieval e elenca três localidades de nome Walthers e, ao fim do trabalho, insere fotos e mapas antigos e modernos das localidades citadas;

12. Fritz Peter Knapp, *A forma de construção da Leich*³⁴ *de Walther à luz do Carmen Buranum 60/60a*. Neste artigo, Fritz Peter atualiza a discussão já célebre acerca das formas constitutivas deste

³³ - Região no noroeste da Áustria com uma superfície de 4.600 quilômetros quadrados e repleta de florestas e bosques.

³⁴ - Em alemão, **Leich** significa, dentre suas várias definições no *Dicionário dos Irmãos Grimm*, uma cantiga formada por versos não uniformes ou uma cantiga de cunho religioso ou ainda o modo de se dançar ou cantar. Cf. *Deutsches Wörterbuch* von Jacob Grimm und Wilhelm Grimm in

<http://germazope.uni-trier.de/Projects/WBB/woerterbuecher/dwb/wbgui?lemid=GL03952>, volume 12, colunas 611-621, capturado em 27 de maio de 2006.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

gênero, assinalando divergências e convergências entre a **Leich Got dîner trinitâte**, de Walther e o poema 60/60 a dos **Carmina Burana**, *Captus amore gravi*;

13. Gisela Kornrumpf, *Hartmann ou Walther? Aspectos de divergências compilatórias no contexto da tradição*. O trabalho, com excelente embasamento de Crítica Textual, investiga a questão da atribuição da autoria de textos ou a Walther ou a Hartmann von Aue³⁵, importante poeta germanófono de fins do século XII e início do século XIII;

14. Florian Kragl, *Walther, Neidhart e a música com um anexo: sobre a pesquisa da música da lírica trovadoresca até 1300*. Em 73 páginas, um longo trabalho, o acadêmico da Universidade de Viena traça um amplo perfil sobre o “canto” e aspectos ligados à música dentro das “composições”, em um primeiro momento, de Walther e Neidhart, e depois na lírica amorosa até o século XIII;

15. Ulrich Müller, *Walther von der Vogelweide – hoje: O que se pode aprender de Walther von der Vogelweide (e de outros) com respeito à propaganda e agitação?* O catedrático de Salzburg tematiza em seu elucidativo artigo como Walter von der Vogelweide e outros poetas medievais de língua alemã inserem em seus textos aspectos de propaganda e agitação políticas em seus respectivos tempos, muito se assemelhando à práticas ideológicas modernas;

16. Eberhard Nellmann, *Sobre a recepção dos poemas sentenciosos de Walther na literatura alemã até o início do século XIV*. Aqui é colocada em evidência, como denuncia o título do trabalho, a importância dos poemas de cunho pessoal e político do trovador e sua circulação e recepção nos meios literários germanófonos até o século XIV. Ao final do artigo, o autor elenca os testemunhos textuais que corroboram sua utilização em obras de outros escritores;

17. Theodor Nolte, *A dama e as damas, o trovador e o poeta de sentenças. Sobre Walther von der Vogelweide C 34/L 58, 21 ss*. O pesquisador discorre sobre a interferência de temas de gêneros distintos – lírica amorosa e poesia sentenciosa – na cantiga acima citada

³⁵ - Em português temos como principal obra traduzida *Der arme Heinrich* (O pobre Henrique), cf. em www.brathair.com. V.3 (1), 2003:71-101.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de Walther;

18. Michael Patscheider, *Como funciona o zwîvellop? Reflexões sobre a pragmática do elogio a Meißner na Saudação ao imperador (L 11, 30) de Walther von der Vogelweide*. O autor discute em seu texto o famoso elogio a Dietrich von Meißner presente no poema *Hêr keiser, ir sît willekomen*, em que analisa a estratégia do poeta em nomear a ação não sincera do marquês face ao imperador Oto IV;³⁶

19. Silvia Ranawake e Ralf-Henning Steinmetz, *Contornos de uma nova edição das obras de Walther*. À página 427, no título do artigo lê-se *Contornos de uma nova edição comentada das obras de Walther*, diferentemente daquele apresentado no Sumário do Simpósio e o mesmo trata da intenção, em 1989, de se fazer uma edição das obras de Walther, a qual, porém, foi deixada de lado por diversos fatores, entre eles o aparecimento de outras edições de textos waltharianos;

20. Hermann Reichert, *Walther: cordeiro em pele de lobo ou lobo em pele de cordeiro?* A partir do fato de que poucos dados biográficos existem a respeito do poeta, Hermann Reichert analisa a relação daquele com seus colegas de ofício e de Walther com ele próprio, com personalidades históricas, com as mulheres (damas) enquanto seres reais e personagens de sua ficção;

21. Anton Touber, *Walther von der Vogelweide e a Itália*. Neste artigo, o foco central da pesquisa está colocado na relação de Walther com a Itália, em especial associado à figura do bispo de Passau, Wolfger von Erla. A ida do sul do Tirol à Itália teria ocasionado uma forte influência dos metros românicos, temas e motivos na poesia do **Minesânger**, que são aqui comparados às técnicas dos **troubadours** occitânicos;

22. Christa Agnes Tuczay, *Stürbe ich, so ist si tot – a cantiga do Rebento de verão de Walther ou fama póstuma sem reservas*. A

³⁶ - Para uma análise em português do poema cf. BARBOZA DA SILVA, Rejane, Walther von der Vogelweide e as tensões políticas no Império Alemão na Baixa Idade Média: um retrato literário. In: LUPI, João & JÚNIOR, Arno Dal Ri. *Humanismo medieval*. Ijuí: editora UNIJUÍ, 2005, p. 305-328.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

autora empreende um recorte temático ao investigar a idéia expressa por Walther sobre a fama póstuma, as implicações a ela relacionadas e os dilemas aí estabelecidos;

23. Melitta Weiss-Adamson, *O (problema) da imagem da fava na Antiguidade e na Idade Média: algumas reflexões sobre o poema sentencioso de Walther*. Uma das mais controversas criações poéticas de Walther é analisada aqui (L 17,25), em que a etimologia, a origem da espécie e o estudo da tradição literária do termo são empregados para se tentar entender as metáforas implícitas e não explícitas no texto;

24. Günter Zimmermann, *Jogo de papéis? Sobre o “eu” em Walther (Atzeton 103,13; 103,29; 104,7)*. O último artigo da obra lida com perspectivas de apropriação do medievo na época contemporânea, ao iniciar a discussão com a aproximação de textos de Walther, adaptados por um grupo de rock atual e, em um segundo momento, a própria encenação do poeta, enquanto eu-lírico, em poemas de sua autoria.

A simples relação dos artigos constantes da obra *O casaco de pele de oitocentos anos*, como visto, é suficiente para se depreender quão profundo, filologicamente estimulante, atual e rico é o debate acadêmico, inter e transdisciplinar sobre a Idade Média, mais especificamente, sobre o Sacro Império e seu maior representante nas Letras, Walther von der Vogelweide. Um poeta, Walther, um homem da Igreja, Wolfger von Erla e um local, Zeiselmauer unem História à estória e ao livro organizado por Helmut Birkhan. Somos de opinião, pois, que esta resenha pode se encerrar, fazendo nossas as palavras do próprio poeta:

mir muoz der iemer lieber sîn der mir ist guot.

vergib mir ainders mîne schulde, ich wil noch haben den muot.

Sempre me é caro aquele que me faz o bem.

Perdoa-me minhas culpas de outra maneira, pois estou decidido a agir assim também no futuro.

INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Linguística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
 - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
 - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
 - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
 - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 páginas;
 - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
 - 3.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto, se o(s) autor(es) julgar(em) importante sua inclusão como parte informativa da temática global do artigo;
 - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de, no máximo 250 palavras, com indicação de três palavras-chave e, **se possível**, sem gráficos, figuras e caracteres especiais.
 - 3.10. As resenhas não devem ultrapassar três páginas, exceto em casos especiais, depois de consultar a direção da revista.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail ou em disquete (**com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À

REVISTA PHILOLOGUS

A/C de José Pereira da Silva

Rua Visconde de Niterói, 512/97

20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico pereira@filologia.org.br, pelo telefone (21) 2569-0276, ou através do portal www.filologia.org.br/revista/

